

Para distribuição de dividendos: 250 000 euros.
Para resultados transitados: 685 900 euros.

Seguidamente, o presidente da mesa submeteu a proposta à discussão; e como sobre ela ninguém se tivesse pronunciado, submeteu-a à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Passou-se, depois, ao ponto 3 da ordem de trabalhos aprovada, tendo o presidente da mesa procedido à leitura de uma proposta apresentada pelo accionista BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.da, que era do seguinte teor:

Proposta:

Nos termos e para os efeitos do artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais, propomos a aprovação de um voto de confiança em todos os órgãos de administração e de fiscalização da sociedade, bem como em cada um dos seus membros, pelo trabalho desenvolvido durante o exercício de 2002.

Após a leitura da proposta, o presidente da mesa declarou aberta a discussão; e como sobre a proposta ninguém se quisesse pronunciar, submeteu-a à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Finalmente, entrou-se no ponto 4 da ordem de trabalhos, tendo o presidente informado a assembleia de que iria pôr à votação a ratificação da alteração da denominação social de Mendes, Ferreira & Soutinho — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.da, para Mendes, Ferreira, Soutinho & Faria — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.da, mantendo-se inalteráveis os restantes elementos de identificação da mesma sociedade de revisores oficiais de contas, ou seja fiscal único efectivo:

Mendes, Ferreira, Soutinho & Faria, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.da, inscrita na respectiva ordem sob o n.º 160, com sede na Rua Professor Correia Araújo, n.º 593, Praceta Privada, Entrada 3, Sala 3, no Porto, representada por Dr. José Augusto Silva Mendes (ROC n.º 473), casado e residente na Rua Oliveira Monteiro, n.º 862, 4.º no Porto.

Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o presidente da mesa declarou encerrados os trabalhos, quando eram 10,30 h.

Para que conste se lavrou a presente acta que, para sua inteira fê, validade e para que faça prova, vai ser assinada pelo presidente e pela secretária.

A Mesa da Assembleia Geral: (Sem assinaturas.) 2010481739

BCP INVESTIMENTO — BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção). Matrícula n.º 59 521; identificação de pessoa colectiva n.º 501451250; data da apresentação: 19 de Março de 2003.

Angelina Maria Bernardes da Luz Santos, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção):

Certifica que as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, referentes à prestação de contas individuais e consolidadas da sociedade em epígrafe do ano de 2002.

Está conforme o original.

Lisboa, 18 de Junho de 2005. — A Escriturária Superior, *Angelina Maria Bernardes da Luz Santos*.

Relatório e contas de 2002

A palavra do presidente

Pese embora a crescente complexidade do tecido empresarial português, e a sua inserção num contexto macroeconómico adverso, condicionado pela necessidade de consolidação das finanças públicas e pela desaceleração da actividade produtiva, ao analisarmos a actividade desenvolvida pelo BCP Investimento e os resultados alcançados, destacamos que, apesar da significativa redução da actividade relacionada com o mercado de capitais — decorrente da crise que se tem vindo a agravar desde o passado dia 11 de Setembro de 2001 — a vossa instituição

conseguiu apresentar um crescimento dos seus resultados líquidos de cerca de 32%.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o BCP Investimento deu mais um passo no caminho na consolidação da posição de liderança nos diferentes segmentos da banca de investimento em Portugal, e viu a sua capacidade reconhecida internacionalmente através da atribuição pelo 2.º ano consecutivo do Best Debt House in Portugal pela prestigiada publicação Euromoney.

As alterações realizadas ao nível da estrutura organizativa nos últimos anos dotaram-nos de uma maior flexibilidade e capacidade de satisfação das necessidades dos nossos clientes, através da prestação de serviços financeiros que correspondam aos crescentes graus de sofisticação e exigência dos mercados em que actuam.

A dimensão e notoriedade já alcançadas, permitem olhar o ano de 2003 com segurança e optimismo, mas também com acrescida responsabilidade.

Os desafios são reconhecidos e constitui tarefa de todos nós desenvolver, no próximo exercício, um trabalho que reforce o prestígio da instituição e corresponda às expectativas dos que em nós têm confiado.

O Presidente, *José Manuel Jardim Gonçalves*.

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Miguel António Monteiro Galvão Teles.
Secretários:

João Frederico Lino de Castro.
José João Silva Ribeiro da Costa Moraes.

Conselho fiscal:

Presidente: Ricardo Manuel Simões Bayão Horta.
Vogal: Mário Augusto de Paiva Neto.
Revisor oficial de contas: Mário Branco Trindade.
Revisor oficial de contas (suplente): José Eduardo Faria Neiva dos Santos.

Conselho de administração:

Presidente: Jorge Manuel Jardim Gonçalves.
Vice-presidente: Alexandre Augusto Moraes Guedes de Magalhães.
Vogais:

Leandro Abílio Brandão Delgado.
Acácio Jaime Liberado Mota Piloto.
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves.
Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary.
Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis.

Estrutura do negócio da banca de investimento

A actividade de banca de investimento do Grupo BCP é conduzida pelo BCP Investimento, e encontra-se estruturada nas seguintes áreas de negócio: acções, tesouraria e obrigações, *corporate finance* e *project finance*.

Acções:

Organização e montagem de ofertas de acções.
Corretagem.
Introduções em Bolsa.
Privatizações.
Derivativos e produtos estruturados.

Tesouraria e obrigações:

Mercado monetário e cambial
Produtos estruturados.
Programas de papel comercial.
Organização e montagem de emissões de obrigações.
MTN (Medium Term Notes).
Trading de dívida pública e privada.

Corporate finance:

Avaliação de empresas.
Fusões e cisões.
Aquisição e alienação de empresas.
Estruturação de *joint-ventures*.

Organização e montagem de aquisições alavancadas.
Análises económico-financeiras.
Interessamento de projectos.
Reestruturação financeira.

Project finance:

Assessoria.
Estruturação de operações.
Financiamento de operações.

A actividade de capital de risco é desenvolvida pela BCP Capital. Esta subsidiária é detida a 100% pelo Grupo BCP, sendo gerida pelo BCP Investimento de uma forma integrada.

Por escritura lavrada em 9 de Dezembro de 2002, o BCP Investimento incorporou por fusão a Corretora Independente Portuguesa CIP — Brokers, S. A.

Relatório do conselho de administração

Dando cumprimento às exigências legais, estatutárias e de mercado sobre a prestação de informação rigorosa, completa e oportuna, vem o conselho de administração apresentar às autoridades, aos clientes, aos mercados de capitais e ao público em geral, o relatório de gestão e contas de 2002 do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A.

Introdução

A evolução da actividade do BCP Investimento ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, permitiu a consolidação do negócio associado à prestação de serviços de banca de investimento, mercado de capitais e serviços financeiros.

O enquadramento competitivo em que decorreu a actividade do BCP Investimento neste exercício, foi influenciado pelo abrandamento pronunciado das economias norte-americana e europeias e pela instabilidade dos mercados financeiros internacionais, que motivaram a adopção de programas de reestruturação por parte de numerosas empresas e suscitaram maior prudência por parte das instituições financeiras.

Em termos sectoriais, assistiu-se a uma pausa na tendência de integração dos mercados e dos movimentos de concentração nacionais e internacionais, a que não terá sido alheio o contexto macroeconómico adverso vivido pela economia portuguesa, o qual foi fortemente condicionado pela necessidade da consolidação das finanças públicas e pela quebra dos volumes e dos níveis de rentabilidade, com efeitos negativos para a actividade da banca de investimento.

As alterações realizadas ao nível da estrutura organizativa nos últimos anos dotaram-nos de uma maior flexibilidade e capacidade de satisfação das necessidades dos nossos clientes, através da prestação de serviços financeiros que correspondam aos crescentes graus de sofisticação e exigência dos mercados em que actuam.

A constante busca de um melhor posicionamento no mercado levou-nos à procura das melhores soluções organizacionais e operativas, pelo que procedemos à fusão por integração da Corretora Independente Portuguesa CIP — Brokers, S. A., no BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento.

Seguidamente, são abordadas em detalhe as áreas mais relevantes, constando uma síntese de actuação e indicadores e uma enumeração dos principais factos ocorridos no exercício, que, como anexo, constituem parte integrante deste relatório.

Enquadramento económico e financeiro

A estabilização da economia norte-americana, suportada pelo consumo privado e pelo investimento, a estagnação da actividade na área do euro, em linha com os sinais de debilidade do consumo privado e da FBCF, a contracção da economia japonesa, e a persistência de instabilidade na América Latina, denotam a evolução desfavorável da envolvente macroeconómica internacional em 2002. A deterioração das condições financeiras a nível global, reflectindo as fortes quedas dos mercados accionistas em 2002, o aumento dos *equity premiums* e a persistência da elevada volatilidade nos mercados financeiros, as dúvidas quanto à fiabilidade e transparência das demonstrações financeiras bem como quanto à situação financeira e níveis de rentabilidade de várias empresas, a correcção do excesso de investimento em anos anteriores, o aumento dos níveis de desemprego e das tensões político-militares, terão sido os factores determinantes para o adiamento da recuperação económica mundial. A persistência de riscos como a

manutenção de tensões político-militares, a evolução dos países emergentes, o agravamento de desequilíbrios macroeconómicos dos principais países desenvolvidos, o efeito de riqueza negativo associado à queda dos mercados bolsistas e os reduzidos níveis de confiança dos agentes económicos suscitam dúvidas quanto à robustez e sustentabilidade da recuperação da economia mundial em 2003. Contudo, a maior capacidade do tecido empresarial para absorver os choques recessivos, a moderação das pressões inflacionistas e a manutenção de políticas monetárias suportam as expectativas de recuperação do PIB em 2003.

As taxas de juro de longo prazo nos EUA e na Europa desceram expressivamente até ao início do quarto trimestre de 2002, dado o adiamento da recuperação da actividade económica, a contenção das pressões inflacionistas e a maior preferência dos investidores por activos sem risco. Os *swaps spreads* alargaram-se traduzindo uma reavaliação do risco de crédito interbancário. No 4.º trimestre de 2002, as taxas de juro de longo prazo registaram uma inflexão ascendente dadas as perspectivas de consolidação da retoma em 2003 e 2004, o aumento da instabilidade político-militar e a recuperação dos mercados accionistas. No Japão, a evolução das taxas de longo prazo afastou-se da tendência registada nos EUA e na Europa no 4.º trimestre, tendo-se assistido a uma queda das *yields*, dados os receios relacionados com o impacto do crédito vencido do sistema financeiro e os movimentos de *flight-to-safety* relacionados com a forte queda do mercado accionista nipónico.

Os principais índices bolsistas registaram descidas acentuadas em 2002, tendo a sua evolução sido condicionada pela atenuação do optimismo relativamente à evolução da economia mundial pelas preocupações quanto à evolução dos lucros futuros das empresas, pelas dúvidas sobre a informação financeira apresentada pelas empresas cotadas, pelos elevados níveis de endividamento e pela deterioração da situação na América Latina. O EuroStoxx50 valorizou 8,3% no quarto trimestre, mas no conjunto de 2002 registou uma quebra de 37,3%. O índice PSI-20 registou uma valorização de 14,1% no 4.º trimestre de 2002, o que não impediu que sofresse uma desvalorização de 25,6% no conjunto do ano. Os programas de reestruturação empresarial, as fortes correcções ocorridas nos últimos dois anos, o aperfeiçoamento das regras de supervisão, uma diminuição do *equity risk premium*, bem como políticas monetárias mais expansivas nas principais economias industriais poderão influenciar positivamente os mercados accionistas.

A conjuntura económica em Portugal em 2002 ficou marcada pela continuação da tendência de desaceleração da actividade, estimando-se mesmo uma ligeira contracção do PIB na segunda metade do ano, pelo que o crescimento do PIB no conjunto do ano terá sido inferior a 0,5%. O perfil de evolução da procura observado desde o fim de 2001 não se alterou, observando-se: o abrandamento do consumo privado, a contracção expressiva do investimento, o menor dinamismo das exportações e um esforço de contenção das despesas públicas. O contributo da procura interna para a variação do PIB terá sido negativo, pela primeira vez desde 1993, devendo-se o contributo positivo da procura externa à contracção das importações, já que o enquadramento internacional não favoreceu a recuperação da exportações. Este perfil de crescimento continuou a contribuir para a correcção do desequilíbrio externo e para a redução das pressões inflacionistas.

Em 2002 os preços no consumidor apresentaram taxas de crescimento inferiores às verificadas em 2001. A taxa média de inflação situou-se em 3,6% em 2002 face a 4,4% em 2001, registando, no entanto, uma aceleração, em termos homólogos, a partir de Maio, em parte devido à subida da taxa do IVA em 2 p. p. A taxa de inflação homóloga situou-se em 4% no final de 2002 (3,7% em Dezembro de 2001), continuando a verificar-se taxas de crescimento dos preços de serviços superiores à dos bens. A taxa de desemprego situou-se em 5,1% no 3.º trimestre de 2002, o que compara com 4,1% em 2001, reflectindo quer um menor crescimento do emprego, quer um aumento considerável do número de desempregados.

O défice do sub-sector Estado nos primeiros 11 meses de 2002 situou-se em 7283 milhões de euros, face a 5267 milhões de euros orçamentados para o ano de 2002. Face a um desvio do défice sub-sector Estado face ao orçamentado desta magnitude, e a reiteração do objectivo de 2,8% para o défice do SPA de 2002, o Governo adoptou nos últimos meses de 2002 um conjunto de medidas com vista à obtenção de receitas extraordinárias.

O crédito interno total registou um crescimento homólogo de 6,2% em Outubro de 2002 (11,8% em Dezembro de 2001; 6,6% em Junho de 2002), reflectindo por um lado a tendência de desaceleração do crédito concedido a empresas (para 5,2%) e, por outro, a estabilização das taxas de crescimento do crédito a particulares em torno de 10%. As perspectivas de adiamento das decisões de investimento e de consumo de bens duradouros deverão contribuir para a continuação

do abrandamento do crédito interno. As taxas de juro do sector bancário permaneceram relativamente estáveis ao longo de 2002, acompanhando a evolução da Euribor, verificando-se no final do ano uma ligeira tendência de redução, em linha com o corte da taxa de juro de referência do Banco Central Europeu de 3,25% para 2,75%.

Actividade das principais áreas de negócio

Acções

A evolução desfavorável do mercado accionista e a incerteza quanto ao seu comportamento futuro criaram uma conjuntura pouco propícia a qualquer decisão de oferta de acções ou sequer à sua programação para um futuro próximo. Neste contexto, o ano de 2002 foi caracterizado pela quase ausência de novas ofertas de acções.

Mercado primário de acções

Para além dos aumentos de capital do Banco Espírito Santo, BPI, Banif e Banco Totta & Açores, instituições obrigadas a manter níveis prudenciais mínimos de fundos próprios, e do aumento de capital da Sonae.com, apenas se realizaram pequenas ofertas integradas em operações mais amplas destinadas aos trabalhadores portugueses de entidades internacionais. De entre estas, o BCP Investimento foi escolhido para a realização das ofertas da BP plc e Renault, S. A. O BCP Investimento foi ainda mandatado pela Somague — SGPS para a realização de um aumento de capital resultante do exercício de *warrants* atribuídos a membros dos conselhos de administração de sociedades do Grupo Somague, ocorrido no final do mês de Maio.

O exercício de 2002 acabaria assim por ficar marcado pela emissão Capital BCP 2005, realizada já próximo do final do ano e cuja organização e liderança estiveram a cargo do BCP Investimento.

Capital BCP 2005:

Esta foi a primeira oferta de valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis realizada em Portugal.

A operação do Banco Comercial Português surgiu quase em simultâneo com outras duas ofertas de valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis em acções realizadas por instituições financeiras internacionais: os grupos Swiss Life e Credit Suisse.

Embora com várias características idênticas, a oferta do Banco Comercial Português distinguiu-se por uma estrutura mais simples e deste modo mais facilmente assimilável pelos investidores não especializados no mercado de títulos convertíveis. Esta opção viria a revelar-se acertada, pois a emissão suscitou grande interesse junto de uma base muito ampla de investidores, integrando clientes das redes de retalho do Banco, clientes de *private banking*, accionistas de referência e também investidores institucionais.

A emissão, no montante total de 700 milhões de euros, acabaria por ser subscrita por mais de 100 000 investidores, não obstante a conjuntura adversa de mercado.

Mais de 96% dos direitos de subscrição foram exercidos e os pedidos para atribuição de títulos em rateio totalizaram mais do triplo dos títulos sobranes.

Não obstante se perspetive a realização de algumas ofertas em 2003, designadamente as enquadradas nas reprivatizações anunciadas em sede de Orçamento do Estado, a retoma da actividade no mercado primário de acções dependerá fundamentalmente do restabelecimento do clima de confiança dos investidores.

Mercado secundário de acções

Durante o ano 2002, o mercado português foi marcado pelo forte decréscimo de volumes transaccionados e pela queda dos principais índices, em sintonia com os mercados europeus e mundiais.

Para além do efeito da globalização, o entusiasmo proporcionado pelo mercado primário praticamente não se fez sentir e começou a notar-se o impacto da adesão da nossa bolsa ao Euronext, aumentando a concentração do volume de negócios num número mais restrito de empresas, aquelas que farão parte do índice Euronext 100.

O BCP Investimento, no seguimento de anos anteriores, e de acordo com os números divulgados pela Euronext Lisboa manteve a liderança da actividade de corretagem em Portugal com uma quota de mercado de 19,91 %.

Apesar de uma conjuntura bastante desfavorável, o ano de 2002, foi especialmente marcado por um grande esforço na dinamização do aconselhamento e execução de títulos internacionais. A percentagem actual do negócio internacional, que incluiu os principais mercados

europeus e americano é agora superior a 20%, que compara com menos de 5% em 2001.

A evolução do negócio proporcionado pelos diferentes segmentos de mercado foi bastante distinta. Se nos clientes institucionais, o efeito globalização e o efeito concorrência foram muito patentes, nos clientes particulares, especialmente os do segmento alto e os utilizadores baseados em soluções Internet, registaram-se crescimentos expressivos nos níveis de actividade. De referir, que no novo modelo comercial implementado nas redes de retalho do BCP, uma das áreas de especialistas é a unidade de corretagem e títulos que durante 2002 dinamizou o negócio investindo na inovação. No segmento dos particulares com relação contratual directa com o BCP Investimento Private Brokerage, clientes mais propensos ao risco, foi possível otimizar o valor das carteiras, gerindo as grandes volatilidades através de operações de muito curto prazo apoiadas por um sistema de informação de *trading ideas* internacionais, que proporcionaram um acréscimo em 2002 de 21% em termos de comissões.

Em 2003, desejamos responder às várias necessidades dos diversos segmentos de clientes, institucionais, particulares de segmento alto, clientes de retalho e clientes de Internet, tendo consciência de que o factor globalização se vai acentuar, com incremento da concorrência internacional, e com a continuação de uma maior procura de títulos internacionais. A integração total no Euronext vai ser um grande desafio e acreditamos que em 2003 se verifique alguma recuperação no turno ver e na *performance* dos mercados de acções.

Research

As actividades desenvolvidas ao longo de 2002, possibilitaram o reforço do posicionamento do banco como umas das principais referências de *research* de acções a nível nacional. Para além da contínua aposta na qualidade do *research* desenvolvido, salienta-se o aumento expressivo do número de relatórios produzidos.

Dada a ausência de operações de primário, a actividade centrou-se exclusivamente no mercado secundário, havendo um esforço claro para responder, cada vez mais, às necessidades de investimento dos clientes. A publicação mensal do Model Portfolio é disso reflexo. O reforço do apoio à actividade de vendas também foi notório ao longo do ano, tendo-se realizado diversas apresentações sectoriais. A organização de *roadshows* com algumas das principais empresas cotadas merece destaque, tendo para isso contribuído o bom relacionamento com as equipas de gestão dessas mesmas empresas.

Verificou-se ao longo de 2002 uma forte aposta ao nível do *research* para os clientes particulares da direcção de corretagem, com particular ênfase nos mercados europeu e norte-americano.

Este esforço enquadra-se numa crescente internacionalização dos investidores nacionais, que buscam novas oportunidades de investimento e uma maior liquidez. Numa primeira fase, desenvolveu-se o produto de *trading ideas*, estando-se a caminhar, actualmente, para a oferta de carteiras de *trading* com diversos perfis. O desenvolvimento desta actividade de *research* pautou-se por uma estreita colaboração com a área de *trading*, ao nível da elaboração do produto.

Merece igualmente destaque a afirmação do departamento de *research* como um dos principais fornecedores de conteúdos sobre mercados financeiros para o Grupo BCP, sendo de realçar o desenvolvimento de diversas iniciativas e produtos que visam o aumento do *cross selling* com as redes do grupo BCP.

Derivados de acções

Durante o ano de 2002, foram lançadas 19 novas emissões, totalizando 565 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 39% face a 2001.

Para este desempenho foram determinantes a adopção de estruturas inovadoras e o reforço da aposta em emissões conservadoras (com inclusão de remunerações garantidas) por forma a ultrapassar a resistência dos clientes a estruturas que apenas garantem o capital.

O BCP Investimento tornou-se ainda o primeiro emissor de certificados em Portugal, um novo valor mobiliário criado em 8 de Maio de 2002. Os certificados emitidos pelo BCP Investimento são instrumentos idênticos a *warrants* de *strike zero* indexados ao índice DJ EuroStoxx50 e Dow Jones Industrial Average, tendo-se conseguido a admissão à cotação dos certificados no dia de abertura do novo segmento de mercado, na Euronext Lisboa.

O BCP Investimento assumiu responsabilidade de Criador de Mercado dos seus Certificados. Depois da implementação de significativos avanços tecnológicos, o BCP Investimento cota 16 emissões em contínuo enviando 40 000 ordens por dia para a Euronext Lisboa e mais de 60 emissões em mercado de chamada.

BCP Investimento é o primeiro emissor de certificados:

O BCP Investimento deu início ao seu programa de certificados com duas emissões, tornando possível o investimento nos índices DJ EuroStoxx 50 e Dow Jones Industrial Average através da Euronext Lisboa. Este facto, associado à valorização transparente e à possibilidade de ser transaccionado em contínuo (tal qual uma acção), justificou uma significativa adesão dos clientes das redes comerciais do Grupo, passando a constituir uma alternativa para investimentos quer de curto prazo ou *day trading* quer de longo prazo, tradicionalmente restrito a fundos de investimento.

Actualmente, o BCP Investimento tem três certificados admitidos à negociação, incluindo o certificado DAX emitido em Dezembro, e lidera o mercado com 60% de quota de mercado e com o certificado mais transaccionado.

Obrigações

Mercado obrigacionista

Ao longo de 2002 os mercados de rendimento fixo evidenciaram uma evolução em linha com a registada durante o segundo semestre de 2001 e acentuada desde os acontecimentos de 11 de Setembro. Fruto de um enquadramento global caracterizado por desaceleração do ritmo de crescimento económico e por focos permanentes de instabilidade política, social e militar em diversas zonas do globo, registou-se no período em análise uma descida significativa das curvas de rendimento das principais divisas internacionais e um aumento igualmente significativo dos *spreads* de crédito, com maior expressão nos sectores de tecnologia e de produção de bens de capital. Por outro lado, a acrescida aversão dos investidores à assunção de risco de crédito em emissões com notações de *rating* mais baixas e a redução das necessidades de financiamento na área empresarial, contribuíram determinantemente para um decréscimo do volume de novas emissões. O segmento de *asset backed securities* constituiu uma rara excepção ao menor dinamismo observado em sede de mercado primário.

O forte posicionamento do BCP Investimento neste segmento de actividade alicerça-se sobretudo na sua capacidade de distribuição nos segmentos institucional e de retalho. Durante o período em apreço, desenvolveu-se com maior enfoque a vertente internacional do negócio, expressa tanto no envolvimento directo na sindicância de empréstimos obrigacionistas no Euromercado como na angariação e fidelização de clientes estrangeiros. O processo de internacionalização encetado não impediu o reforço da liderança do BCP Investimento no plano doméstico, conforme expresso na seguinte evolução das quotas de mercado primário e corretagem de obrigações.

Quotas de mercado 2001-2002

Emissões de obrigações

	(Em percentagem)			
	2001		2002	
	Ranking	Quota	Ranking	Quota
Obrigações diversas	2.º	33,70	1.º	59,49
Produtos estruturados taxa de juro e câmbio	1.º	54,94	1.º	55,99

Fonte. — BCP Investimento.

Corretagem — Obrigações

	(Em percentagem)			
	2001		2002	
	Ranking	Quota	Ranking	Quota
Euronext Lisboa	1.º	32,97	1.º	45,56

Fonte. — Euronext Lisboa.

No domínio de operações para entidades nacionais, evidenciaram-se, pela sua relevância, a liderança de empréstimos obrigacionistas para a Mota-Engil (25 milhões de euros) e Sporting SAD (11,9 milhões de euros), sendo esta última operação efectuada através de uma

oferta pública, a única realizada em 2002 por uma entidade não financeira.

BCP Investimento lidera emissão de obrigações por subscrição pública para o Sporting SAD:

Em Junho de 2002 a Sporting — Sociedade Desportiva de Futebol, SAD (Sporting SAD) realizou uma emissão de obrigações no montante de 11 966 440 euros, denominada Sporting SAD Rendimento Fixo 2005.

A emissão, efectuada através de uma oferta pública de subscrição sujeita a rateio, foi destinada ao público em geral, sendo a sua subscrição aberta a qualquer investidor interessado.

A Sporting SAD foi a primeira empresa do seu segmento a realizar uma emissão de obrigações e a única entidade não financeira a efectuar em 2002 um empréstimo obrigacionista colocado através de uma subscrição pública. Com esta emissão a Sporting SAD viu significativamente reforçada a sua estrutura de capitais de médio e longo prazos.

A emissão Sporting SAD Rendimento Fixo 2005 foi subscrita ao respectivo valor nominal, cinco euros por obrigação, tem um prazo de vencimento de três anos e uma taxa de juro anual fixa de 6,45%, com pagamento semestral de juros. O apuramento dos resultados da operação foi efectuado em sessão especial de Bolsa, tendo-se registado uma procura superior em 63% face ao montante da oferta. As obrigações foram admitidas à negociação na Euronext Lisboa.

O BCP Investimento foi igualmente responsável pela organização e liderança de dez programas de papel comercial, entre os quais se salientaram os concretizados para a Portucel (30 milhões de euros), Solverde (15 milhões de euros), Nutrinveste (10 milhões de euros), Metro do Porto (10 milhões de euros), Lusotur II (2,5 milhões de euros), Salvador Caetano (25 milhões de euros) e Fogeça (24,5 milhões de euros).

O processo de internacionalização do Grupo BCP no domínio da área de rendimento fixo foi claramente expresso através da integração do BCP Investimento nos sindicatos bancários que lideraram 22 emissões de *eurobonds*. Neste contexto, importa destacar a participação em operações para entidades como a Abbey National, o Aareal Bank, o BNP Paribas, a República da Polónia, a Nationwide Building Society, o Landesbank Kiel e o Hypovereinsbank.

Destaque ainda para a intervenção do banco em operações de titularização, quer através da participação na colocação de operações de titularização de activos, nomeadamente nas emissões Atlantes Finance 2, B More3, Navigator 1, Pelican Mortgages 1, Nova Finance n.º 3 e Rural Hipotecário IV, quer pela liderança, estruturação e colocação da Nova Finance n.º 3, uma operação de titularização de créditos ao consumo originados pela rede Atlântico do BCP.

BCP Investimento lidera operação de titularização de créditos ao consumo originados pela rede Atlântico (Nova n.º 3):

O BCP Investimento liderou uma emissão de Asset Back Securities (ABS) no montante de 320 milhões de euros, realizada através de um veículo especial de financiamento sedado na República da Irlanda, denominado Nova Finance n.º 3, Plc (Nova n.º 3).

A emissão é suportada por uma carteira de créditos ao consumo originados pelo Banco Comercial Português, através da rede Atlântico, e vendidos a um Fundo de Titularização de Créditos (FTC) constituído, exclusivamente para este efeito, sob enquadramento legal português e gerido pela Servimédia SGFTC.

O Fundo, denominado Nova Finance n.º 3 Fundo, emitiu unidades de titularização que foram adquiridos pela Nova n.º 3 as quais garantem a referida emissão de ABS.

As quatro tranches colocadas em mercado, têm notação de *rating* atribuída pela Standard and Poor's e pela Moody's. A receptividade do mercado à emissão, aferida durante o respectivo processo de *book-building*, foi muito positiva dada a qualidade dos activos securitizados, o *track-record* do Grupo BCP na originação, estruturação e acompanhamento de operações de titularização de créditos e a crescente procura do mercado internacional por operações de titularização de activos originados em Portugal.

Produtos estruturados

Tendo presente o forte potencial de crescimento da área de produtos estruturados em função de instrumentos derivados de taxas de taxa de juro e de câmbio e de derivativos de crédito, procedeu-se em 2002 ao reforço dos meios humanos e técnicos afectos. Os resultados registados, assentes num crescimento do volume e do número de operações superior, respectivamente, a 29% e 43%, confirmou plenamente a oportunidade do investimento efectuado. Por outro lado, a inovação permaneceu como uma pedra basilar no desenvolvimento

desta linha de negócio. Neste âmbito, salientaram-se as emissões BCP Finance EUR Accrual Notes 2007, uma estrutura tipo *range accrual* com limites superiores crescentes, e a emissão BCP Finance EUR Real Estate Notes, um produto cuja *performance* deriva da valorização de um fundo imobiliário internacional.

Tesouraria

A actividade desenvolvida na área de tesouraria durante o ano de 2002 visou prioritariamente a estruturação e colocação de produtos *cash* e derivados nas várias redes do Grupo BCP, com especial enfoque durante o ano de 2002 na rede *corporate* e na rede de empresas.

Em particular a actividade desenvolvida englobou o *cross-selling* de produtos de taxa de juro, taxa de câmbio e *commodities*.

Nas áreas de *trading* foram obtidos resultados positivos, conseguidos através de uma política de riscos bastante selectiva e rigorosa, em condições de mercado muitas vezes adversas.

No domínio da gestão de Liquidez a actuação incidiu particularmente na gestão dos programas de MTNs (Medium Term Notes) e papel comercial, através dos quais o Grupo melhorou sensivelmente o seu prazo médio de financiamento, conjugado com uma assinalável diversificação da sua base de investidores.

Corporate finance

Neste domínio, a actividade desenvolvida durante o ano transacto caracterizou-se por um significativo número de operações de assessoria financeira, com realce para as relativas à avaliação, aquisição e alienação de empresas e a reestruturações económico-financeiras.

A conjuntura recessiva verificada em 2002 induziu, em alguns sectores e empresas, o adiamento de decisões de carácter estratégico, o que constitui uma oportunidade para o ano em curso dado o significativo número de negócios em carteira.

No tocante às operações desenvolvidas em 2002, merecem destaque as seguintes:

BCP Investimento assessorou o Grupo Nutrinveste na aquisição do negócio e activos industriais da Agribética, S. A.:

Em Janeiro de 2002, o Grupo Nutrinveste adquiriu o negócio e os activos industriais da Agribética, S. A., sociedade que operava no mercado espanhol desenvolvendo as actividades de refinação, embalagem e comercialização de azeite e óleo alimentar de marca branca.

Esta aquisição reforçou a dimensão e posicionamento estratégico do Grupo Nutrinveste na área das gorduras alimentares, conferindo-lhe uma vocação ibérica. Com a carteira de negócio adquirida, o Grupo Nutrinveste passou a representar cerca de 27% do mercado ibérico de óleos e 10% do mercado ibérico de azeites, sendo líder em segmentos de marcas próprias em Portugal e detendo uma posição de destaque entre os fornecedores de azeite e óleo de marca branca no mercado Ibérico.

O Grupo Nutrinveste vê assim reforçada a sua posição competitiva, em resposta à crescente vertente *commodity* deste sector, ao incremento da quota das marcas brancas e ao movimento de concentração da distribuição, o que torna cada vez mais relevante a presença e dimensão ibérica dos operadores. Por outro lado, com esta fábrica é potenciado o aproveitamento de sinergias, permitindo uma gestão integrada dos aprovisionamentos e um grau adequado de concentração e optimização industrial.

As instalações industriais adquiridas situam-se em Sevilha, na região da Andaluzia que representa mais de 30% da produção mundial de azeite, o que privilegia o acesso ao maior e mais influente mercado de azeite.

A fábrica apresenta excelentes condições técnicas, quer em termos tecnológicos, quer em termos de capacidade instalada, permitindo ultrapassar uma restrição ao crescimento do Grupo Nutrinveste numa perspectiva ibérica. Por outro lado, com esta fábrica é potenciado o aproveitamento de sinergias, permitindo uma gestão integrada dos aprovisionamentos e um grau adequado de concentração e optimização industrial.

Sporting

Assessoria na concepção e execução de um programa global de reestruturação societária e de capitais do Grupo Sporting, orientado para a consolidação e reforço de capitais de um grupo empresarial que concentra as competências do Sporting Clube de Portugal nas áreas de futebol profissional, comércio e serviços, multimédia e infra-estruturas desportivas.

Edisoft

Assessoria na avaliação da Edisoft no contexto da recomposição da sua estrutura accionista. A Edisoft é uma empresa de capitais maioritariamente nacionais e resulta de uma *joint-venture* entre o Estado português e o Grupo Thales, um dos maiores *players* mundiais do sector dos sistemas de defesa e de segurança. Actualmente, a Edisoft detém competências, reconhecidas mundialmente, no campo das tecnologias de informação aplicadas aos sectores de defesa e segurança, transportes e espaço.

LGE Portugal

Assessoria na avaliação da sucursal portuguesa do Grupo LG Electronics.

Singer Portugal

Assessoria financeira à Bluedigit — *holding* do Grupo Singer Portugal — no processo de alienação de activos. A execução do mandato foi concluída em Setembro com a alienação da Singer Distribución, empresa de distribuição e de retalho especializado, a operar nas regiões de Valência e Andaluzia.

Cimpor

Assessoria ao Grupo Cimpor na avaliação económico-financeira do Grupo Nuno Mesquita Pires — operador portuário a actuar nos portos de Setúbal, Sines, Faro e Figueira da Foz — no contexto da sua aquisição.

Fundação Calouste Gulbenkian

Assessoria na avaliação económico-financeira da Partex Oil & Gas.

Sonae Indústria

Assessoria económico financeira, visando a definição e optimização da estrutura de capitais permanentes da empresa.

Nutrinveste

Assessoria na análise de oportunidades de investimento no sector das bebidas com a aquisição do negócio Umbongo à Nestlé Portugal, e a avaliação das alternativas estratégicas nos negócios da Triunfo e Tagol.

Project finance

Fruto da qualidade do trabalho desenvolvido e do seu posicionamento no mercado, o BCP Investimento tem marcado presença constante nas principais operações de *project finance* em Portugal, mercado em que assume uma posição de liderança, com uma carteira de 18 operações de *project finance* sob gestão do BCP Investimento, no final de 2002, totalizando cerca de 1,5 mil milhões de euros comprometidos.

Apesar da conjuntura económica desfavorável, as comissões de assessoria financeira e estruturação do BCP Investimento, originados pelas operações de *project finance* durante o ano de 2002, registaram um crescimento de 58,4% face ao ano transacto.

Relativamente às operações concluídas durante o ano de 2002, merecem destaque a concessão SCUT do Grande Porto, na qual o BCP Investimento desempenha os papéis de Technical Bank e de Security Agent, implicando o acompanhamento futuro do desenvolvimento do projecto.

NEJA — O novo estádio do Sporting Clube de Portugal:

A intenção de desenvolver um complexo desportivo moderno, dotado de diversas valências complementares, que seja comercialmente atractivo e economicamente autónomo, a par da necessidade de cumprir os requisitos impostos em matéria de segurança, conforto e acessibilidade, no contexto da realização do próximo campeonato da Europa de futebol em Portugal — Euro 2004 — constituem as principais razões que estiveram na base da decisão tomada pelo Sporting Clube de Portugal de avançar para a construção do Novo Estádio José Alvalade.

O projecto encontra-se numa fase bastante adiantada de desenvolvimento e situa-se em terrenos adjacentes ao actual estádio, na zona do Campo Grande.

Para além do próprio estádio, com uma capacidade para 50 000 lugares sentados e cobertos, o projecto integra também um edifício

polidesportivo, um centro de entretenimento familiar dotado de várias salas de cinema, uma área comercial que englobará várias lojas, uma clínica de saúde e um *health club*. Faz também parte do projecto um edifício de apoio administrativo com sete andares, onde estão já instalados a sede do clube e os serviços administrativos das várias empresas do Grupo Sporting, restando ainda alguns andares destinados a arrendamento comercial.

Envolvendo um investimento total da ordem dos 150 milhões de euros, as fontes de financiamento do projecto repartem-se entre fundos próprios do clube (em que se incluem entradas de dinheiro e recebimentos futuros descontáveis, associados a contratos firmados com outras entidades), apoios estatais e dívida bancária, representando esta última componente cerca de 60 milhões de euros (40% do total das fontes de financiamento).

As facilidades de crédito contratadas para a operação prevêem um prazo máximo de 15 anos e incluem, para além dos 60 milhões de euros atrás referidos, cerca de 52 milhões de euros referentes a adiantamentos por conta de contratos de direitos de TV, membros fundadores e *sponsors*.

A estruturação jurídico-financeira da operação implicou a constituição de uma sociedade veículo — a NEJA, S. A. — com o propósito de centrar em si a contratação do endividamento bancário necessário ao financiamento do projecto, tendo como contrapartida o direito de superfície do novo estádio, cedido pelo Sporting Clube de Portugal, no sentido de permitir a exploração de todas as facilidades geradoras de *cash-flow* integradas no projecto.

O fecho financeiro da operação ocorreu em Fevereiro de 2002, tendo o BCP Investimento desempenhado as funções de consultor financeiro do Sporting Clube de Portugal para toda a estruturação financeira do projecto e actuado também como *lead arranger* das respectivas facilidades de crédito. O Grupo BCP assumiu uma tomada firme de 50% do financiamento do projecto.

Merecem ainda destaque a extensão da concessão SCUT da Madeira, com o BCP Investimento a ser um dos *lead arrangers*, tomando, aproximadamente, 2,9 milhões de euros das facilidades de crédito, a SATU Oeiras, na qual o BCP Investimento actuou como consultor financeiro da Teixeira Duarte, desenvolvendo um estudo económico financeiro para o projecto de construção, exploração e respectiva manutenção de um sistema automático de transporte urbano no concelho de Oeiras, e Ponta do Oeste, no qual o BCP Investimento actuou como assessor financeiro da Sociedade de Desenvolvimento Regional da Ponta do Oeste, tendo elaborado estudos de viabilidade económica e financeira dos respectivos projectos.

Capital de desenvolvimento

A actividade desenvolvida ao longo de 2002 centrou-se:

Na análise e decisão de tomada de novas participações, estando prevista até ao final do ano a concretização de cinco novos investimentos, correspondentes a um montante comprometido de cerca de 25 milhões de euros;

Na avaliação das oportunidades de desinvestimento, tendo-se procedido neste âmbito ao desinvestimento de uma participação no montante de, aproximadamente, 4 milhões de euros;

No acompanhamento sistemático da gestão das empresas participadas;

Na representação ao nível dos órgãos sociais de participações institucionais do sector, salientando-se o FIEP, a PME Investimentos, a PME Capital, a SDEM e a APCRI;

No prosseguimento da campanha de acção comercial e de *marketing* junto das redes de empresas do Grupo BCP iniciada no ano transacto, tendo-se procedido à análise das oportunidades potenciais apresentadas pelas redes e à realização de reuniões prospectivas com um conjunto de empresas e promotores seleccionados.

Para o ano de 2003 perspectiva-se que a consolidação das iniciativas empreendidas permita um crescimento sustentado da actividade dando seguimento ao processo de reestruturação e rejuvenescimento da carteira de participações.

A recente revisão do enquadramento legal e fiscal aplicável às sociedades e aos fundos de capital de risco, a par de outras iniciativas governamentais tendentes a reforçar o papel da actividade de capital de desenvolvimento irá certamente contribuir para a dinamização do sector, da revitalização do tecido económico e empresarial e para o fortalecimento dos operadores financeiros especializados.

Internacionalização

A nível internacional, a actuação do Grupo BCP Investimento no ano de 2002 esteve centrada em Moçambique através do BIM Investimento, único banco de investimento a operar neste país.

Da actividade desenvolvida pelo BIM Investimento em 2002, que envolveu mais de 35 operações de banca de investimento nas áreas de *corporate finance* e mercado de capitais, merecem particular destaque as seguintes transacções:

Organização e montagem do empréstimo obrigacionista da Cimentos de Moçambique no valor de 238 000 milhões de meticais (cerca de 10 milhões de euros). Esta foi a principal operação de mercado de capitais durante 2002 e a maior emissão de dívida privada feita até ao momento em Moçambique;

Assessoria ao BIM na venda da sua participada Impar Segurança. Depois das fases de avaliação, procura de interessados, selecção e negociação de condições, que incluíram um novo contrato de segurança para o BIM, esta operação foi concluída no último trimestre do ano;

Organização e montagem da colocação do capital da Aguas Vumba, principal empresa do sector em Moçambique, que envolveu a avaliação, interessamento do capital, selecção e negociação com os compradores e com os accionistas vendedores.

Em complemento às referidas operações de banca de investimento, merece igual destaque a actividade desenvolvida pelo BIM Investimento de análise do risco de crédito de operações de médio e longo prazo do Banco Internacional de Moçambique.

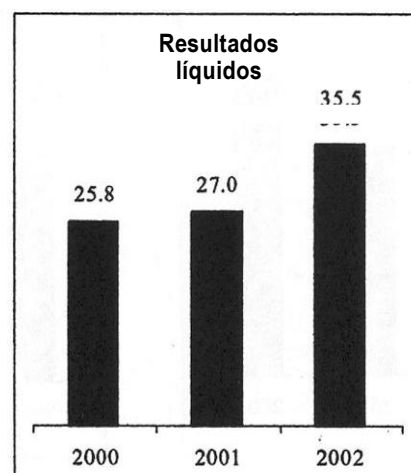
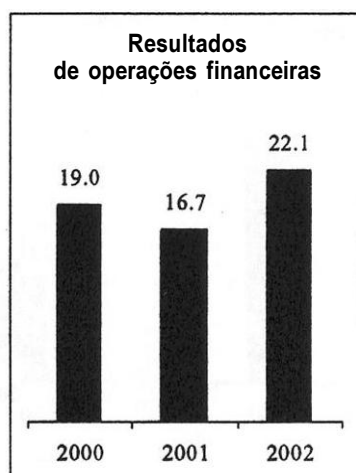
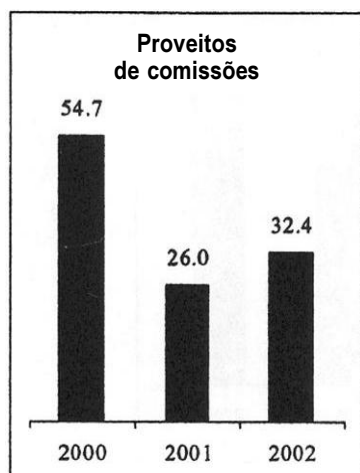
O BIM Investimento registou ainda durante 2002 um papel bastante activo de apoio ao Grupo BIM em diversas actividades internas e de representação e apresentação do Grupo BIM perante a comunidade empresarial moçambicana.

Síntese de indicadores

Consolidado

(Em milhares de euros)

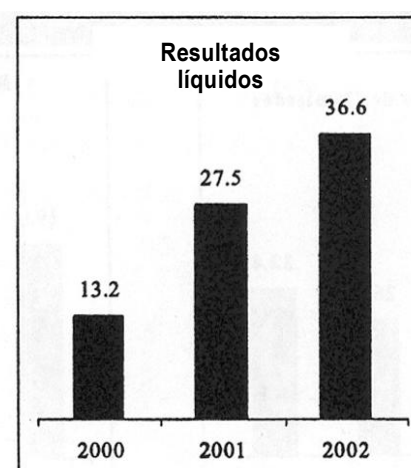
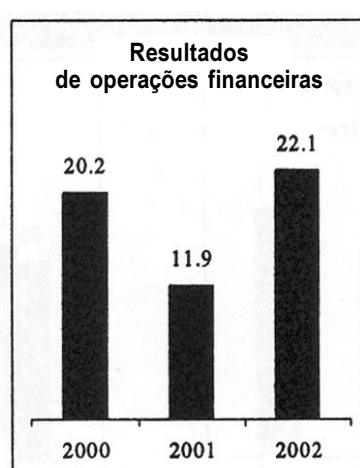
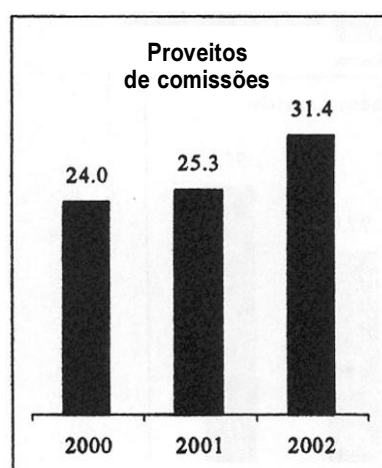
	2002	2001	2000	Varição em percent. 2002-2001
Activo total	3 335 083	2 715 323	2 121 862	22,82
Crédito sobre clientes	360 406	363 945	373 155	- 0,97
Carteira de títulos	672 967	589 076	1 292 692	14,24
Empréstimos obrigacionistas e passivos subordinados	2 361 646	2 065 357	1 172 144	14,35
Passivo total	3 153 424	2 543 103	2 000 905	24,00
Situação líquida	181 659	172 221	120 957	5,48
Margem financeira	15 340	9 607	5 951	59,68
Proveitos de comissões	32 440	25 999	54 677	24,78
Resultados de operações financeiras	22 050	16 746	18 997	31,67
Amortizações do exercício	2 121	879	449	141,28
Provisões do exercício	16 133	383	8 510	4 112,14
Resultados líquidos	35 485	26 959	25 767	31,62
Cash-flow	63 473	33 510	45 491	89,42



Individual

(Em milhares de euros)

	2002	2001	2000	Varição em percent. 2002-2001
Activo total	3 331 935	2 573 618	2 079 347	29,47
Crédito sobre clientes	360 406	348 124	373 152	3,53
Carteira de títulos	668 456	584 508	1 291 120	14,36
Empréstimos obrigacionistas e passivos subordinados	2 361 646	2 065 357	1 172 144	14,35
Passivo total	3 147 718	2 399 726	1 970 624	31,17
Situação líquida	184 216	173 892	108 722	5,94
Margem financeira	11 596	10 807	4 798	7,30
Proveitos de comissões	31 406	25 267	23 976	24,30
Resultados operações financeiras	22 076	11 863	20 199	86,09
Amortizações do exercício	1 988	874	218	127,34
Provisões do exercício	8 206	400	8 401	1 951,49
Resultados líquidos	36 587	27 506	13 224	33,01
Cash-flow	58 341	33 827	29 072	72,47

**Organização e recursos****Recursos humanos**

No decorrer do ano o BCP Investimento viu o seu quadro de colaboradores crescer 4% face ao exercício anterior, atingindo a 31 de Dezembro de 2002 o número de 296 colaboradores.

	2002	2001	2000
Número de colaboradores	296	284	244

No final de 2002 a estrutura etária do Banco possuía uma notável juventude, sendo 66% do seu quadro constituído por colaboradores com uma idade inferior a 40 anos, associado a um elevado nível de habilitações, tendo 49% formação superior:

(Em percentagem)

	2002	2001	2000
Estrutura etária:			
Até 24 anos	2,36	4,23	3,30
De 25 anos a 29 anos	16,55	15,85	15,57

(Em percentagem)

	2002	2001	2000
De 30 anos a 34 anos	18,58	25,35	31,13
De 35 anos a 39 anos	28,04	23,59	19,81
De 40 anos a 44 anos	18,92	18,31	19,81
Mais de 45 anos	15,54	12,68	10,38
Nível de habilitações:			
Ensino básico	6,08	7,75	9,91
Ensino secundário	44,93	45,07	44,81
Ensino superior	48,99	47,18	44,81

Formação e qualificação

A constante valorização dos seus quadros manteve-se como uma das prioridades do BCP Investimento, potenciando a aquisição e aprofundamento de conhecimentos em áreas específicas, com a preocupação de proporcionar aos seus colaboradores acções complementares de formação que melhor se adaptassem às exigências das respectivas funções.

O investimento realizado no conjunto destas acções atingiu o total de 87 000 euros em 2002.

	2002	2001	2000
Acções de formação	87	174	55

Análise financeira

(Em milhares de euros)

Demonstração dos resultados:

	2002	Variação (percentagem)	2001	Variação (percentagem)	2000
Margem financeira	15 340	59,68	9 607	61,42	5 951
Provisões para riscos de crédito	1 852	77,41	1 044	— 75,18	4 205
Outros proveitos	217 974	4,44	208 714	23,39	169 151
Produto bancário	90 489	97,53	45 810	— 25,57	61 549
Outros custos	185 973	— 5,63	197 065	46,66	134 366
Lucros antes de impostos	47 341	122,70	21 258	— 41,81	36 531
Provisão para impostos sobre lucros	11 921	9467,49	125	— 98,84	10 764
Interesses minoritários	— 65	n. a.	—	—	—
Resultados líquidos	35 485	31,62	26 959	4,63	25 767
Cash-flow	63 473	89,42	33 510	— 26,34	45 491

Balanço:

Crédito sobre clientes	360 406	— 0,97	363 945	— 2,47	373 155
Activo total	3 335 083	22,82	2 715 323	27,97	2 121 862
Débitos para com instituições de crédito	169 883	31,34	129 342	— 71,36	451 594
Passivo total	3 153 424	24,00	2 543 103	27,10	2 000 905
Situação líquida	181 659	5,48	172 221	42,38	120 957

À data de 31 de Dezembro de 2002, o Activo Total do BCP Investimento ascendia a 3335 milhões de euros, contra os 2709 milhões de euros em 2001, representando um acréscimo de 23%.

A recomposição nas rubricas de disponibilidades e outros créditos sobre instituições de crédito representou cerca de 50% do acréscimo registado no activo total.

Na rubrica de obrigações acções e outros títulos registou-se também um aumento de 14% face ao ano transacto (673 milhões de euros em 2002 contra 589 milhões de euros em 2001).

Estas variações contribuíram positivamente para um aumento de cerca de 60% da margem financeira, registando-se 15,3 milhões de euros em 2002 face aos 9,6 milhões de euros de 2001.

O produto bancário, atingiu neste exercício 90,5 milhões de euros, contra 45,8 milhões de euros em 2001, significando um crescimento de cerca de 98% resultante dos aumentos registados na rubrica de Outros Proveitos. Os proveitos líquidos em comissões contribuíram com 33% para o aumento do produto bancário, sendo que os resultados líquidos em operações financeiras representaram 24%.

Análise de rentabilidade**Resultados líquidos**

Os resultados líquidos consolidados atingiram 35,5 milhões de euros no final do exercício de 2002, registando um aumento de cerca de 32% quando comparado com idêntico período do ano anterior.

Esta evolução resultou fundamentalmente do crescimento dos resultados líquidos em operações financeiras (22 milhões de euros em 2002 contra 16,7 milhões de euros em 2001), de outros proveitos de exploração (31,2 milhões de euros em 2002 contra 9,3 milhões de euros em 2001) e de comissões líquidas (30,1 milhões de euros em 2002 contra 26 milhões de euros em 2001).

A margem financeira líquida representou cerca de 43% dos resultados líquidos consolidados atingindo cerca de 15,3 milhões de euros em 2002 contra 9,6 milhões de euros em 2001.

A rentabilidade do activo (ROA) antes de impostos situou-se nos 1,5%, registando-se um aumento de 28 b. p. em relação ao ano transacto, que depois de impostos se traduziu num crescimento de 10 b. p. fixando-se nos 1,2%.

Relativamente à rentabilidade dos capitais próprios (ROE) antes de impostos atingiu os 28,6%, contra 24,1% em período homólogo, depois de impostos este indicador evoluiu positivamente de 20,3% em 2001 para 21,4% em 2002 fruto dos proveitos registados no exercício.

Síntese de rentabilidade

(Em percentagem)

	2002	2001	2000
ROA	1,20	1,10	1,40
ROA antes de impostos	1,50	1,3	2,00
ROE	21,40	20,30	22,90
ROE antes de impostos	28,60	24,10	32,50
Resultado líquido por acção	0,47	0,36	0,51

Contribuição das empresas do Grupo BCP Investimento para os resultados líquidos

(Em milhares de euros)

	2002	Percentagem	2001	Percentagem	2000
BCP Investimento	36 587	103	27 506	102	13 224
BCP Capital	— 1 516	— 4	— 27	—	2 022
Outras	414	1	— 520	— 2	10 521
Consolidado	35 485	100	26 959	100	25 767

Margem financeira

O crescimento dos activos geradores de juros, associado à quebra das taxas de juro, permitiu o aumento da taxa de margem em 2 b. p. (de 0,32% em 2001 para 0,34% em 2002).

A margem financeira consolidada antes de provisões totalizou 17,2 milhões de euros, traduzindo-se num aumento de 61% em relação aos 10,6 milhões de euros registados em 2001; em termos líquidos a margem financeira consolidada aumentou 59,68% face ao período homólogo (9,6 milhões de euros em 2001 para 15,3 milhões de euros em 2002).

Outros proveitos

A obtenção de proveitos associados ao *core business* do Banco, alicerçados num serviço inovador de existência e ajustado às necessidades de uma base de clientes cada vez mais exigente e sofisticada, assume um dos pilares estratégicos e fundamentais do Banco.

Os outros proveitos líquidos evidenciaram uma evolução favorável de 32 milhões de euros (59,7%) face a 2001. Este aumento surge acentuado pelo facto de ter ocorrido no exercício de 2002 a alienação de participações não estratégicas, nomeadamente a participação na Euronext.

Para além do crescimento de cerca de 15,8% nas comissões líquidas, registou-se simultaneamente um aumento de cerca de 31,7% nos resultados líquidos em operações financeiras, fruto de uma criteriosa gestão da carteira de títulos. Os ganhos de *trading* em títulos de rendimento variável representaram 30,2% dos resultados líquidos em operações financeiras, sendo que os ganhos ao nível do rendimento fixo representaram 27,1%.

(Em milhares de euros)

	2002	2001	2000
Rendimento de títulos	2 429	3 631	1 080
Comissões (líquidas)	30 097	25 997	23 090
Lucros em oper. financeiras (líq.)	22 050	16 746	18 997
Outros proveitos de exploração	31 032	7 228	16 635
Total	85 608	53 603	59 803

Outros custos

O aumento evidenciado no agregado de outros custos, foi durante o ano de 2002 influenciado pelo aumento dos custos de transformação, nomeadamente 22% registado ao nível da rubrica de custos com pessoal e 28% na rubrica de custos administrativos.

Ao nível dos custos de transformação (agregado constituído pelos custos com pessoal, outros gastos administrativos e Amortizações do Exercício), regista-se um aumento dos custos com pessoal na ordem dos 22% fruto da consolidação do ActivoBank e do reforço da dotação para o fundo de pensões.

No tocante à rubrica de outros gastos administrativos, expurgando os efeitos da consolidação do ActivoBank e das empresas de ALD — participações alienadas no exercício em análise — verificou-se elevada contenção, uma vez que esta rubrica evolui em linha com a inflação verificada.

(Em milhares de euros)

	2002	2001	2000
Custos com pessoal	20 453	16 780	11 086
Outros gastos administrativos	16 751	13 084	5 544
Amortizações do exercício	2 121	879	449
Total	39 325	30 743	17 079
Outras provisões	14 281	3 720	4 305
Outros custos de exploração	4 880	3 036	3 633
Total	19 161	6 756	7 939

Será no entanto de realçar que fruto do aumento da rubrica de obrigações, acções e outros títulos o BCP Investimento registou um consequente crescimento na rubrica de outras provisões, mantendo uma elevada taxa de cobertura.

Análise da estrutura patrimonial**Evolução geral**

O activo total consolidado, em 31 de Dezembro de 2002 ascendia a 3335 milhões de euros, representando um acréscimo de 23% face ao período homólogo.

As variações mais significativas passaram pelo aumento de 145,5% da rubrica de contas de regularização (444,1 milhões de euros em 2002 contra 180,8 milhões de euros em 2001) fruto de uma emissão de *warrants* no montante de 348 milhões de euros e de operações de mercado de capitais por liquidar, registando-se ao nível do passivo semelhante impacto.

As rubricas de outros créditos sobre instituições de crédito (mais 45% face a 2001) e obrigações acções e outros títulos, onde se registou também um aumento de 14% face ao transacto (673 milhões de euros em 2002 contra 589 milhões de euros em 2001), contribuíram para o aumento do activo total consolidado.

Ao nível do passivo, para além do impacto já referido das contas de regularização é de registar o aumento dos débitos representados por títulos (mais 296,3 milhões de euros).

Qualidade do crédito e política de provisionamento:

O saldo de crédito sobre clientes no ano de 2002 atingiu o valor de 360 milhões de euros, valor que representa uma diminuição de cerca de 1% relativamente aos 363 milhões de euros registados em 2001.

O peso do crédito de médio e longo prazos no total de crédito era em 31 de Dezembro de 2002 de 96,37% que compara com 96,67% em 2001, revelando a estratégia de especialização do Banco neste tipo de crédito, (em 1996 apresentava valores de apenas 39,9%). Em termos de vencimento, em 2002, 88,4% do crédito situava-se em prazos superiores a um ano contra 89,8% em 2001. Verificou-se um ligeiro decréscimo do crédito com garantias reais que, no final de 2002 atingiu o peso de 52,3% do total de crédito face a 56,3% em 2001. Relativamente ao crédito sem garantias este registou uma diminuição para 1,1% contra os 6% em finais de 2001.

Por sua vez o crédito vencido total, registou uma diminuição de 35% face ao final de 2001, cifrando-se agora em 9,9 milhões de euros, fruto de recuperações ocorridas durante o exercício. Assim o peso do crédito vencido no total do crédito do Banco evoluiu favoravelmente de 4,2% em 2001 para 2,7% em finais de 2002.

Aplicando uma política baseada na prudente avaliação dos riscos de crédito, O BCP Investimento mantém estes activos devidamente cobertos, verificando-se contudo uma diminuição no indicador de cobertura de crédito vencido, tendo o *ratio* de provisões para crédito sobre crédito vencido atingido 90,5% em 31 de Dezembro de 2002 comparando com 103,5% em finais de 2001.

(Em milhares de euros)

	2002	2001	2000
crédito vencido	9 894	15 283	10 141
Crédito vencido/crédito total (percentagem)	2,7	4,2	3,5
Provisões para crédito/crédito vencido (percentagem)	90,5	103,5	112,0

Participações financeiras e aplicações em títulos:

Em 2002 registou-se um aumento da carteira de títulos do BCP Investimento da ordem dos 11%. A rubrica de obrigações e outros títulos de rendimento fixo aumentou 2% sendo que a rubrica de acções e outros título de rendimento variável evidenciado um crescimento de 96%.

(Em milhares de euros)

	2002	2001	2000
Participações financeiras	20 859	31 399	23 905
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	527 097	517 493	1 152 303
Dos quais:			
Papel comercial	10 475	23 754	58 711
Acções e outros títulos de rendimento variável	145 872	74 373	81 679
Total	693 828	623 265	1 257 886

Registou-se ainda uma diminuição de 34% das participações financeiras, resultante da alienação de participações não estratégicas.

Recursos

Em 2002 a composição dos recursos do Banco manteve-se praticamente inalterada.

Os empréstimos obrigacionistas e passivos subordinados representaram 71% (2362 milhões de euros) contra 76% (2066 milhões de euros) em 2001, no cômputo dos recursos totais.

Paralelamente ocorreu uma diminuição dos recursos de clientes que em 2001 representavam 6% do total dos recursos contra 4% em 2002.

(Em milhares de euros)

	2002	Porcentagem	2001	Porcentagem	2000	Porcentagem
Recursos de clientes	137 614	4	157 625	6	15 567	1
Recursos de instituições de crédito	169 883	5	129 342	5	451 594	21
Empréstimos obrigacionistas e passivos subordinados	2 361 646	71	2 065 357	76	1 172 144	55
Outros recursos	465 508	14	182 027	7	361 600	17
Fundos próprios	181 659	5	166 395	6	120 957	6
<i>Total</i>	3 316 310	100	2 700 746	100	2 121 862	100

Ratio de solvabilidade

O *ratio* de solvabilidade (base individual), calculado de acordo com a legislação nacional, era em 31 de Dezembro de 2002 de 13%, não evidenciando qualquer alteração face ao valor calculado em 31 de Dezembro de 2001 reflectindo uma estabilidade neste indicador prudencial.

Participações qualificadas

Participações de membros dos órgãos sociais de administração e fiscalização na sociedade e em sociedades em relação de domínio ou de grupo

Accionista/obligacionista — membros dos órgãos sociais	Empresa	Número de acções/obrigações		Movimento em 2002
		2001	2002	
Jorge Manuel Jardim Gonçalves	BCP	3 500 000	3 895 000	(1)
	Banco Sabadell	3 000	3 000	
	Capital BCP 2005 (d)	—	235 137	
	Obrig. BCP Investimento (a)	500	500	
	Obrig. BCP (b)	200	200	
	Obrig. BCP Finance Bank (c)	10	10	
Alexandre Guedes de Magalhães	BCP	845 063	1 150 063	(2)
	Capital BCP 2005 (d)	—	69 428	
Leandro Abílio Brandão Delgado	BCP	35 518	35 518	(3)
	Capital BCP 2005 (d)	—	2 143	
Acácio Jaime Liberado Mota Piloto	BCP	27 441	27 441	(4)
	Capital BCP 2005 (d)	—	1 657	
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	BCP	20 600	19 000	(5)
	Capital BCP 2005 (d)	—	1 243	
Manuel Ravara Castel-Branco Cary	BCP	26 560	26 560	(6)
	Capital BCP 2005 (d)	—	1 700	
Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecassis	BCP	30 264	30 264	(7)
	Capital BCP 2005 (d)	—	7 863	
	Certific. s/ índice DJ Industrial Average	—	25	
	Certific. s/ índice DJ Eurostoxx 50	—	81	
Ricardo Bayão Horta	BCP	118 173	188 173	(8)
	Capital BCP 2005 (d)	—	12 000	
Mário Branco Trindade	BCP	41 085	41 085	(9)
Mário Augusto Paiva Neto	BCP	29 733	29 733	(10)
	Capital BCP 2005 (d)	—	1 794	
José Eduardo Neiva dos Santos	Obrig. BCPI Rendim. Março/05	—	200	(11)
Cónjuges:				
Maria d'Assunção Jardim Gonçalves	BCP	1 515 000	1 550 000	(12)
	Capital BCP 2005 (d)	—	93 571	
Júlia Maria Leite P. S. Guedes Magalhães	BCP	886	886	(13)
	Capital BCP 2005 (d)	—	53	
	Obrig. BCPI Ob. Cx. Capitaliz. Ago/02	798	—	
	Obrig. BCPI Cap.Gar.Economia Global 2005	600	600	
	Obrig. BCPI Invest.Rend. Extra Jun/04	1 300	1 300	
	Obrig. BCPI Alta Poupança 7,25% Jul/03	330	330	
	Obrig. BCPI Alta Poupança var. Jul/04	330	330	
	Obrig. BCPI Ob. Cx. Invest. Rend. Certo Set/04	—	460	
	Obrig. BCPI Ob. Cx. Invest. Rend. Certo Dez/04	—	240	
Maria Clara Marques C. Moura Guedes	BCP	2 767	2 767	(14)
	Capital BCP 2005 (d)	—	1 620	
	Obrigações BCPI Cap.Gar. Valor Telecom	150	—	
	Obrigações BCPA Cap.Gar. Media 2005	400	400	
	Obrig. Caixa CISF Investimento Real 99/2006	150	150	
Maria Flora Silva M. Paiva Neto	BCP	1 238	1 238	(15)
	Capital BCP 2005 (d)	—	74	

(a) Obrigações BCPA Capital Garantido Internet (99/04).

(b) Obrigações BCP Capital Garantido Telecomunicações Móveis (00/05).

(c) Obrigações Mello Invest. Europa 1.ª emissão.

(d) Valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis.

Movimentos em 2001:

Accionistas obrigacionistas	Empresa	Operação	Títulos	Data
(1) Jorge Manuel Jardim Gonçalves	BCP	Aquisição	50 000	9-1-2002
	BCP	Aquisição	25 000	20-2-2002
	BCP	Aquisição	5 000	21-2-2002
	BCP	Aquisição	200 000	23-4-2002
	BCP	Aquisição	70 000	26-6-2002
	BCP	Aquisição	25 000	25-7-2002
	BCP	Aquisição	20 000	23-10-2002
	Capital BCP 2005	Subscrição	235 137	23-12-2002
(2) Alexandre Guedes de Magalhães	BCP	Aquisição	105 000	24-1-2002
	BCP	Aquisição	200 000	21-2-2002
	Capital BCP 2005	Subscrição	69 428	23-12-2002
	Direitos Capital BCP 2005	Aquisição	2	9-12-2002
	Direitos Capital BCP 2005	Exercício	2	23-12-2002
(3) Leandro Abílio Brandão Delgado	Capital BCP 2005	Subscrição	2 143	23-12-2002
	Direitos Capital BCP 2005	Atribuição	1	9-12-2002
	Direitos Capital BCP 2005	Alienação	1	13-12-2002
(4) Acácio Jaime Liberado Mota Piloto	Capital BCP 2005	Subscrição	1 657	23-12-2002
	Direitos Capital BCP 2005	Aquisição	2	13-12-2002
	Direitos Capital BCP 2005	Exercício	2	23-12-2002
(5) Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	BCP	Alienação	1 600	12-12-2002
	Capital BCP 2005	Subscrição	1 243	23-12-2002
(6) Manuel Ravara Castel-Branco Cary	BCP	Aquisição	2 000	21-2-2002
	BCP	Alienação	2 000	7-3-2002
	BCP	Aquisição	2 000	23-10-2002
	BCP	Alienação	2 000	7-11-2002
	Capital BCP 2005	Subscrição	1 700	23-12-2002
	Direitos Capital BCP 2005	Aquisição	14	13-12-2002
	Direitos Capital BCP 2005	Aquisição	148	16-12-2002
	Direitos Capital BCP 2005	Exercício	162	23-12-2002
(7) Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecassis	Capital BCP 2005	Subscrição	7 863	23-12-2002
	Direitos Capital BCP 2005	Aquisição	100 000	11-12-2002
	Direitos Capital BCP 2005	Alienação	90 000	12-12-2002
	Direitos Capital BCP 2005	Exercício	10 000	23-12-2002
	Certificados s/Índice DJ Industrial Average	Aquisição	25	27-6-2002
	Certificados s/Índice DJ Eurostoxx 50	Aquisição	81	27-6-2002
(8) Ricardo Bayão Horta	BCP	Aquisição	70 000	28-10-2002
	Capital BCP 2005	Subscrição	12 000	23-12-2002
(9) Mário Branco Trindade	—	—	—	—
(10) Mário Paiva Neto	Capital BCP 2005	Subscrição	1 794	23-12-2002
(11) José Eduardo Neiva dos Santos	Obrigações BCPI Rendimento Março/05	Aquisições	200	18-3-2002
(12) Maria d'Assunção Jardim Gonçalves	BCP	Aquisição	35 000	30-1-2002
	Capital BCP 2005	Subscrição	93 571	23-12-2002
(13) Júlia Maria Leite P. S. Guedes Magalhães	Capital BCP 2005	Subscrição	53	23-12-2002
	Obrig. BCPI Ob. Cx. Capitaliz. AGO/02	Reembolso	798	1-09-2002
	Obrig. BCPI Ob. Cx. Invest. Rend. Certo Set/04	Subscrição	460	2-09-2002
	Obrig. BCPI Ob. Cx. Invest. Rend. Certo Dez/04	Subscrição	240	29-11-2002
(14) Maria Clara Marques C. Moura Guedes	Capital BCP 2005	Subscrição	1 620	23-12-2002
	Direitos Capital BCP 2005	Aquisição	2 408	16-12-2002
	Direitos Capital BCP 2005	Exercício	2 408	23-12-2002
	Obrig. BCPI Cap. Gar. Valor Telecom	Reembolso	150	26-11-2002
(15) Maria Flora Silva M. Paiva Neto	Capital BCP 2005	Subscrição	74	23-12-2002

Accionistas com participações superiores
a 10% do capital social do BCP investimento

Accionista	Número de accionistas
BCP Participações Financeiras — SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª	75 000 000

Proposta de aplicação de resultados

Para efeitos do disposto na alínea b) do número um do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação dos resultados do exercício 36 586 592,44 euros:

Para reforço da reserva legal — 3 658 659,25 euros;

32 927 933,19 euros, ou seja o remanescente para distribuição aos accionistas, nos termos do n.º 2 do artigo 32.º dos Estatutos.

Referências

Ao finalizar o relatório de gestão referente à actividade desenvolvida pelo BCP Investimento e suas associadas ao longo de 2002,

o conselho de administração expressa os seus agradecimentos ao conjunto de entidades, colectivas e individuais, que prestaram das formas mais diversificadas, toda a colaboração durante o período em apreço, que se revelou decisiva face aos objectivos e resultados alcançados:

Às autoridades monetárias e financeiras, pela colaboração prestada;

Aos nossos clientes, pela preferência e confiança manifestadas, em resultado da partilha conjunta de sucessos;

Aos órgãos de fiscalização, pelo acompanhamento das actividades do Banco e diálogo sempre cooperante;

E aos colaboradores, pela disponibilidade, dedicação e profissionalismo sempre demonstrados.

Lisboa, 10 de Janeiro de 2002. — O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecassis*.

Balanço em 31 de Dezembro de 2002 e 2001**ACTIVO**

(Em milhares de euros)

	2002			2001
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4 736	—	4 736	9 982
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	66 601	—	66 601	251 446
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	1 704 044	5	1 704 039	1 080 311
4 — Créditos sobre clientes	370 690	10 285	360 405	348 124
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	516 213	1 740	514 473	517 134
a) De emissores públicos	56 495	15	56 480	51 549
b) De outros emissores	459 718	1 725	457 993	465 585
(Dos quais: obrigações próprias)	(31 869)	(—)	(31 869)	55 926
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	154 734	752	153 982	67 374
7 — Participações	9 542	9	9 533	17 824
8 — Partes de capital em empresas coligadas	34 231	—	34 231	51 800
9 — Imobilizações incorpóreas	3 185	1 025	2 160	1 238
10 — Imobilizações corpóreas	34 063	14 416	19 647	20 054
(Dos quais: imóveis)	(21 130)	(4 272)	(16 858)	(16 664)
11 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
12 — Acções próprias ou partes de capital próprias	—	—	—	—
13 — Outros activos	23 922	1 450	22 472	39 921
15 — Contas de regularização	439 653	—	439 653	163 410
16 — Prejuízo do exercício	—	—	—	—
<i>Total do activo</i>	3 361 614	29 682	3 331 932	2 568 618

PASSIVO

	2002	2001
1 — Débitos para com instituições de crédito	169 883	128 180
a) À vista	3 495	3 495
b) A prazo ou com pré-aviso	166 388	124 685
2 — Débitos para com clientes	137 614	22 462
a) Depósitos de poupança	—	—
b) Outros débitos	137 614	22 462
ba) À vista	263	2 691
bb) A prazo	137 614	22 462
3 — Débitos representados por títulos	2 303 742	2 007 453
a) Obrigações em circulação	2 303 742	2 007 453
b) Outros	—	—
4 — Outros passivos	15 133	15 768
5 — Contas de regularização	449 684	159 404
6 — Provisão para riscos e encargos	8 407	3 343
a) Provisões para pensões e encargos similares	4 288	—
b) Outras provisões	4 119	3 343
6-A — Fundo para riscos bancários gerais	5 349	212
8 — Passivos subordinados	57 904	57 904
9 — Capital subscrito	75 000	75 000
10 — Prémios de emissão	—	—
11 — Reservas	72 629	27 561
12 — Reservas de reavaliação	—	—
13 — Resultados transitados	—	43 825
14 — Lucro do exercício	36 587	27 506
<i>Total do passivo e dos capitais próprios</i>	3 331 932	2 568 618

Rubricas extrapatrimoniais

	2002	2001
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais	96 952	125 891
Dos quais:		
1.1 — Aceites e endossos	—	—
(Dos quais: aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados)	—	—
1.2 — Garantias e avales	96 702	117 542
1.3 — Cauções e activos dados em garantia	250	8 137
1.4 — Outros	—	212
2 — Compromissos	83 145	87 609
Dos quais:		
2.1 — Resultantes de operações de venda com opção de recompra	—	—
	180 097	213 500

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro 2002 e 2001

DÉBITO

(Em milhares de euros)

	2002	2001
1 — Juros e custos equiparados	121 205	126 352
2 — Comissões	2 080	3 201
3 — Prejuízos em operações financeiras	124 914	159 196
4 — Gastos gerais administrativos	32 192	29 217
a) Custos com o pessoal	19 033	17 319
Dos quais:		
(— salários e vencimentos)	(13 686)	(13 656)
(— encargos sociais)	(5 310)	(3 538)
Dos quais:		
(— com pensões)	(2 423)	(1 117)
b) Outros gastos administrativos	13 159	11 898
5 — Amortizações do exercício	1 988	874
6 — Outros custos de exploração	68	200
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	8 601	5 764
8 — Provisões para imobilizações financeiras	—	—
10 — Resultado da actividade corrente	39 492	32 466
11 — Perdas extraordinárias	7 266	1 214
13 — Impostos sobre lucros	11 905	5 110
14 — Outros impostos	215	141
15 — Lucro do exercício	36 587	27 506
<i>Total</i>	347 021	358 775

CRÉDITO

	2002	2001
1 — Juros e proveitos equiparados	134 444	137 970
Dos quais:		
(— de títulos de rendimento fixo)	(23 784)	(59 798)
2 — Rendimentos de títulos	2 489	2 435
a) Rendimento de acções, de quotas e outros títulos de rendimento variável	1 947	1 540
b) Rendimento de participações	51	895
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	491	—

	2002	2001
3 — Comissões	31 406	28 468
4 — Lucros em operações financeiras	146 990	176 165
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões por passivos eventuais e por compromissos	3 752	4 553
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas ...	—	—
7 — Outros proveitos de exploração	11 459	7 679
8 — Resultado da actividade corrente	—	—
9 — Ganhos extraordinários	16 481	1 505
11 — Prejuízo do exercício	—	—
Total	347 021	358 775

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível)*.

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

ACTIVO

(Em milhares de euros)

	2002			2001
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4 736	—	4 736	12 392
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	71 311	—	71 311	290 731
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	1 711 774	5	1 711 769	1 180 831
4 — Créditos sobre clientes	370 690	10 285	360 405	363 945
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	520 725	1 740	518 985	517 134
a) De emissores públicos	56 495	15	56 480	51 549
b) De outros emissores	464 230	1 725	462 505	409 659
(Dos quais: obrigações próprias)	(31 869)	—	(31 869)	55 926
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	154 734	752	153 982	71 942
7 — Partes de capital em empresas associadas	—	—	—	22 199
8 — Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação ...	6 702	—	6 702	—
9 — Outras participações financeiras	16 057	1 900	14 157	9 200
10 — Imobilizações incorpóreas	3 185	1 025	2 160	1 533
11 — Imobilizações corpóreas	34 094	14 441	19 653	20 572
(Dos quais: imóveis de serviço próprio)	(21 130)	(4 272)	(16 858)	(17 121)
12 — Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial	—	—	—	—
13 — Diferenças de consolidação	—	—	—	—
14 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
15 — Acções próprias	—	—	—	—
16 — Outros activos	28 892	1 738	27 154	44 451
17 — Contas de regularização	444 069	—	444 069	174 165
18 — Prejuízo consolidado do exercício	—	—	—	—
19 — Interesses minoritários	—	—	—	—
Total do activo	3 366 969	31 886	3 335 083	2 709 095

PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS

	2002	2001
1 — Débitos para com instituições de crédito	169 883	129 292
a) À vista	3 495	3 495
b) A prazo	166 388	125 797
2 — Débitos para com clientes	137 614	157 626
a) Depósitos de poupança	—	13 278
b) Débitos à vista	263	17 856
c) Débitos a prazo	137 351	126 492
3 — Débitos representados por títulos	2 303 742	2 007 453
a) Obrigações em circulação	2 303 742	2 007 453
b) Outros	2 303 742	2 007 453

	2002	2001
4 — Outros passivos	15 210	18 417
5 — Contas de regularização	450 298	162 273
6 — Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial	—	—
7 — Diferenças de consolidação	—	—
8 — Provisão para riscos e encargos	8 421	3 697
a) Provisões para pensões e encargos similares	4 288	—
b) Outras provisões	4 133	3 697
9 — Fundo para riscos bancários gerais	10 352	212
10 — Passivos subordinados	57 904	57 904
11 — Capital subscrito	75 000	75 000
12 — Prémios de emissão	—	—
13 — Reservas	71 174	70 262
14 — Reservas de reavaliação	—	—
15 — Resultados transitados	—	—
16 — Interesses minoritários	—	—
17 — Lucro consolidado do exercício	35 485	26 959
<i>Total do passivo e dos capitais próprios</i>	<i>3 335 083</i>	<i>2 709 095</i>

Rubricas extrapatrimoniais

	2002	2001
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais	96 952	125 891
Dos quais:		
1.1 — Aceites e endossos	—	—
1.2 — Garantias e avals	96 702	117 542
1.3 — Cauções e activos dados em garantia	250	8 137
1.4 — Outros	—	212
2 — Compromissos	83 145	87 609
Dos quais:		
2.1 — Resultantes de operações de venda com opção de recompra	—	—
	180 097	213 500

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro 2002 e 2001

DÉBITO

(Em milhares de euros)

	2002	2001
1 — Juros e custos equiparados	125 989	128 580
2 — Comissões	2 343	3 647
3 — Prejuízos em operações financeiras	125 142	159 256
4 — Gastos gerais administrativos	37 206	29 864
4.1 — Custos com o pessoal	20 455	16 780
4.2 — Outros custos administrativos	16 751	13 084
5 — Amortizações do exercício	2 121	879
6 — Outros custos de exploração	1 087	200
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	8 923	5 999
8 — Provisões para imobilizações financeiras	1 114	—
9 — Perdas extraordinárias	13 273	1 383
10 — Impostos sobre lucros	11 921	5 125
11 — Outros impostos	516	158
12 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação	4	325
13 — Interesses minoritários	(65)	—
14 — Lucro consolidado do exercício	35 485	26 959
<i>Total</i>	<i>365 059</i>	<i>362 375</i>

CRÉDITO

	2002	2001
1 — Juros e proveitos equiparados	143 181	139 231
2 — Rendimentos de títulos	2 045	2 435
3 — Comissões	32 440	29 646
4 — Lucros em operações financeiras	147 193	176 002
5 — Reposições e anulações de provisões	3 904	4 572
6 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação	384	1 196
7 — Outros proveitos de exploração	15 248	7 843
8 — Ganhos extraordinários	20 664	1 450
9 — Interesses minoritários	—	—
10 — Prejuízo consolidado do exercício	—	—
<i>Total</i>	365 059	362 375

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002

Indicações obrigatórias constantes do Plano de Contas para o Sistema Bancário e Normas do Banco de Portugal, no âmbito dos anexos às instruções n.º 4/96 (BNBP n.º 1, 17 de Junho de 1996) — VII e n.º 71/96 (BNBP n.º 1, 17 de Junho de 1996) — II:

1 — Não existem alterações de critérios que afectem a comparabilidade de valores. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem o universo das empresas subsidiárias e associadas.

2 — Não existem situações relevantes que, consoante de uma rubrica do balanço poderiam no todo ou em parte, ser incluídas noutras rubricas.

3 — As políticas e critérios valorimétricos estão apresentados nas políticas contabilísticas, nota n.º 1 às demonstrações financeiras.

4 — Não se verificaram derrogações dos critérios valorimétricos definidos no plano de contas.

5 — Não existem diferenças significativas entre o valor dos activos apresentados no balanço e os valores de mercado.

6 — As participações financeiras superiores ou iguais a 20% dos respectivos capitais próprios detidas directamente pelo Banco, à data de 31 de Dezembro de 2002, estão apresentadas na nota n.º 7 às demonstrações financeiras.

7 — O valor das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, com vencimento no decurso do ano de 2003, encontram-se referidos na nota n.º 6 às demonstrações financeiras.

8 — À data de 31 de Dezembro de 2002, o Banco não detinha quaisquer créditos, sobre empresas com ligação de participação, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo.

9 — À data de 31 de Dezembro de 2002, o Banco não detinha quaisquer créditos, sobre empresas coligadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo.

10 — Os inventários, consolidado e individual, da carteira de títulos e participações financeiras do grupo e banco, à data de 31 de Dezembro de 2002, são apresentados como se segue:

Inventário consolidado de títulos e participações financeiras em 31 de dezembro de 2002:

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
A) Títulos — Negociação						294 129 104,36
Títulos de rendimento fixo — emitidos por residentes						101 276 442,39
De dívida pública portuguesa						55 558 403,98
A médio e a longo prazos						55 558 403,98
OT 3,625% 99/19-8-2004	261 386	EUR	0,01	1,03	1,03	269 463,28
OT 3,95% 99/15-7-2009	864 820	EUR	0,01	1,04	1,04	897 165,31
OT 4,8125% 98/23-4-2003	2 368	EUR	0,01	1,04	1,04	2 459,87
OT 4 875% 02/17-8-2007	394 999	EUR	0,01	1,07	1,07	424 372,85
OT 5% 02/15-6-2012	17 551 001	EUR	0,01	1,09	1,09	19 217 366,64
OT 5,25% 00/14-10-2005	769 694	EUR	0,01	1,07	1,07	823 540,76
OT 5,375% 98/23-6-2008	863 676	EUR	0,01	1,11	1,11	960 430,97
OT 5,45% 98/23-9-2013	123 005	EUR	0,01	1,10	1,10	134 869,80
OT 5,85% 00/20-5-2010	367 135	EUR	0,01	1,15	1,15	421 677,18
OT 6,625% 97/23-2-2007	87 859	EUR	0,01	1,18	1,18	103 616,57
OT 9,5% 96/23-2-2006	9 470 984	EUR	0,01	1,27	1,27	11 988 800,24
OT LP 10,625% 93/23-6-2003	6 637 307	EUR	0,01	1,04	1,04	6 887 061,11
OT LP 11,875% 95/23-2-2005	6 689 833	EUR	0,01	1,28	1,28	8 587 615,51
OT LP 8,875% 94/23-1-2004	552 484	EUR	0,01	1,15	1,15	633 233,69
OTRV 96/15-8-2003 — taxa variável	4 160 000	EUR	0,01	1,01	1,01	4 206 730,19
De outros residentes						45 718 038,41
A médio e a longo prazos						45 718 038,41
Banco Mello Inv. Mello Multimedia 16-12-2003	2 621 703	EUR	0,01	0,95	0,95	2 503 201,86
Banco Chem. Util. euro 99/1-7-2004	12 586 261	EUR	0,01	0,84	0,84	10 557 355,85
Banco Chemical PSI 20 IE 98/31-3-03	287 308	EUR	0,01	1,01	1,01	289 088,90
Banco Mello Acções Europa 00/14-2-03	2 876 918	EUR	0,01	0,97	0,97	2 776 509,54
Banco Mello Farmacêuticas 00/2003	4 987 984	EUR	0,01	1,00	1,00	4 996 406,10
Banco Mello Inv. Mello Europa 99/2-10-2003	4 653 730	EUR	0,01	1,04	1,04	4 827 314,38
Banco Mello Telecom 00/13-3-2003	3 769 176	EUR	0,01	0,99	0,99	3 716 965,59
Invest. Nikkei Obrig. Caixa 98/10-2-2003 1/2.ª em.	11 766 230	EUR	0,01	1,12	1,12	13 218 182,94
Investimento Mello EUA Caixa 99/03-9-2004	2 753 707	EUR	0,01	1,03	1,03	2 833 013,25
De rendimento fixo — emitidos por não residentes						71 644 540,45
De emissores públicos estrangeiros						0,24
A médio e a longo prazos						0,24
DBR 5,25% 98/4-1-2008 EUR	—	EUR	0,01	1,13	1,13	0,24
De outros não residentes						71 644 540,21
A médio e a longo prazos						71 644 540,21

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Allianz Finance II 7 25%2-10-3-2008	13 500 000	USD	953,56	0,97	0,97	13 053 661,85
Alpha Group Jersey Ltd. 5-12-2012	4 000 000	EUR	1 000,00	1,00	1,00	4 000 000,00
BCP (Sfi) Cap. Garantido Telecoms 2005	134 000	EUR	50,00	0,93	0,93	125 275,80
BCP Fin. Bank. alt. World (Eur) 64em 30-11-09	30 000	EUR	1 000,00	1,00	1,00	29 998,50
BCP Fin. Bank. Mtn. 73 em. 2/26-2-2007	14 000 000	EUR	1 000,00	0,99	0,99	13 169 470,93
BCP Fin. Bank EUR Crd. Link Nt 01/15-11-04	46 000	EUR	1 000,00	1,01	1,01	46 235,33
BCP Fin. Bank 70 Mtn Co Omm li 02/28-2-06	328 000	EUR	100,00	1,00	1,00	327 983,60
BCP Fin. Bank Mtn 6,25% 25-9-2008	700 000	EUR	100 000,00	1,10	1,10	769 288,13
BCP Finance Bank 4,85% 99/15-9-07 emtn	450 000	EUR	1 000,00	1,05	1,05	470 673,82
BCP Finance Bank 82 em 02/28-11-2005	2 560 700	EUR	100,00	0,91	0,91	2 327 194,89
BCP Finance Bank 86 em 02/1-7-2003	24 000	EUR	1 000,00	1,04	1,04	24 857,55
BCP Finance Bank Mtn 00/10-3-2003	500 000	EUR	100 000,00	1,00	1,00	500 811,95
BCP Finance Bank Mtn Valor Telecoms 2004	176 800	EUR	400,00	0,96	0,96	170 462,60
BCP Ob. Eur Rend. Stox50 — Maio 04	414 000	EUR	100,00	0,99	0,99	409 032,00
BCP Rend 9% 00/31-5-2004	347 700	USD	95,36	1,05	1,05	366 401,26
BCP SFI CG Arco-Iris 01/22-3-06	15 000	EUR	50,00	1,00	1,00	15 000,00
BCP SFI Obrig. Caixa Eur Rend 6% Maio/2004	470 200	EUR	100,00	1,05	1,05	492 217,89
BCP SFI Rend Eurostox50 00/31-5-04	374 200	USD	95,36	0,93	0,93	347 193,17
BCPF Stocxx50 Nokia 00/3-8-03	657 000	EUR	100,00	1,00	1,00	657 000,00
BBAR Stearns 99/18-3-2004 Fm	2 000 000	EUR	5 000,00	1,01	1,01	2 015 000,00
BES Finance Ltd. 6,625% (Perpetual)	3 663 000	EUR	1 000,00	1,04	1,04	3 825 150,47
Capital Funding GmbH Perp	235 000	EUR	0,01	1,02	1,02	240 094,25
Dressner bank 97/26-3-2007	10 000 000	PTE	49 879,79	0,01	0,01	51 060,78
EIB 8,5% 96/19-6-2006	10 000 000	PTE	498,80	0,01	0,01	60 105,01
France Tel 3 75% 02/17-4-2003 cln	100 00	USD	953,56	0,94	0,94	94 078,78
Hipovereinsbank Lux 98/08 S-A	1	EUR	0,01	0,91	0,91	0,82
ING Verzekering Intned 6,375% (7-5-2027)	17 000 000	EUR	10 000,00	1,04	1,04	17 706 664,38
RBS capital Trust b 6,8% 31-3-2008	4 000 000	USD	953,56	0,96	0,96	3 832 257,98
RBS Parcs Fun 8% 02/30 06-08 Perp	4 984 000	USD	953,56	0,96	0,96	4 764 168,19
Tagus Global bond Securit Plc 2 a 2	900 000	EUR	50 000,00	0,95	0,95	858 591,32
Tagus Global bond Securit Plc 2 C	200 000	EUR	50 000,00	0,97	0,97	194 608,97
Valores de rendimento variável						6 290 637,84
Emitidos por residentes						2 157 568,14
Acções						918 705,72
BCP Nom.	68 254	EUR	1,00	2,28	2,28	155 619,12
BESCL Nom.	5 851	EUR	5,00	12,50	12,50	73 137,50
BPI Nom.	18 712	EUR	1,00	2,18	2,18	40 792,16
Brisa Nom. Priv 1.ª, 2.ª e 3.ª fases	13 253	EUR	1,00	5,28	5,28	69 975,84
Capital BCP 2005 direitos de subscrição	2 082	EUR	1,00	—	0,00	0,07
Cimfor Nom.	1 191	EUR	5,00	16,00	16,00	19 056,00
Cofina — SGPS	1 231	EUR	0,50	2,33	2,33	2 868,23
BDP — Electricidade Portugal (Ord. Shs.)	51 075	EUR	1,00	1,59	1,59	81 209,25
Ibersol — SGPS, S.A.	295	EUR	1,00	3,50	3,50	1 032,50
Impresa	1 064	EUR	1,00	1,90	1,90	2 021,60
Jerónimo Martins — SGPS	944	EUR	5,00	6,95	6,95	6 560,80
Novabase — SGPS, S.A.	557	EUR	1,00	5,80	5,80	3 230,60
Pararede Nom.	3 080	EUR	0,40	0,20	0,20	616,00
Portucel Ind. (Ord. Shs.)	5 020	EUR	1,00	1,16	1,16	5 823,20

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Portugal Telecom Nom.....	60 248	EUR	1,00	6,55	6,55	394 624,40
PT Multimédia — SGPS Nom.	1 545	EUR	0,50	10,02	10,02	15 480,90
SAG Gest	923	EUR	1,00	1,48	1,48	1 366,04
Senapa — SGPS	1 165	EUR	1,00	3,30	3,30	3 844,50
Sonae — SGPS	39 394	EUR	1,00	0,40	0,40	15 757,60
Sonae.Com	1 393	EUR	1,00	1,57	1,57	2 187,01
Vodafone — Telecel Comunicações Móveis, S A	3 176	EUR	0,50	7,40	7,40	23 502,40
Unidades de participação						1 238 862,42
Fundo Fechado Saúde e Lazer 2004	9 111	EUR	49,88	46,77	47,26	426 121,47
Fundo Futuro 2005	18 081	EUR	49,88	44,95	45,43	812 740,95
Emitidos por não residentes						4 133 069,70
Ações						4 133 019,70
Abbey National Group 7 375% Pfd	175	USD	23,84	24,74	24,74	4 328,69
Alcatel, S. A.	1	EUR	1,00	4,18	4,18	4,18
Bcheurocapital Ltd. Pfrshs S-A 96/09 USD	1 080	USD	23,84	23,55	23,55	25 430,77
Bci Us Ftit 98/15-07 Perp	155	EUR	1 000,00	950,00	950,00	147 250,00
BCP Fin compy 6.25% Pfrshs 99/30-6-2049	50 908	EUR	50,00	50,00	50,00	2 545 400,00
Bsch Finance Ltd. 6.25% 98/PBRP DEM	1 205	DEM	12,78	11,59	11,59	13 960,98
Csfh cap 99/29-6-2004 Pfd	30 000	USD	23,84	23,36	23,36	700 921,62
Daxex	3	EUR	1,00	28,55	28,55	85,65
Mmo2 Plc	10	GBP	0,02	0,68	0,68	6,81
Zurich Financial Serv 7 125% 99 PFD	30 247	EUR	25,00	23,00	23,00	695 681,00
Títulos subordinados						5 262,80
BPA Obrig. Perp. Subordinadas 97/30-6-2015	5 000	EUR	0,01	1,05	1,05	5 261,34
BPSM Obrig. Caixa Subord./95 1.ª em.	1	EUR	0,01	1,00	1,00	1,46
Títulos próprios						114 912 220,88
De rendimento fixo						17 515 823,24
A médio e a longo prazos						17 515 823,24
BCPA AG Internet 99/06 12-2004	2 498 300	EUR	50,00	0,93	0,93	2 315 424,44
BCPA capital Gar Media 00/17-10-05	2 294 300	EUR	50,00	0,88	0,88	2 016 230,84
BCPA CG Eurostox 00/31-7-04 Ind	1 415 550	EUR	50,00	0,91	0,91	1 294 378,92
BCPA CO Rend Eurostox 50 2% 00/31-07-04	1 406 150	EUR	50,00	0,95	0,95	1 331 624,05
BCPA Telecoms 00/1-2-2005	7 050	EUR	50,00	0,90	0,90	6 367,56
BCPI Biotecnologia 00/04-08-05	1 300 000	EUR	100,00	0,87	0,87	1 131 520,00
BCPI CGO Sel. Eur Qual. 00/06-10-03	20 600	EUR	50,00	0,97	0,97	20 006,72
CISF Psi-20 99/12-04-2004	7 181 500	EUR	50,00	0,95	0,95	6 795 853,45
Telecomun. Móveis 00/20-09-05	2 951 850	EUR	50,00	0,88	0,88	2 604 417,26
De rendimento variável						97 396 397,64
A médio e a longo prazos						97 396 397,64

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
BCPI Certificados S/Dax 10-2002/2005	749 999	EUR	—	31,49	31,49	23 617 468,51
Certificados s/Ind. Dj Eurostoxx 50	1 374 746	EUR	—	23,98	23,98	32 966 789,58
Certificados s/Ind. Dj Industrial average	479 297	EUR	—	85,15	85,15	40 812 139,55
B) Títulos — Investimento						381 281 443,43
De rendimento fixo — de emissores públicos						936 551,64
De dívida pública portuguesa						936 551,64
A médio e longo prazos						936 551,64
Consolidado 1941	5 592	EUR	0,01	0,79	0,26	4 441,96
Consolidado 1943	544	EUR	0,01	0,60	0,20	324,72
Consolidado 3% — 1942	18 111	EUR	0,01	0,62	0,31	11 164,40
Consolidado centenários 4% 1940	29 150	EUR	0,01	0,71	0,50	20 838,28
OT 3,625% 99/19-8-2004	530 000	EUR	0,01	0,96	1,01	510 180,55
OT 3,95% 99/15-7-2009	202 000	EUR	0,01	0,90	1,00	182 195,75
OT 4,8125% 98/23-4-2003	1	EUR	0,01	0,98	1,01	0,63
OT 5,375% 98/23-6-2008	0	EUR	0,01	1,00	1,08	0,12
OT 6,625% 97/23-2-2007	0	EUR	0,01	1,04	1,12	0,24
OT 9,5% 96/723-2-2006	1	EUR	0,01	1,18	1,18	0,85
OT LP 10,625% 93/23-6-2003	157 196	EUR	0,01	1,03	1,04	161 359,63
OT LP 11,875% 95/23-2-2005	0	EUR	0,01	1,25	1,18	0,40
OT LP 8,875% 94/23-1-2004	1	EUR	0,01	1,10	1,06	0,92
OTRV 96/15-8-2003 — taxa variável	45 000	EUR	0,01	1,00	1,00	45 000,00
OTRV 97/30-7-2004 — taxa variável	1 047	EUR	0,01	1,00	1,00	1 043,19
De rendimento fixo — de outros emissores						115 296 161,82
Emitidos por residentes						115 296 161,82
A médio e a longo prazos						104 821 253,05
Atlântico 3,25% lbr 99/02 8-2003	16 742 800	EUR	50,00	1,00	1,00	16 714 629,45
Atlântico taxa crescente 99/04-10-04	15 612 600	EUR	50,00	1,00	1,00	15 550 824,43
Banco Pinto Sotto Mayor 95/18-4-2003	267 953	EUR	0,01	1,00	1,00	267 751,35
Banco Pinto Sotto Mayor 97/29-6-2049	6 301 325	EUR	0,01	0,98	0,80	6 153 950,05
Banco Totta & açores 97/Pbrp	64 844	EUR	0,01	0,99	0,82	64 091,43
BCP Obrig. Caixa Investimento Real 99/10-3-06	4 618 000	EUR	50,00	1,00	1,00	4 616 885,27
Bpa Obrig. Cx Subord/93 2.ª em.	2 915 294	EUR	0,01	1,00	1,00	2 905 158,26
Brisa 98/29-5-2008 Infl.	393 162	EUR	4,99	1,04	1,05	407 892,44
Cop Perpetuas Sub /97	661 994	EUR	0,01	0,99	0,80	658 177,16
EDP 98/23 11 2008 25.ª em.	2 094 950	EUR	0,01	0,99	1,00	2 083 319,16
BNOIL SGPS 080 98/17-08-2003 (Warrants)	1 545 926	EUR	0,01	0,99	0,94	1 533 959,18
Faiart.Fe Porcel 96/260802 (30-9-2008)	2 869 000	EUR	4,78	0,95	0,95	2 739 862,95
Imoloc 98/28-4-2003 — taxa variável	682 550	EUR	1,87	1,00	1,00	682 550,00
Inparisa Obrigs 99/11-7-2004	4 526 491	EUR	0,01	0,96	0,90	4 330 598,68
Jerónimo Martins 97/30 12 2004	470 000	EUR	0,01	1,08	1,22	507 600,00
Jerónimo Martins c/Warr 96/15-9-03	14 500	EUR	0,01	0,96	0,97	13 949,86
Lisgráfica 97/30-6-2003 em.	1 239 613	EUR	0,00	1,00	1,00	1 238 534,98

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Lisnave 92/30-5-2007	127 305	EUR	0,01	0,99	1,01	125 887,45
Lisnave estaleiros Navais 2006	179	EUR	0,01	0,97	0,97	173,19
Modelo continente — SGPS 30-6-2004	23 680	EUR	5,00	0,97	0,99	25 002,08
Obrig. caixa bcp 4,83% Agosto 2007	38 300 000	EUR	50,00	1,01	1,01	38 723 592,67
Quintas & Quintas 98/31-7-2005	1 497 000	EUR	4,99	0,99	0,99	1 488 736,04
Solidal 98/30-10-2005	1 497 000	EUR	4,99	1,00	1,00	1 498 030,53
Sonae Indústria/98	3 416	EUR	0,01	0,98	0,99	3 355,59
Sopete/95 — taxa variável	748 500	EUR	4,99	1,00	1,00	748 500,00
Tecnovia 91 (Redefinição)-95/31-1-2004	82 523	EUR	1,65	0,79	1,51	65 239,16
Ubp Obrig. Caixa Sub 96/27-6-2006	1 753 770	EUR	0,01	0,95	0,95	1 673 000,89
A médio e longo prazos (papel comercial)						10 474 908,77
P. Com. ETE 18 em /96	1 995 192	EUR	49 879,79	1,00	1,00	1 995 191,60
P. Com. Lano Video/98 6 em	560 098	EUR	560 098,41	1,00	1,00	560 098,41
P. Com. Lisgráfica 661 em / 98	4 925 62	EUR	49 256,29	1,00	1,00	4 925 629,26
P. Com. Mj. Pestana 109 em	500 000	EUR	50 000,00	1,00	1,00	500 000,00
P. Com. Singer 23 em	2 493 99	EUR	49 879,79	1,00	1,00	2 493 989,50
Emitidos por não residentes						190 071 216,42
Por outros não residentes						190 071 216,42
A médio e a longo prazos						190 071 216,42
Atlântico SFB Cap. Cresc. 00/20-1-2003	7 052 027	EUR	53,30	1,00	1,00	7 044 993,19
Atlântico SFE Obrig 3,5% 1 99/19-8-2004	22 685 200	EUR	50,00	1,00	1,00	22 612 117,29
BCP Fin Bank Eur Crd. Link Nt 01/15-11-04	993 000	EUR	1 000,00	1,00	1,00	993 000,00
BCP Fin Bank eur Crd. Link Nt 01/15-11-04	5 000	EUR	1 000,00	0,92	1,00	4 582,32
BCP Finance Bank Zep 99/29 10-2007 — 8.ª em.	9 318 000	EUR	1 000,00	1,28	1,28	11 896 116,69
BCP Finance Bank Min 00/10-3-2003	16 500 000	EUR	100 000,00	1,00	1,00	16 498 112,78
BCP SFE Ob Caixa Rend Seguro 10% Nov 2005	26 550	EUR	50,00	0,98	1,17	25 964,62
BCP SFE Ob Caixa Poup. Taxa Gr. 12% 2e 1/6-9-04	446 250	EUR	50,00	0,98	0,98	437 793,22
BCP SFE Ob Caixa Primavera 01/11-05-2004	372 900	EUR	50,00	0,99	0,99	369 771,83
BCP SFE Obrig. caixa aforro 6,5% Set 2004	32 250	EUR	50,00	0,97	0,97	31 331,14
BCP SFE Poup. Certa 10% 02/7-1-2005	271 050	EUR	50,00	0,97	0,97	263 459,01
BCP SFE Poup taxa Gar. 12% 01/31-7-04	375 000	EUR	50,00	0,98	0,98	367 348,03
BCP SFE Poup taxa Gar. 12% 3em 01/20-9-04	126 650	EUR	50,00	0,98	0,98	123 789,56
BCP SFE Super Poup Cresc. 2004	416 650	EUR	50,00	0,99	0,99	413 374,65
BCP SFE Super Poup Cresc. 2004 — 2.ª em.	340 800	EUR	50,00	1,00	1,00	340 371,22
BCP SFI Caixa 3 5% 1e 99/19-8-2004 Eur.	14 176 200	EUR	50,00	1,00	1,00	14 120 739,62
BCP SFI Caixa cap Cresc. 00/20-01-2003	4 326 404	EUR	53,30	1,00	1,00	4 321 914,79
BCP SFI Caixa Inv taxa cred. 99/14-10-04 Eur	23 884 700	EUR	50,00	1,00	1,00	23 882 427,08
BCP SFI Caixa Poup. Certa 10/2-7-1-2005	3 888 250	EUR	50,00	0,99	0,99	3 832 093,72
BCP SFI Caixa Poup taxa Qar 12/1/31-07-04	4 299 500	EUR	50,00	0,98	0,98	4 216 421,20
BCP SFI Caixa Rend. Máximo 00/31-7-2003	18 613 650	EUR	50,00	1,00	1,00	18 535 096,19
BCP SFI Caixa Rend. Máximo 00/21-9-03 — 3.ª em.	5 953 600	EUR	50,00	0,99	0,99	5 905 943,75
BCP SFI Caixa Rend. Máximo 00/31-8-03 — 2.ª em.	8 852 850	EUR	50,00	0,99	0,99	8 795 361,79
BCP SFI Caixa Super Poup. Cresc. 2004	1 112 500	EUR	50,00	1,00	1,00	1 110 120,85
BCP SFI Caixa Taxa Var. 11,5% 01/05-01-03	5 249 850	EUR	50,00	0,97	0,97	5 114 941,85
BCP SFI Caixa Taxa Var. 12% — 3.ª em. 01/20-09-04	4 025 750	EUR	50,00	0,98	0,98	3 947 253,96
BCP SFI Obrig. Caixa Rend. Seguro 10/Nov 2005	200 250	EUR	50,00	0,97	1,17	194 823,10

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
BCPSFI Obrig. Caixa Poup. Taxa Gr. 12% — 2.ª em. 1/6-9-04	6 077 050	EUR	50,00	0,98	0,98	5 964 895,49
BCPSFI Obrig. Caixa Primavera 01/11-05-2004	3 682 550	EUR	50,00	1,00	1,00	3 676 392,02
BCPSFI Obrig. Caixa Aforro 6,5% Set. 2004	122 700	EUR	50,00	0,97	0,97	119 179,32
BCPSFI Super Poup. Cresc. 2004 — 2.ª em.	1 190 850	EUR	50,00	1,00	1,00	1 187 190,49
BCP-Fin. Bank Eur Créd. Link Nt 01/15-11-06	5 000	EUR	1 000,00	0,85	0,97	4 231,48
Capital Funding GmbH Perp.	5 453 100	EUR	0,01	0,98	1,01	5 346 233,72
France Telecom 02/14-03-2003	387 000	USD	953,56	0,95	0,95	369 293,10
Interlife Insurance & Co. (Aum. Cap. 2002)	2 025 539	CYP	0,87	1,74	1,74	3 533 984,45
Interlife Insurance 4 Co. Ltd.	5 189 163	CYP	0,92	1,74	1,74	9 050 588,46
Lloyds bank 6 9% Perpetual	447 000	USD	953,56	0,98	0,96	439 182,01
Resparcs Fun 8% 02/30 06 08 Perp.	5 197 000	USD	953,56	0,94	0,95	4 906 426,50
Tagus Global Bond Securit Plc 2 A1	24 356	EUR	24 355,94	1,00	1,00	24 355,94
Tagus Global Bond Securit Plc 2 C	50 000	EUR	50 000,00	1,00	0,97	50 000,00
Valores de rendimento variável						60 624 150,16
Emitidos por residentes						48 949 264,23
Ações						11 778 823,44
Águas Livres Imobiliária	3	PTE	4,99	1,00	1,00	3,00
Amadeu Gaudêncio 3600m	500	PTE	4,99	0,75	—	374,25
Beira Vouga 1400m — Preferenciais	1	PTE	4,99	1,00	1,00	1,00
Bordalima 318500 cts	18	PTE	4,99	1,00	4,99	18,00
Camac	33 600	EUR	5,00	—	0,46	167,60
Comundo — Cons. Mund. Exp. Import.	20 000	PTE	0,50	0,39	0,00	7 781,25
Fenalu 000000 cts	5 000	EUR	4,99	—	0,23	24,94
Fiaco	5 45	PTE	4,99	—	—	27,18
Fipar — SGPS	676 03	EUR	4,99	8,88	8,88	6 000 000,00
Foncar	4	PTE	4,99	1,00	1,00	40,00
Inforgal Informática Gestão, S.A.	4	EUR	4,99	1,00	0,42	42,00
Macedo Coelho 1300 M	11 87	EUR	4,99	8,54	0,01	101 405,53
Maconde Confecções, S.A.	1 209 28	EUR	1,00	3,50	3,50	4 232 487,00
Maguê 4530000 cts	12	PTE	4,9	35,24	29,93	4 299,28
Papelaria Fernandes 2750 M	51 00	EUR	5,00	5,72	3,39	291 527,42
Pec Nordeste 1150 M	14 37	PTE	4,9	4,9	4,14	71 702,20
Porto Cavaleiros — SGPS	1	EUR	4,9	1,0	0,7	10,00
Ricardo Gallo Vidro embalagem	30 600	EUR	5,00	8,51	8,51	260 390,46
SN1	7 500	PTE	4,99	4,99	4,99	37 409,84
Soponata	300	EUR	5,00	0,01	5,00	1,50
Subloc — Locação Submarinos Nom.	2 500	EUR	10,00	10,00	10,00	25 000,00
T Lopes costa 1519 M	2 650	PTE	4,99	—	—	—
Telgecom/Dros Sobrantes Red (Centre!)	1	PTE	1,66	—	—	—
Transbel 280000 cts	8 905	PTE	4,99	—	—	—
Unifibr — Ind. Metalúrgicas, S.A.	20	PTE	4,99	1,00	0,29	20,00
Unitenis — Soc. Emp. de Ténis — Nom.	2	PTE	149,64	3 990,39	3 990,39	7 980,77
Vialitoral Conc. Rodoviárias Madeira	4 750	EUR	150,00	155,39	150,00	738 110,21
Títulos de participação						8 860 292,03
Comp. Seg. Imp. Super Rend. Garant. 8 anos 1996	1 000	PTE	4,99	6,10	6,10	6 102,22
Comp. Seg. Imp. Super Rend. Garant. 8 anos 1997	300	PTE	4,99	6,10	6 10	1 830,67

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Comp. Seg. Imp UBP-Super Rend. Garant. 8 anos 1995	500	PTE	4,99	6,10	6,10	3 051,11
Super Investimento Seguro	345 486	PTE	4,99	6,10	6,10	2 108 231,01
TPSB Mello/87	6 805 406	EUR	0,01	0,99	0,93	6 732 167,82
TPSCPP/89	19 507	EUR	0,01	0,46	0,59	8 909,21
Unidades de participação						28 310 148,76
F. Inv. Mob Fech. M. ACE ES Europa	1 289	EUR	49,88	63,42	37,75	81 751,15
Fundo Fechado Saúde e Lazer 2004	90 000	EUR	49,88	50,13	50,13	4 511 626,98
Fundo Gestão Imobiliária	3 297 547	EUR	4,99	6,73	6,82	22 187 676,89
Fundo Mobiliário Renda Predial	245 963	EUR	5,00	5,00	5,00	1 229 815,00
Fundo Inv. Capital de Risco M. Inovação	12	EUR	25 000,00	24 939,90	24 939,90	299 278,74
Emitido por não residentes						11 674 885,93
Ações						2 096 349,09
Bsch Finance Ltd. 6,15%/98/08	3 857	EUR	25,00	22,40	22,80	86 396,80
BCH Eurocapital Ltd. Prfshs S-B 97/?? USD	11 939	USD	23,84	20,02	15,73	239 076,00
BCO Pinto Totta Intl. 7 7k Pfd	955	USD	953,56	877,93	877,93	838 423,83
Comp. Agrícola Bela Vista 17500 cts	10	PTE	0,50	—	—	0,01
Companhia Diamantes Angola	500	PTE	2,49	10,36	10,36	5 177,42
CSFB cap 99/29 06 2004 PFD	29 000	USD	23,84	23,49	23,36	681 176,71
Zurich Financial Serv. 7 125% 99 PFD	12 147	EUR	25,00	20,26	23,00	246 098,22
Títulos subordinados						9 578 536,84
B. Santander Sub. S. A. 94/21-10-2004	9 975	EUR	0,01	0,98	0,99	9 779,28
BCP Obrig. Caixa Sub. 93/30-12-2003 1.ª e 2.ª — taxa variável	3 073 842	EUR	0,01	1,00	1,00	3 059 815,43
BCP Obrig. Caixa Sub. 95 30-3-2005 — taxa variável	6 396 484	EUR	0,01	1,00	0,99	6 379 265,47
Bpsm Obrig. Caixa Sub. 95 — 1.ª em.	54	EUR	0,01	0,99	1,00	53,48
BSP Obrig. Caixa Sub. 94 — 1.ª em. — taxa variável	49 880	EUR	0,01	0,99	0,98	49 587,42
BTA/93 Ocs	4 987	EUR	0,01	0,99	0,99	4 961,13
CEMG Obrig. Sub. Perp. 98/30-03-2021	70 031	EUR	0,01	1,00	0,99	69 932,29
UBP Obrig. Caixa Sub. 93 — taxa variável	3 190	EUR	0,01	0,99	0,99	5 142,24
Títulos próprios						14 353 363,39
De rendimento fixo						14 353 363,39
A médio e a longo prazos						14 353 363,39
BCPI Rend. Seguro 00/25-09-08 — 1.ª e 2.ª em.	540 000	EUR	50,00	1,00	1,00	540 000,00
ENBML — Biotech 00/03-03-2005 — 2.ª em.	10 000 000	EUR	50 000,00	0,90	0,95	9 045 555,56
Mello Inv. Biotecnologia 00/16-2-05	5 000 000	USD	95 356,16	0,95	1,04	4 767 807,83
C) Imobilizações financeiras						33 886 104,13
Participações						16 055 733,44
Em outras empresas no País						14 015 053,85
Ações						13 939 178,26

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Excluídas do regime transitório (aviso n.º 4/2002)						13 646 194,35
Anor — Auto-Estradas do Norte, S. A.	374 854	EUR	—	—	—	3 748,54
Alfa Fininter — SGPS	220 000	PTE	4,99	—	—	0,01
APOR AG p/Modernização do Porto, S. A.	1 200	PTE	4,99	—	—	5 985,57
Blue Digit	25 000	EUR	0,50	—	—	12 500,00
Cavalleri & Vasconcelos, Carnes, S. A.	500 000	EUR	1,00	—	—	500 000,00
Chipidea Microelectrónica, S. A.	79 880	EUR	0,50	—	—	1 236 554,80
Cofinca Com. Ind. Confecções, S. A.	20 000	EUR	5,00	—	—	99 729,33
Copinaque Equip. Desenv. Emp., S. A.	20 000	EUR	4,99	—	—	24 558,81
David Ferreira Silva	40 500	EUR	5,00	—	—	223 293,29
Fandeira Castanheirense Ind. Têxtil, S. A.	48 000	EUR	4,99	—	—	239 637,47
FIEP Fundo Intern. Empr. Port., SGPS	1 500 000	EUR	4,99	—	—	7 481 968,46
Finangeste Nominativas	97 875	EUR	5,00	—	—	488 861,84
Hospor — Hospitais Portugueses, S. A.	327 250	EUR	1,00	—	—	413 943,40
Lusoscut — Auto-Estradas, S. A.	166 500	EUR	1,00	—	—	4 995,00
Lusoscut Oper. Auto-estradas, S. A.	750	EUR	1,00	—	—	750,00
Lusoscut — Auto-Estradas da Beiras Litoral e Alta, S. A.	382 500	EUR	0,01	—	—	3 825,00
Lusoscut — Auto-Estradas do Grande Porto, S. A.	279 750	EUR	0,02	—	—	5 595,00
MTS Portugal — Soc. Gest. Merc. Esp. Div. Pub.	33 654	EUR	1,00	—	—	33 196,70
NET Novas Empresas Tecnologias, S. A.	5 050	EUR	1,00	—	—	14 147,06
Norpedip 5500000 ets — PME Capital	1 000	EUR	5,00	—	—	4 987,98
Operadora Lusoscut BIA — Op. Manut. Auto-Est.	750	EUR	1,00	—	—	750,00
Operanor — Manutenção Auto-Estradas	667	EUR	1,00	—	—	667,00
Pinto Basto III — SGPS, S. A.	900	PTE	4,99	—	—	0,01
Previsão Soc. Gest. Fundos Pensões Nom.	20 000	EUR	5,00	—	—	167 087,99
Scottwool Portugal Malhas Confecções S. A.	18 000	EUR	5,00	—	—	89 783,62
SDEM — Soc. Des. Empresarial Madeira SGPS	937 500	EUR	1,00	—	—	937 500,00
Sousa Lima — SGPS, S. A.	145 000	EUR	5,00	—	—	1 447 139,49
Sulpedip 5000000 ets — PME Invest.	1 000	EUR	5,00	—	—	4 987,98
Accões (aviso n.º 4/2002 — Regime Transitório)						292 983,91
Pinto Basto — SGPS, S. A.	18 000	PTE	4,99	—	—	292 983,91
Quotas						149,64
M Net Rede comunicações ACE (Quota)	30	PTB	—	—	—	149,64
Unidades de participação						75 725,96
Citeve	20	PTB	498,80	—	—	9 975,96
Servibanca, ACE	66 500	EUR	3,00	—	—	65 750,00
Em outras empresas no estrangeiro						2 040 679,59
Accões						2 040 679,59
Aratus (Polónia)	960	PLN	27,31	—	—	26 218,76
Euroclear bank	1	BEF	0,02	—	—	24,79

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Gestion Rta (Option)	1	BEF	0,02	—	—	24,79
Gestion Rta, S. A.	498	BEF	0,02	—	—	12345,10
Multiwave Networks, Inc.	1 060 607	USD	1,87	—	—	1 985 928,28
Swift	12	BEF	123,95	—	—	16 137,87
Partes de capital em empresas coligadas						6 702 087,28
Em instituições de crédito no estrangeiro						416 356,22
Acções						416 356,22
Bim Investimento, SARL (USD 500 000)	500	—	248,00	—	—	416 356,22
Em outras empresas no País						6 285 729,06
Quotas						6 285 729,06
VSC—Aluguer de Veículos Sem condutor, L. ^{da}	1	EUR	6 285 729,00	—	—	6 285 729,06
Em outras empresas no estrangeiro						2,00
Acções:						2,00
Mello Finance Europe Ltd.	2	EUR	1,00	—	—	2,00
Outras imobilizações financeiras						11 128 283,41
Empréstimos subordinados						2 029 622,89
Abnor Auto-Estradas do Norte, S. A.	6	EUR	1 009 969,00	—	—	1 009 968,59
Vialitoral Concess. Rodoviárias da Madeira	4	EUR	1 019 654,00	—	—	1 019 654,30
Prestações suplementares de capital						5 767,30
Cofinca — Com. Ind. Confeções, S. A.	1	EUR	5 767,30	—	—	5 767,30
Contratos de suprimento						4 257 083,56
Blue Digit	1	EUR	3 242 186,00	—	—	3 242 186,00
David Ferreira Silva	1	EUR	246 904,96	—	—	246 904,96
Shopping Direct	1	EUR	19 795,75	—	—	19 795,75
Sousa Lima — SGPS, S. A.	1	EUR	748 196,85	—	—	748 196,85
Prestações acessórias						4 835 809,66
Aenor Auto-Estradas do Norte, S. A.	5	—	1 372,46	—	—	1 372 463,42
Lusoscut — Auto-Estradas do Grande Porto	2	—	327,73	—	—	327 738,08
Lusoscut — Auto-Estradas Costa da Prata, S. A.	12	—	754,98	—	—	754 980,00
Lusoscut — Beiras Litoral Alta, S. A.	13	—	784,47	—	—	784 474,89
Shopping Direct	1	EUR	1 596 153,20	—	—	1 596 153,27

Inventário de títulos e participações financeiras em 31 de Dezembro de 2002:

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
A) Títulos — Negociação						294 129 104,35
Títulos de rendimento fixo — emitidos por residentes						101 276 442,39
De dívida pública portuguesa						55 558 403,98
A médio e a longo prazos						55 558 403,98
OT 3,625% 99/19-8-2004	261 386	EUR	0,01	1,03	1,03	269 463,28
OT 3,95% 99/15-7-2009	864 820	EUR	0,01	1,04	1,04	897 165,31
OT 4,8125% 98/23-4-2003	2 368	EUR	0,01	1,04	1,04	2 459,87
OT 4 875% 02/17-8-2007	394 999	EUR	0,01	1,07	1,07	424 372,85
OT 5% 02/15-6-2012	17 551 001	EUR	0,01	1,09	1,09	19 217 366,64
OT 5,25% 00/14-10-2005	769 694	EUR	0,01	1,07	1,07	823 540,76
OT 5,375% 98/23-6-2008	863 676	EUR	0,01	1,11	1,11	960 430,97
OT 5,45% 98/23-9-2013	123 005	EUR	0,01	1,10	1,10	134 869,80
OT 5,85% 00/20-5-2010	367 135	EUR	0,01	1,15	1,15	421 677,18
OT 6,625% 97/23-2-2007	87 859	EUR	0,01	1,18	1,18	103 616,57
OT 9,5% 96/23-2-2006	9 470 984	EUR	0,01	1,27	1,27	11 988 800,24
OT LP 10,625% 93/23-6-2003	6 637 307	EUR	0,01	1,04	1,04	6 887 061,11
OT LP 11,875% 95/23-2-2005	6 689 833	EUR	0,01	1,28	1,28	8 587 615 51
OT LP 8,875% 94/23-1-2004	552 484	EUR	0,01	1,15	1,15	633 233,69
OTRV 96/15-8-2003 — Taxa Variável	4 160 000	EUR	0,01	1,01	1,01	4 206 730,19
De outros residentes						45 718 038,41
A médio e a longo prazos						45 718 038,41
B. Mello Inv. Mello Multimedia 16/12/2003	2 621 703	EUR	0,01	0,95	0,95	2 503 201,86
B. Chem Util euro 99/1-7-2004	12 586 261	EUR	0,01	0,84	0,84	10 557 355,85
B. Chemical Psi20 Ie 98/31-3-03	287 308	EUR	0,01	1,01	1,01	289 088,90
B. Mello acções europa 00/14-2-03	2 876 918	EUR	0,01	0,97	0,97	2 776 509,54
B. Mello Farmaceuticas 00/2003	4 987 984	EUR	0,01	1,00	1,00	4 996 406,10
B. Mello Nv Mello europa 99/2-10-2003	4 653 730	EUR	0,01	1,04	1,04	4 827 314,38
B. Mello Telecom 00/13-3-2003	3 769 176	EUR	0,01	0,99	0,99	3 716 965,59
Invest Nikkei Ob Caixa 98/10-2-2003 1/2 emissões	11 766 230	EUR	0,01	1,12	1,12	13 218 182,94
Investimento Mello EUA Caixa 99/03 09 2004	2 753 707	EUR	0,01	1,03	1,03	2 833 013,25
De rendimento fixo — emitidos por não residentes						71 644 540,44
De emissores públicos estrangeiros						0,24
A médio e a longo prazos						0,24
DBR 5,25% 98/4-1-2008 eur	—	EUR	0,01	1,13	1,13	0,24
De organismos não financeiros						—
De outros não residentes						71 644 540,20
A médio e a longo prazos						71 644 540,20

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Allianz Finance II 7 25% 02/10-3-2008	13 500 000	USD	953,56	0,97	0,97	13 053 661,85
Alpha Group Jersey Ltd. 5/12/2012	4 000 000	EUR	1 000,00	1,00	1,00	4 000 000,00
BCP (SFI) Cap. Garantido Telecoms 2005	134 000	EUR	50,00	0,93	0,93	125 275,80
BCP Fin. bank alt. World (Eur) 64em 30-11-09	30 000	EUR	1 000,00	1,00	1,00	29 998,50
BCP Fin. bank Mtn 73 em 02/26-2-2007	14 000 000	EUR	1 000,00	0,99	0,99	13 169 470,93
BCP Fin. Bank eur erd Link Nt 01/15-11-04	46 000	EUR	1 000,00	1,01	1,01	46 235,33
BCP Fin. Bk 70 Mtn co Omm II 02/28-2-06	328 000	EUR	100,00	1,00	1,00	327 983,60
BCP Fin. Bk Mtn 6,25% 25-9-2008	700 000	EUR	100 000,00	1,10	1,10	769 288,13
BCP Finance Bank 4,85% 99/15-9-07 emtn	450 000	EUR	1 000,00	1,05	1,05	470 673,82
BCP Finance Bank 82 em 02/28-11-2005	2 560 700	EUR	100,00	0,91	0,91	2 327 194,89
BCP Finance Bank 86 em 02/1-7-2003	24 000	EUR	1 000,00	1,04	1,04	24 857,55
BCP Finance Bank Mtn 00/10-3-2003	500 000	EUR	100 000,00	1,00	1,00	500 811,95
BCP Finance Bank Mtn Valor Telecoms 2004	176 800	EUR	400,00	0,96	0,96	170 462,60
BCP Obr. Eur Rend. Stoxx50 — Maio 04	414 000	EUR	100,00	0,99	0,99	409 032,00
BCP Rend. 9% 00/31-5-2004	347 700	USD	95,36	1,05	1,05	366 401,26
BCP SFI CG. Arco-Iris 01/22-3-06	15 000	EUR	50,00	1,00	1,00	15 000,00
BCP SFI Obrig. Caixa EUR Rend. 6% Maio/2004	470 200	EUR	100,00	1,05	1,05	492 217,89
BCP/SFI Rend. Eurostoxx50 00/31-5-04	374 200	USD	95,36	0,93	0,93	347 193,17
BCPF Stoxx50 Nokia 00/3-8-03	657 000	EUR	100,00	1,00	1,00	657 000,00
BEAR Stearns 99/18-3-2004 Fm	2 000 000	EUR	5 000,00	1,01	1,01	2 015 000,00
BES Finance Ltd. 6,625% (Perpetual)	3 663 000	EUR	1 000,00	1,04	1,04	3 825 150,47
Capital Funding GmbH Perp.	235 000	EUR	0,01	1,02	1,02	240 094,25
Dresdner Bank 97/26-3-2007	10 000 000	PTE	49 879,79	0,01	0,01	51 060,78
EIB 8,5% 96/19-6-2006	10 000 000	PTE	498,80	0,01	0,01	60 105,01
France Tel 3,75% 02/17-4-2003 cln	100 000	USD	953,56	0,94	0,94	94 078,78
Hipovereins Bank Lux 98/08 S-A	1	EUR	0,01	0,91	0,91	0,82
ING Verzekering Intend 6,375% (7-5-2027)	17 000 000	EUR	10 000,00	1,04	1,04	17 706 664,38
RBS Capital Trust b 6,8% 31-3-2008	4 000 000	USD	953,56	0,96	0,96	3 832 257,98
BES Parcs Fun 8% 02/30 06-08 Perp	4 984 000	USD	953,56	0,96	0,96	4 764 168,19
Tagus Global Bond Securit Plc 2 a 2	900 000	EUR	50 000,00	0,95	0,95	858 591,32
Tagus Global Bond Securit Plc 2 c	200 000	EUR	50 000,00	0,97	0,97	194 608,97
Valores de rendimento variável						6 290 637,84
Emitidos por residentes						2 157 568,14
Acções						918 705,72
BCP Nom.	68 254	EUR	1,00	2,28	2,28	155 619,12
BESCL Nom.	5 851	EUR	5,00	12,50	12,50	73 137,50
BPI Nom.	18 712	EUR	1,00	2,18	2,18	40 792,16
Brisa Nom. Priv. 1.ª, 2.ª e 3.ª Fase	13 253	EUR	1,00	5,28	5,28	69 975,84
Capital BCP 2005 Direitos Subscrição	2 082	EUR	1,00	0,00	—	0,07
Cimfor Nom.	1 191	EUR	5,00	16,00	16,00	19 056,00
Cofina — SGPS	1 231	EUR	0,50	2,33	2,33	2 868,23
BDP — Electricidade Portugal (Ord Shs)	51 075	EUR	1,00	1,59	1,59	81 209,25
Ibersol — SGPS, S.A.	295	EUR	1,00	3,50	3,50	1 032,50
Impresa	1 064	EUR	1,00	1,90	1,90	2 021,60
Jerónimo Martins — SGPS	944	EUR	5,00	6,95	6,95	6 560,80
Novabase — SGPS, S.A.	557	EUR	1,00	5,80	5,80	3 230,60
Pararede Nom.	3 080	EUR	0,40	0,20	0,20	616,00
Portucel Ind. (Ord. Shs.)	5 020	EUR	1,00	1,16	1,16	5 823,20

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Portugal Telecom Nom.	60 248	EUR	1,00	6,55	6,55	394 624,40
Pt Multimédia — SGPS Nom.	1 545	EUR	0,50	10,02	10,02	15 480,90
Sag Gest.	923	EUR	1,00	1,48	1,48	1 366,04
Semapa — SGPS.	1 165	EUR	1,00	3,30	3,30	3 844,50
Sonae — SGPS.	39 394	EUR	1,00	0,40	0,40	15 757,60
Sonae.Com.	1 393	EUR	1,00	1,57	1,57	2 187,01
Vodafone — Telecel Comunicações Móveis, S.A.	3 176	EUR	0,50	7,40	7,40	23 502,40
Unidades de participação.						1 238 862,42
Fundo Fechado Saúde e Lazer 2004.	9 111	EUR	49,88	46,77	47,26	426 121,47
Fundo Futuro 2005.	18 081	EUR	49,88	44,95	45,43	812 740,95
Emitidos por não residentes.						4 133 069,70
Ações.						4 133 019,70
Abbey National Group 7 375% Pfd.	175	USD	23,84	24,74	24,74	4 328,69
Alcatel, S.A.	1	EUR	1,00	4,18	4,18	4,18
BCH euromarket Ltd. Prfshs S-A 96/09 Usd.	1 080	USD	23,84	23,55	23,55	25 430,77
BCIUS FTII 98/15-07 Perp.	155	EUR	1 000,00	950,00	950,00	147 250,00
BCP Fin compy 6,25% Prfshs 99/30-6-2049.	50 908	EUR	50,00	50,00	50,00	2 545 400,00
Bsch Finance Ltd. 6,25% 98/Pbrp dem.	1 205	DEM	12,78	11,59	11,59	13 960,98
CSFB Cap 99/29-6-2004 Pfd.	30 000	USD	23,84	23,36	23,36	700 921,62
DAXEX.	3	EUR	1,00	28,55	28,55	85,65
Mmo2 Plc.	10	GBP	0,02	0,68	0,68	6,81
Zurich Financial Serv 7 125% 99 Pfd.	30 247	EUR	25,00	23,00	23,00	695 681,00
Títulos subordinados.						5 262,80
BPA Obrig. Perp. Subordinadas 97/30-6-2015.	5 000	EUR	1,00	1,05	1,05	5 261,34
BPSM Obrig. Caixa Subord./95 1.ª em.	1	EUR	1,00	1,00	1,00	1,46
Títulos próprios.						114 912 220,88
De rendimento fixo.						17 515 823,24
A médio e a longo prazos.						17 515 823,24
BCPA AG Internet 99/06 12-2004.	2 498 300	EUR	1,00	0,93	0,93	2 315 424,44
BCPA Capital Gar Media 00/17-10-05.	2 294 300	EUR	1,00	0,88	0,88	2 016 230,84
BCPA CG Eurostox 00/31-7-04 Ind.	1 415 550	EUR	1,00	0,91	0,91	1 294 378,92
BCPA CG Rend Eurostox 50 2% 00/31,07 04.	1 406 150	EUR	1,00	0,95	0,95	1 331 624,05
BCPA Telecoms 00/1-2-2005.	7 050	EUR	1,00	0,90	0,90	6 367,56
BCPI Biotechnologia 00/04-08-05.	1 300 000	EUR	1,00	0,87	0,87	1 131 520,00
BCPI CGO Sel. Eur Qual. 00/06-10-03.	20 600	EUR	1,00	0,97	0,97	20 006,72
CISF Psi-20 99/12-04-2004.	7 181,500	EUR	1,00	0,95	0,95	6 795 853,45
Telecomun. Móveis 00/20-09-05.	2 951,850	EUR	1,00	0,88	0,88	2 604 417,26
Derendimento variável.						97 396 397,64
A médio e a longo prazos.						97 396 397,64

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
BCPI Certificados S/Dax 10-2002/2005	749 999	EUR	30,90	31,49	31,49	23 617 468,51
Certificados S/Ind. Dj Industrial average	479 297	EUR	105,40	85,15	85,15	40 812 139,55
Certificados S/Ind. Dj Eurostoxx 50	1 374 746	EUR	40,00	23,98	23,98	32 966 789,58
B) Títulos — Investimento						376 769 816,53
De rendimento fixo — de emissores públicos						936 551,64
De dívida pública portuguesa						936 551,64
A médio e a longo prazos						936 551,64
Consolidado 1941	5 592	EUR	1,00	0,79	0,26	4 441,96
Consolidado 1943	544	EUR	1,00	0,60	0,20	324,72
Consolidado 3% — 1942	18 111	EUR	1,00	0,62	0,31	11 164,40
Consolidado Centenários 4% 1940	29 150	EUR	1,00	0,71	0,50	20 838,28
OT 3,625% 99/19-8-2004	530 000	EUR	1,00	0,96	1,01	510 180,55
OT 3,95% 99/15-7-2009	200 000	EUR	1,00	0,90	1,00	180 240,50
OT 3,95% 99/15-7-2009	2 000	EUR	1,00	0,98	1,00	1 955,25
OT 4,8125% 98/23-4-2003	1	EUR	1,00	0,98	1,01	0,63
OT 5,375% 98/23-6-2008	—	EUR	1,00	1,00	1,08	0,12
OT 6,625% 97/23-2-2007	—	EUR	1,00	1,04	1,12	0,24
OT 9,5% 96/23-2-2006	1	EUR	1,00	1,18	1,18	0,85
OT LP 10,625% 93/23-6-2003	157 196	EUR	1,00	1,03	1,04	161 359,63
OT LP 11,875% 95/23-2-2005	—	EUR	1,00	1,25	1,18	0,40
OT LP 8,875% 94/23-1-2004	1	EUR	1,00	1,10	1,06	0,92
OTRV 96/15-8-2003 — taxa variável	45 000	EUR	1,00	1,00	1,00	45 000,00
OTRV 97/30-7-2004 — taxa variável	1 047	EUR	1,00	1,00	1,00	1 043,19
De rendimento fixo — de outros emissores						314 945 915,16
Emitidos por residentes						124 864 919,38
A médio e a longo prazos						114 390 010,61
Atlântico 3,25% IBM 99/02 8-2003	16 742 800	EUR	1,00	1,00	1,00	16 714 629,45
Atlântico Taxa Crescente 99/04-10-04	15 612 600	EUR	1,00	1,00	1,00	15 550 824,43
Banco Pinto Sotto Mayor 95/18-4-2003	267 953	EUR	1,00	1,00	1,00	267 751,35
Banco Pinto Sotto Mayor 97/29-6-2049	6 301 325	EUR	1,00	0,98	0,80	6 153 950,05
Banco Totta & açores 97/PBRP	64 844	EUR	1,00	0,99	0,82	64 091,43
BCP Obrig. Caixa Subord. 93/30-12-2003 — 1.ª série — taxa variável	3 073 842	EUR	1,00	1,00	1,00	3 059 815,43
BCP Obrig. Caixa Investimento Real 99/10-5-06	4 618 000	EUR	1,00	1,00	1,00	4 616 885,27
BCP Obrig. Caixa Subord./95 30-3-2005 — taxa variável	6 396 484	EUR	1,00	1,00	0,99	6 379 265,47
BPA Obrig. Caixa Subord./93 — 2.ª em.	2 915 294	EUR	0,01	1,00	1,00	2 905 158,26
BPSM Obrig. Caixa Subord./95 — 1.ª em.	1	EUR	1,00	36,70	—	53,58
Brisa 98/29-5-2008 Infl.	393 162	EUR	1,00	1,04	1,05	407 892,44
BSP Obrig. Caixa Subord./94 — 1.ª em. — taxa variável	49 880	EUR	1,00	0,99	0,98	49 587,42
BTA/93 OCS	4 987	EUR	1,00	0,99	0,99	4 961,13
CEMG Caixa Subord. 98/30-3-2021	70 031	EUR	1,00	1,00	0,99	69 932,29
CPP Perpétuas Subord./97	661 994	EUR	1,00	0,99	0,80	658 177,16
EDP 98/23 11 2008 25.ª em.	2 094 950	EUR	1,00	0,99	1,00	2 083 319,16

Natureza e espécie dos títulos	Quan- tidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Engil, SGPS, 080 98/17-08-2003 (Warrants)	1 545 926	EUR	1,00	0,99	0,94	1 533 959,18
Faiart-F.E. Porcel 96/260802 (30set2008)	2 869 000	EUR	1,00	0,95	0,95	2 739 862,95
Imoloc 98/28-4-2003 — taxa variável	682 550	EUR	1,00	1,00	1,00	682 550,00
Inparsa Obrigs 99/11-7-2004	4 526 491	EUR	1,00	0,96	0,90	4 330 598,68
Jerónimo Martins 97/30-12-2004	470 000	EUR	1,00	1,08	1,22	507 600,00
Jerónimo Martins c/Warr. 96/15-9-03	14 500	EUR	1,00	0,96	0,97	13 949,86
Lisgráfica 97/30-6-2003 — Fm	1 239 613	EUR	1,00	1,00	1,00	1 238 534,98
Lisnave 92/30 05 2007	127 305	EUR	1,00	0,99	1,01	125 887,45
Lisnave estaleiros Navais 2006	179	EUR	1,00	0,97	0,97	173,19
Modelo continente — SGPS 30-6-2004	25 680	EUR	1,00	0,97	0,99	25 002,08
Obrig. Caixa BCP 4,83%Agosto 2007	38 300 000	EUR	1,00	1,01	1,01	38 723 592,67
Quintas & Quintas 98/31-7-2005	1 497 000	EUR	1,00	0,99	0,99	1 488 736,04
Solidal 98/30-10-2005	1 497 000	EUR	1,00	1,00	1,00	1 498 030,53
Sonae Indústria/98	3 416	EUR	1,00	0,98	0,99	3 355,59
Sopete/95 — taxa variável	748 500	EUR	4,99	0,75	1,00	748 500,00
Tecnovia 91 (Redefinição) — 95/31-1-2004	82 523	EUR	1,00	0,79	1,51	65 239,16
UBP Obrig. Caixa Subord. 96/27-6-2006	1 753 770	EUR	1,00	0,95	0,95	1 673 000,89
UBP Obrig. Caixa Subord. 93 — taxa variável	5 190	EUR	1,00	0,99	0,99	5 142,24
A médio e a longo prazos (papel comercial)						10 474 908,77
P. Com. Ete — 18.ª em./96	1 995 192	EUR	49 879,79	1,00	1,00	1 995 191,60
P. Com. Lano Video/98 — 6.ª em.	560 098	EUR	560 098,41	1,00	1,00	560 098,41
P. Com. Lisgráfica — 66.ª em./98	4 925 629	EUR	49 256,29	1,00	1,00	4 925 629,26
P. Com. Mj Pestana — 109.ª em.	500 000	EUR	50 000,00	1,00	1,00	500 000,00
P. Com. Singer — 23.ª em.	2 493 990	EUR	49 879,79	1,00	1,00	2 493 989,50
Emitidos por não residentes						190 071 216,42
Por outros não residentes						190 071 216,42
A médio e a longo prazos						190 071 216,42
Atlântico SFE Cap. Cresc. 00/20-1-2003	7 052 027	EUR	1,00	1,00	1,00	7 044 993,19
Atlântico SFE Obrig. 3,5% 1 99/19-8-2004	22 685 200	EUR	1,00	1,00	1,00	22 612 117,29
B. Santander Sub. S.A./94/21-10-2004	9 975	EUR	1,00	0,98	0,99	9 779,28
BCP Fin. Bank Eur Créd. Link Nr 01/15-11-04	5 000	EUR	1,00	0,92	1,00	4 582,32
BCP Fin. Bank Eur Créd. Link Nr 01/15-11-04	993 000	EUR	1,00	1,00	1,00	993 000,00
BCP Finance Bank ZCP 99/29 10-2007 8EMTN	9 318 000	EUR	1,00	1,28	1 28	11 896 116,69
BCP Finance Bank MTN 00/10-3-2003	16 500 000	EUR	1,00	1,00	1,00	16 498 112,78
BCP SFE Obrig. Caixa Rend. Seguro 10%Nov.2005	26 550	EUR	1,00	0,98	1,17	25 964,62
BCP SFE Obrig. Caixa Poup. Taxa Gr. 12% — 2.ª em. 1/6-9-04	446 250	EUR	1,00	0,98	0,98	437 793,22
BCP SFE Obrig. Caixa Primavera 01/11-05-2004	372 900	EUR	1,00	0,99	0,99	369 771,83
BCP SFE Obrig. Caixa Aforro 6,5%Set2004	32 250	EUR	1,00	0,97	0,97	31 331,14
BCP SFE Poup. Certa 10%/02/7-1-2005	271 050	EUR	1,00	0,97	0,97	263 459,01
BCP SFE Poup. Taxa Gar. 12%/01/31-7-04	375 000	EUR	1,00	0,98	0,98	367 348,03
BCP SFE Poup. Taxa Gar. 12% — 3.ª em. 01/20-9-04	126 650	EUR	1,00	0,98	0,98	123 789,56
BCP SFE Super Poup. Cresc. 2004	416 650	EUR	1,00	0,99	0,99	413 374,65
BCP SFE Super Poup. Cresc. 2004 2 em.	340 800	EUR	1,00	1,00	1,00	340 371,22
BCP SFI Caixa 3,5% — 1.ª em. 99/19-8-2004 Eur	14 176 200	EUR	1,00	1,00	1,00	14 120 739,62
BCP SFI Caixa Cap. Cresc. 00/20-1-2003	4 326 404	EUR	1,00	1,00	1,00	4 321 914,79

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
BCP SFI Caixa Inv. Taxa Cred. 99/14-10-04 Eur	23 884 700	EUR	1,00	1,00	1,00	23 882 427,08
BCP SFI Caixa Poup. Certa 10% — 02/7-1-2005	3 888 250	EUR	1,00	0,99	0,99	3 832 093,72
BCP SFI Caixa Poup. Taxa Gar. 12/01/31-07-04	4 299 500	EUR	1,00	0,98	0,98	4 216 421,20
BCP SFI Caixa Rend. Máximo 00/31-07-2003	18 613 650	EUR	1,00	1,00	1,00	18 535 096,19
BCP SFI Caixa Rend. Máximo 00/21-09-03 3e	5 953 600	EUR	1,00	0,99	0,99	5 905 943,75
BCP SFI Caixa Rend. Máximo 00/31-08-03 2b	8 852 850	EUR	1,00	0,99	0,99	8 795 361,79
BCP SFI Caixa Super Poup. Cresc. 2004	1 112 500	EUR	1,00	1,00	1,00	1 110 120,85
BCP SFI Caixa Taxa Var. 11,5%/01/05-01-03	5 249 850	EUR	1,00	0,97	0,97	5 114 941,85
BCP SFI Caixa Poup. Taxa Var. 12% 3bm 01/20-09-04	4 025 750	EUR	1,00	0,98	0,98	3 947 253,96
BCP SFI Obrig. Caixa Rend. Seguro 10/ Nov2005	200 250	EUR	1,00	0,97	1,17	194 823,10
BCP Sh Obrig. Caixa Poup. Taxa Gr 12% 2e 1/6-9-04	6 077 050	EUR	1,00	0,98	0,98	5 964 895,49
BCP SFI Obrig. Caixa Primavera 01/11-05-2004	3 682 550	EUR	1,00	1,00	1,00	3 676 392,02
BCP SFI Obrig. Caixa Aforro 6,5% Set2004	122 700	EUR	1,00	0,97	0,97	119 179,32
BCP SFI Super Poup. Cresc. 2004 2 em	1 190 850	EUR	1,00	1,00	1,00	1 187 190,49
BCP-Fin Bank Eur Créd. Link Nt 01/15-11-06	5 000	EUR	1,00	0,85	0,97	4 231,48
Capital Funding GmbH Perp	5 453 100	EUR	0,01	0,98	1,01	5 346 233,72
France Telecom 02/14-03-2003	387 000	USD	1,00	0,95	0,95	369 293,10
Interlife Insurance & Co. (Aum. Cap. 2002)	2 025 539	CYP	1,00	1,74	1,74	3 533 984,45
Interlife Insurance 4 Co. Ltd.	5 189 163	CYP	1,00	1,74	1,74	9 050 588,46
Lloyds Bank 6 9% Perpetual	447 000	USD	1,00	0,98	0,96	439 182,01
Resparces Fun 8% 02/30 06 08 Perp	5 197 000	USD	1,00	0,99	0,95	4 906 426,50
Tagus Global bond Securit Plc 2 al	24 356	EUR	1,00	1,00	1,00	24 355,94
Tagus Global bond Securit Plc 2 c	50 000	EUR	1,00	1,00	0,97	50 000,00
Valores de rendimento variável						46 533 986,34
Emitidos por residentes						44 437 637,25
Ações						11 778 823,43
Águas Livres Imobiliária	3	PTE	4,99	1,00	1,00	3,00
Amadeu Gaudêncio 3600m	500	PTE	4,99	0,75	—	374,25
Beira Vouga 1400m — Preferenciais	1	PTE	4,99	1,00	1,00	1,00
Bordalima 3 18500 cts	18	PTE	4,99	1,00	4,99	18,00
Camac	33 600	EUR	5,00	—	0,46	167,60
Comundo — Cons. Mund. Exp. Import.	20 000	PTE	1,00	0,39	0,00	7 781,25
Fenalu 1000000 cts	5 000	EUR	0,50	—	0,23	24,94
Fiaco	5 450	PTE	1,00	—	—	27,18
Fipar — SGPS	676 030	EUR	4,99	8,88	8,88	6 000 000,00
Foncar	40	PTE	4,99	1,00	1,00	40,00
Inforgal Informática Gestão, S.A.	42	EUR	4,99	1,00	0,42	42,00
Macedo coelho 1300 M	11 870	EUR	4,99	8,54	0,01	101 405,53
Maconde confecções, S.A.	1 209 282	EUR	4,99	3,50	3,50	4 232 487,00
Mague 4530000 cts	122	PTE	4,99	35,24	29,93	4 299,28
Papelaria Fernandes 2750 M	51 000	EUR	4,99	5,72	3,39	291 527,42
PEC Nordeste 1150 M	14 375	PTE	4,99	4,90	4,14	71 702,20
Porto cavaleiros — SGPS	10	EUR	4,99	1,00	0,7	10,00
Ricardo Gallo Vidro embalagem	30 600	EUR	1,00	8,51	8,51	260 390,46
SNI	7 500	PTE	4,99	4,99	4,99	37 409,84
Soponata	300	EUR	1,00	0,01	5,00	1,50
Subloc — Locação Submarinos Nom.	2 500	EUR	5,00	10,00	10,00	25 000,00

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
T. Lopes Costa 1519 M	2 650	PTE	4,99	—	—	—
Telgecom/Dios Sobrantes Red (Centrel)	1	PTE	4,99	—	—	—
Transbel 280000 cts	8 905	PTE	5,00	—	—	—
Unifibr—Ind. Metalúrgicas, S. A.	20	PTE	4,99	1,00	0,29	20,00
Unitenis—Soc. Emp. de Ténis—Norm.	2	PTE	149,64	3 990,39	—	7 980,77
Vialitoral Conc. Rodoviárias Madeira	4 750	EUR	150,00	155,39	150,00	738 110,21
Unidades de participação						23 798 521,78
F Inv. Mob. Fech M. Ações Europa	1 289	EUR	49,88	63,42	37,75	81 751,15
Fundo Gestão Imobiliária	3 297 547	EUR	4,99	6,73	6,82	22 187 676,89
Fundo Imobiliário Renda Predial	245 963	EUR	5,00	5,00	—	1 229 815,00
Fundo Inv. Capital de Risco M. Inovação	12	EUR	25 000,00	24 939,90	—	229 278,74
Títulos de participação						8 860 292,04
Comp. Seg. Imp. Super Rend. Garant. 8 anos 1996	1 000	PTE	4,99	6,10	—	6 102,22
Comp. Seg. Imp. Super Rend. Garant. 8 anos 1997	300	PTE	4,99	6,10	—	1 830,67
Comp. Seg. Imp. Super Rend. Garant. 8 anos 1995	500	PTE	4,99	6,10	—	3 051,11
Super Investimento Seguro	345 486	PTE	4,99	6,10	—	2 108 231,01
TPSB. Mello/87	6 805 406	EUR	0,01	0,99	0,93	6 732 167,82
TPS CPP/89	19 507	EUR	0,01	0,46	0,59	8 909,21
Emitido por não residentes						2 096 349,09
Ações						2 096 349,09
BSCH Finance Ltd. 6,15% 98/08	3 857	EUR	953,56	22,40	22,80	86 396,80
BCH Eurocapital Ltd. Prfshs S-B 97/?? Usd	11 939	USD	0,50	20,02	15,73	239 076,00
BCO Pinto Totta Intl 7 7k Pfd	955	USD	953,56	877,93	—	838 423,83
Comp. Agrícola Bela Vista 17500 cts	10	PTE	0,50	—	—	0,01
Comp. Diamantes Angola	500	PTE	2,49	10,36	10 36	5 177,42
CSFB Cap. 99/29 06 2004 Pfd	29 000	USD	2,49	23,49	23,36	681 176,71
Zurich Financial Serv. 7.125% 99 Pfd	12 147	EUR	25,00	20,26	23,00	246 098,22
Títulos próprios						14 353,363,39
De rendimento fixo						14 353 363,39
A médio e a longo prazos						14 353 363,39
BCPI Rend. Seguro 00/25-09-08—1.ª e 2.ª em.	540 000	EUR	1,00	1,00	—	540 000,00
ENBML—Biotech. 00/03-03-2005—2.ª tranche	10 000 000	EUR	1,00	0,90	0,95	9 045 555,56
Mello Inv. Biotechnologia 00/16-02-05	5 000 000	USD	1,00	0,95	1,04	4 767 807,83
C) Imobilizações financeiras						50 657 821,72
Participações						9 542 299,14
Em outras empresas no País						9 513 766,59
Ações						9 144 907,08

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Aenor — Auto-Estradas Norte, S. A.	374 854	EUR	0,01	0,01	—	3 748,54
Alfa Fininter — SGPS	220 000	PTE	4,99	—	—	0,01
Apor AG P/Modernização do Porto, S. A.	1 200	PTE	4,99	4,99	—	5 985,57
FIEP Fundo Intern. Empr. Port., SGPS	1 500 000	EUR	4,99	4,99	—	7 481 968,46
Finangeste Nominativas	97 875	EUR	5,00	4,99	—	488 861,84
Lusocut — Auto-Estradas, S. A.	166 500	EUR	1,00	0,03	—	4 995,00
Lusocut — Oper. Auto-Estradas, S. A.	750	EUR	1,00	1,00	—	750,00
Lusocut — Auto-Estradas Beiras Litoral e Alta, S. A.	382 500	EUR	0,01	0,01	—	3 825,00
Lusocut — Auto-Estradas Grande Porto, S. A.	279 750	EUR	0,02	0,02	—	5 595,00
MTS Portugal — Soc. Gest. Merc. Esp. Div. Pub.	33 654	EUR	1,00	0,99	—	33 196,70
Norpedip 5500000 cts — PME Capital	1 000	EUR	5,00	4,99	—	4 987,98
Operadora Lusocut Bla — Op. Manut Auto-Estradas	750	EUR	1,00	1,00	—	750,00
Operanor — Manutenção Auto-Estradas	667	EUR	1,00	1,00	—	667,00
Pinto Basto III — SGPS, S. A.	900	PTE	4,99	—	—	0,01
Previsão Soc. Gest. Fundos Pensões Nom.	20 000	EUR	5,00	8,35	—	167 087,99
Sdem — Soc. Des. Empresarial Madeira, SGPS	937 500	EUR	1,00	1,00	—	937 500,00
Sulpedip 5000000 cts — Pme Invest.	1 000	EUR	5,00	4,99	—	4 987,98
Acções (aviso n.º 4/2002 — regime transitório):						292 983,91
Pinto Basto — SGPS, S. A.	18 000	PTE	4,99	16,28	15,77	292 983,91
Quotas						149,64
MNet Rede Comunicações ACE (quota)	30	PTE	—	—	—	149,64
Unidades de participação						75 725,96
Citeve	20	PTE	498,80	—	—	9 975,96
Servibanca, ACE	750	EUR	1,00	—	—	750,00
Servibanca, ACE	66 500	EUR	3,00	—	—	65 750,00
Em outras empresas no estrangeiro						28 532,55
Acções						28 532,55
Euroclear Bank	1	BEF	0,02	24,79	—	24,79
Gestion RTA (option)	1	BEF	0,02	24,79	—	24,79
Gestion RTA, S. A.	498	BEF	0,02	24,79	—	12 345,10
Swift	12	BEF	123,95	1 344,82	—	16 137,87
Partes de capital em empresas coligadas						34 230 294,28
Em instituições de crédito no estrangeiro						33 765 407,65
Acções						33 765 407,65
BCP Capital	28 500 000	EUR	1,00	1,08	—	30 772 620,27
CisfImobiliária Comp. Inv. Gestão Imóveis	600 000	EUR	5,00	4,99	—	2 992 787,38

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Em instituições de crédito no estrangeiro						464 884,63
Ações						464 884,63
BIM Investimento, SARL (Usd 500 000)	500	USD	929,77	929,77	—	464 884,63
Em outras empresas no estrangeiro						2,00
Ações						2,00
Mello Finance Europe, Ltd.	2	EUR	1,00	1,00	—	2,00
Outras imobilizações financeiras						6 885 228,30
Empréstimos subordinados						2 029 622,89
Aenor Auto-Estradas do Norte, S. A.	1	EUR	—	—	—	76 619,34
Aenor Auto-Estradas do Norte, S. A.	1	EUR	—	—	—	105 057,94
Aenor Auto-Estradas do Norte, S. A.	1	EUR	—	—	—	627 330,76
Aenor aAuto-Estradas do Norte, S. A.	1	EUR	—	—	—	41 402,55
Aenor Auto-Estradas do Norte, S. A.	1	EUR	—	—	—	—
Aenor Auto-Estradas do Norte, S. A.	1	EUR	—	—	—	159 558,00
Vialitoral Conces. Rodoviárias Madeira	1	EUR	—	—	—	890 625,00
Vialitoral Conces. Rodoviárias Madeira	1	EUR	—	—	—	42 774,74
Vialitoral Conces. Rodoviárias Madeira	1	EUR	—	—	—	42 774,74
Vialitoral Conces. Rodoviárias Madeira	1	EUR	—	—	—	43 479,82
Prestações suplementares de capital						—
Contratos de suprimento						19 795,75
Shopping Direct	1	PTE	—	—	—	19 795,75
Prestações acessórias						4 835 809,66
Aenor Auto-Estradas do Norte, S. A.	1	EUR	—	—	—	143 152,87
Aenor Auto-Estradas do Norte, S. A.	1	EUR	—	—	—	104 402,18
Aenor Auto-Estradas do Norte, S. A.	1	EUR	—	—	—	851 058,18
Aenor Auto-Estradas do Norte, S. A.	1	EUR	—	—	—	56 408,19
Aenor Auto-Estradas do Norte, S. A.	1	EUR	—	—	—	217 442,00
Lusocut — Auto-Estradas do Grande Porto	1	EUR	—	—	—	294 405,00
Lusocut — Auto-Estradas do Grande Porto	1	EUR	—	—	—	33 333,08
Lusocut — Auto-Estradas Costa da Prata, S. A.	1	EUR	—	—	—	71 250,00
Lusocut — Auto-Estradas Costa da Prata, S. A.	1	EUR	—	—	—	53 077,50
Lusocut — Auto-Estradas Costa Prata, S. A.	1	EUR	—	—	—	49 230,00
Lusocut — Auto-Estradas Costa Prata, S. A.	1	EUR	—	—	—	47 842,50
Lusocut — Auto-Estradas Costa Prata, S. A.	1	EUR	—	—	—	20 347,50
Lusocut — Auto-Estradas Costa Prata, S. A.	1	EUR	—	—	—	17 250,00
Lusocut — Auto-Estradas Costa Prata, S. A.	1	EUR	—	—	—	16 650,00
Lusocut — Auto-Estradas Costa Prata, S. A.	1	EUR	—	—	—	5 775,00
Lusocut — Auto-Estradas Costa Prata, S. A.	1	EUR	—	—	—	232 500,00

Natureza e espécie dos títulos	Quan- tidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Lusoscut — Auto-Estradas Costa Prata, S. A.	1	EUR	—	—	—	100 162,50
Lusoscut — Auto-Estradas Costa Prata, S. A.	1	EUR	—	—	—	95 452,50
Lusoscut — Beiras Litoral Alta, S. A.	1	EUR	—	—	—	25 370,03
Lusoscut — Beiras Litoral Alta, S. A.	1	EUR	—	—	—	48 137,85
Lusoscut — Beiras Litoral Alta, S. A.	1	EUR	—	—	—	16 907,10
Lusoscut — Beiras Litoral Alta, S. A.	1	EUR	—	—	—	31 222,50
Lusoscut — Beiras Litoral Alta, S. A.	1	EUR	—	—	—	32 698,13
Lusoscut — Beiras Litoral Alta, S. A.	1	EUR	—	—	—	21 122,25
Lusoscut — Beiras Litoral Alta, S. A.	1	EUR	—	—	—	21 697,50
Lusoscut — Beiras Litoral Alta, S. A.	1	EUR	—	—	—	15 300,00
Lusoscut — Beiras Litoral Alta, S. A.	1	EUR	—	—	—	35 295,00
Lusoscut — Beiras Litoral Alta, S. A.	1	EUR	—	—	—	314 925,00
Lusoscut — Beiras Litoral Alta, S. A.	1	EUR	—	—	—	68 271,45
Lusoscut — Beiras Litoral Alta, S. A.	1	EUR	—	—	—	38 055,08
Lusoscut — Beiras Litoral Alta, S. A.	1	EUR	—	—	—	115 473,00
Shopping Direct	1	EUR	—	—	—	1 596 153,27

11 — O desenvolvimento das imobilizações incorpóreas e corpóreas, encontra-se detalhado nas notas n.ºs 8 e 9, respectivamente, às demonstrações financeiras.

12 — Os títulos com carácter subordinado são apresentados na nota n.º 6 às demonstrações financeiras.

13 — À data de 31 de Dezembro de 2002, não existem quaisquer activos cedidos com acordo de recompra firme.

14 — A decomposição destes créditos por prazos residuais encontra-se nas notas n.ºs 4 e 5 às demonstrações financeiras.

15 — O Grupo não efectuou reavaliações de imobilizações corpóreas e de imobilizações financeiras.

16 — Os valores de trespasses, despesas de estabelecimento e de investigação e desenvolvimento, estão incluídos na nota n.º 8 às demonstrações financeiras.

17 — Não existem, no Banco e no Grupo, situações determinadas por correcções de valor excepcional introduzidas no activo não imobilizado, motivadas por medidas de carácter fiscal.

18 — A decomposição dos débitos em função do prazo residual encontra-se representada nas notas n.ºs 12, 13 e 14 às demonstrações financeiras.

19 — A decomposição dos débitos representados por títulos consta na nota n.º 14 às demonstrações financeiras.

20 — À data de 31 de Dezembro de 2002, não existiam quaisquer débitos, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo do Banco, sobre empresas com as quais existiu uma ligação de participação.

21 — À data de 31 de Dezembro de 2002, não existiam quaisquer débitos representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo do Banco, sobre empresas com as quais existiu uma ligação de coligação.

22 — Os passivos subordinados, no Grupo e Banco, são apresentados na nota n.º 18 às demonstrações financeiras.

23 — Os montantes dos compromissos, incluindo os assumidos mediante a prestação de garantias, estão descriminados na nota n.º 32 às demonstrações financeiras.

24 — Os montantes dos compromissos relativamente à responsabilidade contratada por pensões de reforma, encontra-se descriminada na nota n.º 31 às demonstrações financeiras.

25 — Os movimentos das contas de provisões do Grupo e do Banco estão desenvolvidos nas notas n.ºs 4, 5, 6, 7, 10 e 17 às demonstrações financeiras.

26 — O critério utilizado para distinguir entre títulos de negociação, títulos de investimento e títulos da carteira a vencimento constantes das rubricas 5 e 6 do activo, estão expressos na nota n.º 1, alínea g), às demonstrações financeiras.

27 — A decomposição da rubrica de acréscimos e diferimentos de proveitos e custos consta nas notas n.ºs 11 e 16 às demonstrações financeiras.

28 — A valorização da carteira de títulos, para o Grupo e para o Banco, encontra-se apresentada no mapa de inventário de títulos incluído neste anexo.

29 — A subscrição de acções realizadas no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 consta na nota n.º 19 às demonstrações financeiras.

30 — À data de 31 de Dezembro de 2002 não existiam quaisquer partes de capital beneficiárias e obrigações convertíveis ou títulos ou direitos similares.

31 — O desenvolvimento das rubricas de outros activos e outros passivos, está expresso nas notas n.ºs 10 e 15 às demonstrações financeiras.

32 — Não existem fundos administrados pelo Banco por conta de outrem.

33 — As operações a prazo não vencidas, para o Grupo e Banco, estão apresentadas na nota n.º 32 às demonstrações financeiras.

34 — O efectivo médio de trabalhadores ao serviço no Banco durante o exercício de 2002, distribuído por grandes categorias profissionais, encontra-se analisado na nota n.º 28 às demonstrações financeiras.

35 — O valor total de remunerações atribuídas pelo Grupo aos órgãos de administração e fiscalização no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, está referido na nota n.º 28 às demonstrações financeiras.

36 — Os proveitos referentes à prestação de serviços de gestão e de representação a terceiros não excede 5% do total de proveitos.

37 — A decomposição dos elementos do activo e passivo expressos em moeda estrangeira é analisada como segue:

	Grupo	Banco
Activos	62 471	39 070
Passivos	62 471	39 070

38 — Os proveitos registados nas rubricas B1, B2, B3, B4 e B7 da demonstração de resultados foram gerados exclusivamente em Portugal.

39 — A decomposição dos custos e proveitos residuais e extraordinários do exercício é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Outros custos de exploração:				
Quotizações e donativos	64	189	53	187
Diversos	1 023	11	15	13
	<u>1 087</u>	<u>200</u>	<u>68</u>	<u>200</u>
Perdas extraordinárias:				
Provisão para riscos bancários gerais	10 000	—	5 000	—
Menos-valias em imobilizações	1	1	1 458	1
Perdas de exercícios anteriores	887	1 063	559	1 072
Outras perdas extraordinárias	2 385	319	249	141
	<u>13 273</u>	<u>1 383</u>	<u>7 266</u>	<u>1 214</u>
Outros proveitos de exploração:				
Prestação de serviços	10 080	7 627	9 824	7 462
Reembolso de despesas	15	24	10	23
Recuperação de créditos incobráveis	298	147	17	147
Outros proveitos de exploração	4 855	45	1 608	47
	<u>15 248</u>	<u>7 843</u>	<u>11 459</u>	<u>7 679</u>
Ganhos extraordinários:				
Distribuição resultados	11 328	—	11 328	—
Mais-valias em imobilizações	5 321	63	4 725	87
Outros ganhos de exercícios anteriores	419	432	275	481
Outros ganhos extraordinários	3 596	955	153	937
	<u>20 664</u>	<u>1 450</u>	<u>16 481</u>	<u>1 505</u>

40 — Os encargos com passivos subordinados estão apresentados na nota n.º 18 às demonstrações financeiras.

41 — A diferença entre carga fiscal imputada ao exercício e os dois exercícios anteriores e a carga fiscal já paga ou a pagar referente a estes exercícios está apresentada na nota n.º 30 às demonstrações financeiras.

42 — Não existe tratamento fiscal diferenciado entre os resultados correntes e os resultados extraordinários.

43 — As contas do Grupo são objecto de consolidação pelo método integral, no Banco Comercial Português, S. A., com sede na Praça D. João I, 28, Porto.

44 — O Banco não tem empresas filiais instaladas noutros Estados membros da União Europeia dispensadas da fiscalização e da publicação da demonstração de resultados.

45 — À data de 31 de Dezembro de 2002, o Banco detinha operações de locação financeira na óptica de locatário no montante de 1 054 109 euros.

46 — Não existem montantes resultantes das compensações entre saldos devedores e credores em contas de terceiros e em contas internas de regularização efectuadas ao abrigo de contratos de compensação a que se refere a parte final do ponto 1.3 do capítulo II — Normas e princípios contabilísticos.

47 — Não existem montantes incluídos nos resultados da sociedade provenientes de transacções realizadas com entidades em relação às quais existem relações de domínio.

48 — Não foram efectuadas operações de titularização durante o exercício de 2002.

49 — As informações, de natureza quantitativa e qualitativa, sobre a cobertura das responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência estão apresentadas na nota n.º 31.

50 — As informações detalhadas, de natureza qualitativa e quantitativa, sobre participações financeiras são apresentadas na nota n.º 7.

51 — Não existem outras informações de natureza significativa, para além das apresentadas nestas demonstrações financeiras e notas explicativas, que impliquem uma apreciação diferente da situação financeira do Banco.

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*).

Balanço em 31 de Dezembro de 2002 e 2001**ACTIVO**

(Em milhares de euros)

	Notas	2002	2001
Caixa e disponibilidades no Banco de Portugal	2	4 736	9 982
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	3	66 601	251 446
Outros créditos sobre instituições de crédito	4	1 704 039	1 080 311
Créditos sobre clientes	5	360 405	348 124
Obrigações, acções e outros títulos	6	668 455	584 508
Participações financeiras	7	43 764	69 624
Imobilizações incorpóreas	8	2 160	1 238
Imobilizações corpóreas	9	19 647	20 054
Outros activos	10	22 472	39 921
Contas de regularização	11	439 653	163 410
<i>Total</i>		<u>3 331 932</u>	<u>2 568 618</u>

PASSIVO

	Notas	2002	2001
Débitos para com instituições de crédito:			
À vista		3 495	3 495
A prazo	12	166 388	124 685
Débitos para com clientes:			
À vista		263	2 691
A prazo	13	137 351	19 771
Débitos representados por títulos	14	2 303 742	2 007 453
Outros passivos	15	15 133	15 768
Contas de regularização	16	449 684	159 404
Provisão para outros riscos e encargos	17	13 756	3 555
Passivos subordinados	18	57 904	57 904
<i>Total do passivo</i>		<u>3 147 716</u>	<u>2 394 726</u>

SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	2002	2001
Capital	19	75 000	75 000
Reservas e resultados acumulados	20 e 21	109 216	98 892
<i>Total da situação líquida</i>		<u>184 216</u>	<u>173 892</u>
		<u>3 331 932</u>	<u>2 568 618</u>

Contas extrapatrimoniais (nota n.º 32).

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstração de resultados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Em milhares de euros)

	Notas	2002	2001
Juros e proveitos equiparados	22	134 444	137 970
Juros e custos equiparados	23	121 205	126 352
Margem financeira		13 239	11 618
Provisão para riscos de crédito	4, 5 e 17	1 643	811
Margem financeira após provisão para riscos de crédito		11 596	10 807
Outros proveitos:			
Rendimentos de títulos		2 489	2 435
Comissões	25	31 406	28 468
Lucros em operações financeiras	26	146 990	176 165
Outros proveitos de exploração	27	24 672	9 161
Ganhos relativos à alienação de participações financeiras		3 268	23
		<u>208 825</u>	<u>216 252</u>

(Em milhares de euros)

	Notas	2002	2001
Outros custos:			
Comissões	25	2 080	3 201
Prejuízos em operações financeiras	26	124 914	159 196
Custos com pessoal	28	19 033	17 319
Outros gastos administrativos		13 159	11 898
Amortizações do exercício	8 e 9	1 988	874
Outras provisões	29	3 206	400
Outros custos de exploração		2 549	1 555
		<u>166 929</u>	<u>194 443</u>
Lucro antes de impostos		53 492	32 616
Provisão para impostos sobre lucros	30	<u>11 905</u>	<u>5 110</u>
Lucro da actividade corrente		41 587	27 506
Custo extraordinário	29	<u>5 000</u>	—
Lucro do exercício		<u>36 587</u>	<u>27 506</u>

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados por funções, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Em milhares de euros)

	2002	2001
Margem financeira	13 239	11 618
Provisões para riscos de crédito	(1 643)	(811)
Margem financeira líquida	<u>11 596</u>	<u>10 807</u>
Comissões líquidas	29 326	25 267
Outros resultados de exploração líquidos	<u>22 123</u>	<u>7 606</u>
Margem de serviços	<u>63 045</u>	<u>43 680</u>
Rendimento de títulos	2 489	2 435
Resultados de operações financeiras	22 076	16 969
Provisões para depreciação de títulos	(1 604)	(1 353)
Resultado operacional antes dos custos de transformação	<u>86 006</u>	<u>61 731</u>
Custos com pessoal	19 033	17 319
Outros custos administrativos	13 159	11 898
Amortizações	<u>1 988</u>	<u>874</u>
Custos de transformação	<u>34 180</u>	<u>30 091</u>
Resultado operacional	<u>51 826</u>	<u>31 640</u>
Outras provisões	(1 602)	953
Resultados na alienação de participações financeiras	3 268	23
Outros resultados extraordinários	<u>(5 000)</u>	—
Resultados antes de impostos	48 492	32 616
Impostos	<u>11 905</u>	<u>5 110</u>
Resultado líquido	<u>36 587</u>	<u>27 506</u>
Resultado por acção	0,488	0,367

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração de fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Em milhares de euros)

	2002	2001
Fluxos de caixa de actividades operacionais:		
Recebimento de juros e comissões	165 850	153 376
Pagamento de juros e comissões	(123 285)	(110 813)
Recebimento de prestações de serviços	22 123	7 606
Recebimentos resultantes de operações financeiras	22 076	16 969
Despesas com pessoal e fornecedores	(32 192)	(28 529)
Impostos sobre o rendimento recebidos/(pagos)	(11 905)	(8 631)
	<u>42 667</u>	<u>29 978</u>
Fluxos de caixa de actividades de investimento:		
Vendas/(compras) de títulos	(85 551)	677 106
Fundos a curto prazo	(623 724)	(1 038 455)
Depósitos detidos com fins de controlo monetário	5 246	(5 201)
Crédito sobre clientes	(12 874)	23 556
Rendimento de participações	25 860	(31 721)
Receitas de alienação de participações	3 268	23
Dividendos recebidos	2 489	2 435
Aquisições de imobilizado	(2 528)	(21 887)
Vendas de imobilizado	25	174
Outras contas do activo	(258 674)	(38 046)
	<u>(946 463)</u>	<u>(432 016)</u>
Fluxos de caixa de actividades de financiamento:		
Débitos para com clientes	115 152	6 896
Emissão de empréstimos obrigacionistas	296 289	893 213
Débitos para com instituições de crédito	41 703	(322 590)
Dividendos pagos e gratificações a empregados	(24 755)	(21 389)
Outras contas do passivo	292 070	42 555
Aumento capital	—	25 000
Reservas de fusão	(1 508)	15 100
	<u>718 951</u>	<u>638 785</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes	(184 845)	236 747
Caixa e equivalentes no início do período	<u>251 446</u>	<u>14 699</u>
Caixa e equivalentes no fim do período	66 601	251 446

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 e 2001**ACTIVO**

(Em milhares de euros)

	Notas	2002	2001
Caixa e disponibilidades no Banco de Portugal	2	4 736	12 392
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	3	71 311	290 731
Outros créditos sobre instituições de crédito	4	1 711 769	1 180 831
Créditos sobre clientes	5	360 405	363 945
Obrigações, acções e outros títulos	6	672 967	589 076
Participações financeiras	7	20 859	31 399
Imobilizações incorpóreas	8	2 160	1 533
Imobilizações corpóreas	9	19 653	20 572
Outros activos	10	27 154	44 451
Contas de regularização	11	444 069	174 165
<i>Total</i>		<u>3 335 083</u>	<u>2 709 095</u>

PASSIVO

	Notas	2002	2001
Débitos para com instituições de crédito:			
À vista		3 495	3 495
A prazo	12	166 388	125 797
Débitos para com clientes:			
À vista		263	17 856
A prazo	13	137 351	139 770
Débitos representados por títulos	14	2 303 742	2 007 453
Outros passivos	15	15 210	18 417
Contas de regularização	16	450 298	162 273
Provisão para outros riscos e encargos	17	18 773	3 909
Passivos subordinados	18	57 904	57 904
<i>Total do passivo</i>		<i>3 153 424</i>	<i>2 536 874</i>

SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	2002	2001
Capital	19	75 000	75 000
Reservas e resultados acumulados	20 e 21	106 659	97 221
<i>Total da situação líquida</i>		<i>181 659</i>	<i>172 221</i>
		<i>3 335 083</i>	<i>2 709 095</i>

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Demonstração de resultados consolidados em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Em milhares de euros)

	Notas	2002	2001
Juros e proveitos equiparados	22	143 181	139 231
Juros e custos equiparados	23	125 989	128 580
Margem financeira		17 192	10 651
Provisão para riscos de crédito	4, 5 e 17	1 852	1 044
Margem financeira após provisão para riscos de crédito		15 340	9 607
Outros proveitos:			
Resultado de partes de capital em empresas associadas	24	384	1 196
Rendimentos de títulos		2 045	2 435
Comissões	25	32 440	29 646
Lucros em operações financeiras	26	147 193	176 002
Outros proveitos de exploração	27	31 212	9 293
Ganhos relativos à alienação de participações financeiras	7	4 700	—
		<i>217 974</i>	<i>218 572</i>
Outros custos:			
Comissões	25	2 343	3 647
Resultado de partes de capital em empresas associadas	24	4	325
Prejuízos em operações financeiras	26	125 142	159 256
Custos com pessoal	28	20 455	16 780
Outros gastos administrativos		16 751	13 084
Amortizações do exercício	8 e 9	2 121	879
Outras provisões	29	4 281	383
Outros custos de exploração		4 876	1 741
		<i>175 973</i>	<i>196 095</i>

(Em milhares de euros)

	Notas	2002	2001
Lucro antes de impostos		57 341	32 084
Provisão para impostos sobre lucros	30	11 921	5 125
Lucro depois de impostos		45 420	26 959
Interesses minoritários		65	—
Lucro da actividade corrente		45 485	26 959
Custo extraordinário	29	10 000	—
Lucro do exercício		35 485	26 959

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados consolidados, por funções, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Em milhares de euros)

	2002	2001
Margem financeira	17 192	10 651
Provisões para riscos de crédito	(1 852)	(1 044)
Margem financeira líquida	15 340	9 607
Comissões líquidas	30 097	25 999
Outros resultados de exploração líquidos	26 336	7 485
Margem de serviços	71 773	43 091
Rendimento de títulos	2 045	2 435
Resultados consolidados pelo método de equivalência patrimonial	380	871
Resultados de operações financeiras	22 051	16 746
Provisões para depreciação de títulos	(1 604)	(1 353)
Resultado operacional antes dos custos de transformação	94 645	61 790
Custos com pessoal	20 455	16 780
Outros custos administrativos	16 751	13 084
Amortizações	2 121	879
Custos de transformação	39 327	30 743
Resultado operacional	55 318	31 047
Outras provisões	(2 677)	970
Resultados na alienação de participações financeiras	4 700	—
Outros resultados extraordinários	(10 000)	67
Resultados antes de impostos	47 341	32 084
Impostos	11 921	5 125
Resultados depois de impostos	35 420	26 959
Interesses minoritários	65	—
Resultado líquido	35 485	26 959
Resultado por acção	0,472	0,359

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração de fluxos de caixa consolidados em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Em milhares de euros)

	2002	2001
Fluxos de caixa de actividades operacionais:		
Recebimento de juros e comissões	166 942	152 624
Pagamento de juros e comissões	(132 861)	(111 220)
Recebimento de prestações de serviços	15 845	7 552
Recebimentos resultantes de operações financeiras	22 051	16 746
Despesas com pessoal e fornecedores	(34 533)	(29 308)
Impostos sobre o rendimento recebidos/(pagos)	(8 819)	(9 637)
	<u>28 625</u>	<u>26 757</u>
Fluxos de caixa de actividades de investimento:		
Vendas/(compras) de títulos	(34 597)	677 016
Fundos a curto prazo	(530 934)	(1 138 975)
Depósitos detidos com fins de controlo monetário	7 656	(7 119)
Crédito sobre clientes	2 120	7 859
Venda/(compras) de participações	13 589	(6 606)
Dividendos recebidos	13 373	2 435
Aquisições de imobilizado	(1 853)	(22 144)
Vendas de imobilizado	95	555
Outras contas do activo	(33 025)	(40 967)
	<u>(563 576)</u>	<u>(527 946)</u>
Fluxos de caixa de actividades de financiamento:		
Débitos para com clientes	(20 012)	142 058
Emissão de empréstimos obrigacionistas	296 289	893 213
Débitos para com instituições de crédito	40 591	(322 302)
Dividendos pagos e gratificações a empregados	(24 755)	(21 737)
Outras contas do passivo	24 721	18 014
Diferença cambial e outras reservas	(94)	(145)
Aumento capital	—	25 000
Reservas de fusão	(1 189)	1 575
	<u>315 531</u>	<u>735 676</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes	(219 420)	234 487
Caixa e equivalentes no início do período	290 731	56 244
Caixa e equivalentes no fim do período	71 311	290 731

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Mapa de alterações na situação líquida consolidada em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Em milhares de euros)

	Total da situação líquida	Capital	Reservas de reavaliação, legais e estatutárias	Reservas livres e resultados acumulados
Saldos a 31 de Dezembro de 2000	121 616	50 000	11 139	60 477
Constituição de reserva legal	—	—	1 322	(1 322)
Aumento de capital	25 000	25 000	—	—
Bónus aos empregados	(1 009)	—	—	(1 009)
Resultado do exercício	26 959	—	—	26 959
Diferença cambial resultante da consolidação	(145)	—	—	(145)
<i>Goodwill</i> resultante das aquisições de 2001	360	—	—	535
Reservas de fusão	3 856	—	—	3 681
Efeito da conversão de contas resultante da aplic. da directriz contabilist. n.º 25:				
Luso Atlântica	(1 180)	—	—	(1 180)
CISF Veículos	(798)	—	—	(798)
Tecnilease	(663)	—	—	(663)
Indemnizações com pré-reformas	(1 775)	—	—	(1 775)
Saldos a 31 de Dezembro de 2001	172 221	75 000	12 461	84 760

(Em milhares de euros)

	Total da situação líquida	Capital	Reservas de reavaliação, legais e estatutárias	Reservas livres e resultados acumulados
Constituição de reserva legal	—	—	2 751	(2 751)
Bónus aos empregados	(1 375)	—	—	(1 375)
Dividendos distribuídos	(23 380)	—	—	(23 380)
Resultado do exercício	35 485	—	—	35 485
Diferença cambial resultante da consolidação	(94)	—	—	(94)
Reserva de fusão, base individual, e <i>goodwill</i> em base consolidada por fusão da CIP Brokers	(1 319)	—	—	(1 319)
Capital reserve da BCP Ireland Investments	130	—	—	130
Provisões para participações financeiras ao abrigo do aviso n.º 4/2002 do Banco de Portugal	(9)	—	—	(9)
Saldos a 31 de Dezembro de 2002	181 659	75 000	15 212	91 447

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Notas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

1 — Políticas contabilísticas:

a) *Bases de apresentação*. — A CISF — Companhia de Investimentos e Serviços Financeiros, S. A., foi constituída em Lisboa a 8 de Maio de 1984. No decorrer do ano de 1993, a Companhia foi autorizada a iniciar a sua actividade como banco de investimento, tendo iniciado as suas operações em 25 de Maio de 1993, passando a sua denominação social para CISF — Banco de Investimento, S. A.

A 28 de Outubro de 1999, o Banco alterou a sua denominação social para BCPA — Banco de Investimento, S. A. No decorrer do ano 2000, e no âmbito da reestruturação do Grupo BCP procedeu-se à alteração da denominação do BCPA — Banco de Investimento, S. A. para BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A. (Banco).

O Banco tem por objecto principal a realização de operações financeiras e a prestação de todos os serviços permitidos aos bancos de investimento de acordo com a legislação em vigor, tendo-se especializado designadamente em operações nos mercados de títulos e mercados monetários, serviços especializados de consultoria, operações de crédito e operações de corretagem.

Indirectamente, através das suas subsidiárias, o Banco mantém operações de capital de risco, gestão e investimento imobiliário, aluguer de longa duração e financiamento para aquisição a crédito de bens ou serviços.

Em 27 de Dezembro de 2002, no âmbito da concentração accionista das sociedades de aluguer de longa duração, conforme referido na nota n.º 7, o Banco alienou as participações que detinha na CISF — Veículos Sociedade de Aluguer, L.ª, Luso-Atlântica — Aluguer de Viaturas, S. A. e Tecnilease — Comércio e Aluguer de Equipamentos, S. A.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, estabelecido pelo Banco de Portugal, incluindo a aplicação da 4.ª Directiva Comunitária n.º 86/635/CEE relativa à prestação de contas dos bancos e de outras instituições financeiras e da 7.ª Directiva 83/349/CEE relativa à consolidação de contas.

b) *Bases de consolidação*:

Datas de referência:

As contas do Banco são objecto de consolidação pelo método integral no Banco Comercial Português, S. A.

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A. e das suas empresas subsidiárias, tal como definido na nota n.º 7, bem como o resultado proporcional às participações financeiras em empresas associadas, relativamente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001.

Participações financeiras em subsidiárias:

As participações financeiras em empresas subsidiárias do sector financeiro, que representam 50% ou a maioria do capital ou direitos

de voto e em que o Grupo exerce o controlo, são consolidadas pelo método da consolidação integral.

As participações financeiras em empresas subsidiárias excluídas da consolidação integral no âmbito do Decreto-Lei n.º 36/92, tendo em atenção a diferente natureza da sua actividade face à actividade do Grupo e a sua imaterialidade, são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

Até 31 de Dezembro de 2001, as participações financeiras nas empresas cuja actividade é de aluguer de longa duração, eram consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, devido à natureza da sua actividade, com base nas contas preparadas de acordo com o Plano Oficial de Contas e considerando a aplicação da directriz contabilística n.º 25.

Em 27 de Dezembro de 2002, as participações financeiras nas sociedades de aluguer de longa duração foram alienadas a outras empresas do Grupo BCP (v. nota n.º 33).

Os saldos e transacções significativas existentes entre empresas do Grupo são eliminados.

Participações financeiras em empresas associadas:

As participações financeiras em empresas associadas, cujo valor da participação representa entre 20% e 50% do capital social e nas quais o Grupo exerce influência significativa, são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, pelo que o valor contabilístico da participação corresponde ao valor proporcional da participação em capital, reservas e resultados da empresa associada.

Nas empresas em que o Grupo exerce controlo conjunto com outros accionistas é aplicado o método proporcional.

Nos casos em que o valor da participação financeira numa sociedade representa menos de 20% do capital social e na qual o Grupo exerce influência significativa através da participação nos órgãos de decisão, na gestão dos negócios conjuntos e na definição de estratégia, é também aplicado o método da equivalência patrimonial.

Diferenças de consolidação e de reavaliação — *goodwill*:

O *goodwill*, resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

Até 31 de Dezembro de 1998, foi adoptada a política de capitalização do *goodwill* como imobilizado incorpóreo, sendo amortizado pela sua vida útil estimada, não excedendo 20 anos. No âmbito da alteração da política contabilística efectuada em 1999, para as aquisições efectuadas a partir de 1 de Janeiro de 1999, o *goodwill* passou a ser anulado por contrapartida de reservas no ano em que ocorre a aquisição da participação.

No âmbito da alteração da política contabilística em 1999, em 1 de Janeiro de 2000, o valor de *goodwill* não amortizado a essa data referente a aquisições efectuadas até 31 de Dezembro de 1998, foi anulado por contrapartida de reservas.

Participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro

Na consolidação, o valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro é registado pelo seu contravalor em euros às taxas de câmbio oficiais em vigor na data do balanço. Os resultados destas subsidiárias são consolidados pelo seu contravalor em euros à taxa de câmbio média ponderada do exercício. As diferenças cambiais resultantes da conversão em euros da situação patrimonial no início

do ano e dos resultados do exercício, à taxa de câmbio oficial na data do balanço, respectivamente, são registadas em reservas.

Outros investimentos:

Os investimentos em companhias com participação inferior a 20% do capital social e em que o Grupo não exerce influência significativa mas que considera como investimentos estratégicos, são contabilizados ao custo de aquisição, sendo o proveito desses investimentos reconhecido quando recebido.

A partir de 30 de Junho de 2002, entrou em vigor o aviso n.º 4/2002 do Banco de Portugal que estabelece as regras de provisionamento destes investimentos, apresentadas como segue:

A constituição de provisões é exigível sempre que as menos-valias potenciais sejam superiores a 15% do valor do investimento. A provisão mínima a constituir deverá corresponder a 40% do valor que exceder os 15% do investimento, sendo o montante não provisionado deste excesso deduzido aos fundos próprios;

De acordo com o referido Aviso, a constituição das provisões acima referidas correspondentes a 40% do valor de menos-valias que exceda os 15% do investimento, para as participações adquiridas até 31 de Dezembro de 2001, e tendo em conta a actividade das companhias participadas é diferida pelos seguintes períodos:

Investimento	Período	Porcentagem
Empresas financeiras e seguradoras	2002 a 2011	10 por ano
Empresas não financeiras	2002 a 2004	25 por ano
	2005	15
	2006	10

As provisões constituídas nos exercícios de 2002 e 2003 relativas às participações adquiridas até 31 de Dezembro de 2001, poderão ser registadas contra reservas.

c) *Reconhecimento de custos e proveitos.* — Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias que não estejam cobertos por garantias reais são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

Numa base individual, os resultados obtidos com a alienação de activos a entidades em que exista uma relação de domínio são reconhecidos desde que os mesmos resultem de transacções cujos termos negociais correspondam aos que seriam acordados em condições normais de mercado.

Estes resultados são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

d) *Provisão específica para crédito concedido.* — A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objecto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido.

A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pelo Banco tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos avisos n.º 3/95, de 30 de Junho e n.º 7/00, de 27 de Outubro.

e) *Provisão para riscos gerais de crédito.* — Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho e aviso n.º 2/99, de 15 de Janeiro, do Banco de Portugal.

f) *Provisão para risco país.* — A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no número 2.4 da referida instrução.

g) *Obrigações, acções e outros títulos.* — Estes títulos são classificados de acordo com os seguintes critérios:

Títulos de negociação:

Consideram-se títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de serem transaccionados num prazo que não deverá exceder os seis meses.

Os títulos de rendimento fixo são reavaliados diariamente à cotação de mercado, incluindo os juros corridos. Os juros e as diferenças de reavaliação são registados como proveitos ou custos do exercício. Na ausência de cotação, o valor dos títulos corresponde ao valor de aquisição acrescido dos juros corridos até essa data, calculados à taxa de juro nominal.

Os títulos cujo rendimento é variável são valorizados ao valor de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado.

Títulos de investimento:

Consideram-se títulos de investimento aqueles cuja aquisição não tem como objectivo a sua transacção num prazo inferior a seis meses.

Os títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são registados ao custo de aquisição. A periodificação dos juros é feita com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. Existindo prémio ou desconto, este é periodificado pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

De acordo com o disposto nos parágrafos 10.º e 20.º do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, as menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado são integralmente provisionadas.

Os títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição, sendo constituídas provisões para menos-valias potenciais quando o valor de mercado é inferior ao seu valor contabilístico, em cumprimento com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho.

De acordo com o estabelecido com o Plano de Contas do Sistema Bancário, as referidas provisões são apresentadas no balanço como deduções às carteiras de títulos.

Carteira a vencimento:

Consideram-se títulos da carteira a vencimento aqueles que o Banco pretende manter até ao seu reembolso, sendo constituída exclusivamente por títulos de rendimento fixo, com taxa de juro invariável e conhecida no momento da emissão, incluindo os títulos de cupão zero, com data de reembolso determinada e que tenham sido emitidos por entidades enumeradas no ponto 1.1 do n.º 15 do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho do Banco de Portugal.

Os títulos com *call option* apenas poderão integrar a carteira a vencimento desde que o *call price* não seja inferior ao valor de reembolso na data do vencimento.

Os títulos da carteira a vencimento são registados ao custo de aquisição sendo os juros periodificados com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. Existindo prémio ou desconto, este é periodificado pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

De acordo com o disposto nos parágrafos 10.º e 20.º do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, as menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado são integralmente provisionadas.

A transferência de títulos de negociação para a carteira a vencimento é realizada com base no valor de mercado. A transferência de títulos de investimento para a carteira a vencimento é realizada pelo valor que se encontrarem registados, líquidos das respectivas provisões constituídas. Nas transferências de títulos das carteiras de negociação e investimento as diferenças, entre o valor de reembolso e o valor pelo qual os títulos foram registados na carteira a vencimento, são periodificadas pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

h) *Transacções em moeda estrangeira e operações de derivativos.* — Os activos, passivos e compromissos expressos em moeda estrangeira são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

Posição à vista:

A posição à vista é constituída pelo saldo líquido de activos e passivos da mesma moeda, dos resultados em moeda estrangeira, assim como das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo com vencimento nos dois dias úteis subsequentes.

A posição à vista é reavaliada diariamente ao câmbio médio informativo do Banco de Portugal.

As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Posição a prazo:

A posição a prazo é constituída pelo saldo líquido dos contratos de operações a prazo que aguardam liquidação, com exclusão dos que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo de mercado ou, na sua ausência, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual da operação.

As diferenças entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em euros às taxas contratadas, são registadas como proveitos ou custos do exercício.

Notas e moedas estrangeiras

As notas e moedas estrangeiras são reavaliadas diariamente com base nos câmbios médios indicativos divulgados pelo Banco de Portugal. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Operações de *swap* de moeda:

Os segmentos à vista e a prazo destas operações não são reavaliados. O prémio ou desconto de cada operação é amortizado até à data de vencimento por contrapartida de proveitos ou custos.

Os *swap* de moeda são registados em contas extrapatrimoniais dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Operações de *swap* de taxa de juro:

Os juros a receber ou a pagar são periodificados por contrapartida de proveitos ou custos até ao vencimento das operações.

As operações de *swap* de taxa de juro, de negociação, são reavaliadas com base na actualização dos fluxos futuros considerando as taxas praticadas no mercado.

Os *swap* de taxa de juro são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Contratos a prazo de taxa de juro (FRA — *Forward Rate Agreement*):

Os contratos de negociação são reavaliados ao valor de mercado, (*marked to market*), sendo as respectivas reavaliações reconhecidas em contas de resultados. Tais reavaliações são calculadas no período compreendido entre a data de contratação e a data de liquidação das operações.

Os contratos utilizados para cobertura de riscos (*hedging*) não são reavaliados ao valor de mercado, sendo os respectivos resultados periodificados durante o prazo da operação, por contrapartida de proveitos ou custos.

Os FRAs são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Futuros e opções:

As posições de negociação em contratos de futuros e opções, transacionados em mercados organizados, são valorizadas com base nas cotações de mercado, sendo as diferenças positivas ou negativas reconhecidas em resultados do exercício.

Os prémios recebidos por opções vendidas são registados como proveitos diferidos até à data de execução dos contratos.

Os prémios pagos por opções compradas são registados em custos diferidos, sendo posteriormente adicionados ao custo de aquisição ou subtraídos ao valor de venda dos activos subjacentes, se a opção for exercida ou reflectidos em custos, se a opção não for exercida.

Os contratos de opção vendidos em mercado de balcão são reavaliados, sendo as respectivas perdas potenciais registadas em resultados. As opções compradas são contabilizadas ao custo de aquisição até à execução ou venda do contrato.

As posições de cobertura de riscos (*hedging*) não são reavaliadas e os seus resultados são relevados de acordo com a política contabilística dos elementos patrimoniais cobertos.

Os contratos de futuros e de opções são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Caps e floors:

As importâncias recebidas e pagas são periodificadas respectivamente por contrapartida de proveitos, tratando-se de operações sobre taxas activas, e por contrapartida de custos, tratando-se de operações sobre taxas passivas.

i) *Imobilizações incorpóreas*. — Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento:

Os encargos com o desenvolvimento de projectos são capitalizados e amortizados em três anos sempre que forem satisfeitos os seguintes requisitos:

O produto/processo esteja claramente definido e os custos que lhe são atribuíveis possam ser identificados separadamente;

Tenha sido demonstrada a exequibilidade técnica do produto ou processo;

O conselho de administração tenha indicado a intenção de desenvolver, comercializar ou utilizar o produto ou processo;

Exista uma clara indicação de um mercado futuro para o produto ou processo, ou que possa ser demonstrada a sua utilidade;

Existam recursos adequados para completar o projecto e comercializar o produto ou processo.

Despesas de estabelecimento e trespasses:

De acordo com as normas do Banco de Portugal, as despesas de estabelecimento e os trespasses são amortizadas durante um período de três anos.

j) *Imobilizações corpóreas*. — O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao respectivo custo de aquisição ou pelos valores resultantes das reavaliações efectuadas legalmente em Portugal, líquidas das reintegrações acumuladas. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, e previstas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, de acordo com os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamento	4 a 12
Outras imobilizações	3

k) *Locação financeira:*

Como locatário:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Como locador:

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

l) *Pensões de reforma e sobrevivência*. — O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV).

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1998, o Grupo BCP agregou os diversos Fundos de Pensões, num único fundo denominado de fundo de pensões do Grupo BCP, nos termos do qual desde que verificado determinado condicionalismo em cada exercício, poderão ser atribuídos complementos de reforma aos colaboradores de todo o

Grupo BCP de forma idêntica, salvaguardadas as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva (plano complementar).

A responsabilidade com pensões de reforma relativa aos colaboradores do Banco Mello e do Banco Pinto & Sotto Mayor, adquiridos pelo Grupo BCP em 2000, encontra-se coberta pelo fundo de pensões do Banco Mello e pelo fundo de pensões do Banco Pinto & Sotto Mayor, respectivamente. Em 2002, estes fundos foram integrados no fundo de pensões do Grupo BCP.

Os benefícios previstos nos planos de pensões são abrangidos pelo Plano ACTV — Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV), pelo Plano ACTQ — Acordo Colectivo dos Quadros do Sector Bancário e pelo Plano CCT — Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT).

A responsabilidade do Grupo BCP com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada anualmente, à data de fecho de contas, para cada plano separadamente.

O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pelo Banco de Portugal, os quais se encontram descritos na nota n.º 31.

Os pagamentos aos fundos são efectuados por cada empresa do Grupo de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do plano complementar quando atribuído, e com o objectivo de cumprir os níveis mínimos de financiamento exigidos pelo Banco de Portugal, e que se situam, desde 31 de Dezembro de 2002, com a entrada em vigor do aviso n.º 12/2001, em 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Até ao exercício 2000, inclusive, a insuficiência do Fundo em relação às responsabilidades com serviços passados, determinada com base na avaliação actuarial efectuada, era financiada pelas empresas do Grupo e considerada como um custo do exercício. O excesso resultante desta análise foi em primeiro lugar utilizado para a cobertura de responsabilidades com serviços passados não financiados, incluindo as decorrentes do plano complementar, sendo o valor remanescente considerado como um proveito do exercício.

Conforme estabelecido no aviso n.º 12/2001, o Grupo BCP determinou a insuficiência do valor do fundo de pensões em 31 de Dezembro de 2001, relativamente aos valores mínimos de financiamento das responsabilidades resultantes da aplicação do aviso n.º 6/95, a qual

resulta dos ganhos e perdas actuariais decorrentes das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente observados e reconheceu tal montante como um passivo e um activo, a ser imputado a custos do exercício, a partir de 2002, com base no método do corredor. De acordo com o referido aviso, o valor dos ganhos e perdas actuariais é actualizado anualmente sendo imputado a custos do exercício de acordo com o método do corredor.

De acordo com o método do corredor e ainda conforme os avisos n.º 12/2001 e n.º 7/2002, o valor acima do corredor é registado em despesas antecipadas e será reconhecido em resultados do exercício durante um período de 10 anos, tendo como base o saldo final do ano anterior.

m) Fiscalidade. — As empresas do Grupo BCP Investimento com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC — Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultante das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites, para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos num futuro próximo.

n) Distribuição de resultados pelos colaboradores. — De acordo com os estatutos do Banco, os accionistas, em assembleia geral, poderão fixar uma percentagem dos lucros a ser distribuída pelos colaboradores, competindo ao conselho de administração fixar os respectivos critérios.

Em substância, estes montantes a pagar aos colaboradores são considerados distribuição de resultados na mesma base dos dividendos a pagar aos accionistas, por serem uma transferência do direito aos dividendos dos accionistas para os colaboradores.

Esta distribuição de resultados é debitada em conta de situação líquida do exercício em que o pagamento é efectuado.

Na opinião do conselho de administração do Banco, a contabilização da distribuição de resultados pelos colaboradores é apropriada, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2 — Caixa e disponibilidades no Banco de Portugal:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Bancos centrais	4 736	12 392	4 736	9 982

O saldo junto do Banco de Portugal inclui o valor em numerário que visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, cuja reserva é calculada com base no montante de depósitos e outras responsabilidades efectivas.

O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do sistema Europeu de Bancos Centrais da zona do euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito no Banco de Por-

tugal, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

3 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Em instituições de crédito no país	71 148	281 815	66 438	243 957
Em instituições de crédito no estrangeiro	163	8 858	163	7 431
Valores a cobrar	—	58	—	58
	71 311	290 731	66 601	251 446

4 — Outros créditos sobre instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Banco de Portugal	287	1 179	287	531
Aplicações sobre outras instituições de crédito	1 711 487	1 179 660	1 703 757	1 079 788
	1 711 774	1 180 839	1 704 044	1 080 319
Provisão específica para risco país	(5)	(8)	(5)	(8)
	1 711 769	1 180 831	1 704 039	1 080 311

A rubrica de Banco de Portugal, refere-se aos títulos de depósito emitidos pelo Banco de Portugal, tendo sido subscritos, pelo Grupo e pelo Banco, na sequência da alteração do regime de constituição de reservas de caixa, estabelecida pelo aviso n.º 7/94, de 19 de Outubro, do Banco de Portugal. A análise desta rubrica à data de 31 de Dezembro de 2002 e 2001 pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Até três meses	1 711 487	1 155 563	1 703 757	1 079 313
De três meses a um ano	287	24 337	287	715
De um ano a cinco anos	—	939	—	291
	<u>1 711 774</u>	<u>1 180 839</u>	<u>1 704 044</u>	<u>1 080 319</u>

Os movimentos da provisão específica para risco país são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Saldo em 1 de Janeiro	8	—	8	—
Provisão do exercício	(4)	—	(4)	—
Transferência	<u>1</u>	<u>8</u>	<u>1</u>	<u>8</u>
Saldo em 31 de Dezembro	5	8	5	8

5 — Créditos sobre clientes:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Crédito ao sector público	30 652	32 880	30 652	32 880
Crédito com garantia	309 673	308 445	309 673	292 624
Crédito sem garantia	3 908	6 023	3 908	6 023
Crédito sobre o estrangeiro	15 626	15 825	15 626	15 825
Leasing	<u>937</u>	<u>1 329</u>	<u>937</u>	<u>1 329</u>
	360 796	364 502	360 796	348 681
Crédito vencido:				
A menos de 90 dias	251	—	251	—
A mais de 90 dias	<u>9 643</u>	<u>15 281</u>	<u>9 643</u>	<u>15 281</u>
	370 690	379 783	370 690	363 962
Provisão específica para riscos de crédito	<u>(10 285)</u>	<u>(15 838)</u>	<u>(10 285)</u>	<u>(15 838)</u>
	360 405	363 945	360 405	348 124

A análise desta rubrica à data de 31 de Dezembro de 2002 e 2001 pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Até três meses	26 708	22 209	26 708	22 209
De três meses a um ano	15 318	14 998	15 318	2 670
De um ano a cinco anos	86 885	68 679	86 885	65 186
Mais de cinco anos	231 885	258 616	231 885	258 616
Duração indeterminada	<u>9 894</u>	<u>15 281</u>	<u>9 894</u>	<u>15 281</u>
	370 690	379 783	370 690	363 962

A análise do crédito sobre clientes por sector de actividade é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Agricultura e silvicultura	314	2 908	314	2 908
Alimentação, bebidas e tabaco	7 290	10 094	7 290	10 094
Têxteis	<u>2 233</u>	<u>2 872</u>	<u>2 233</u>	<u>2 872</u>

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Químicas	617	1 591	617	1 591
Máquinas e equipamentos	223	445	223	445
Construção	32 379	29 240	32 379	29 240
Comércio	5 209	8 161	5 209	7 063
Transportes e comunicações	57 854	49 399	57 854	49 398
Papel, artes gráficas e editoras	149	448	149	448
Electricidade, gás e água	26 710	30 103	26 710	30 103
Outras actividades	237 712	244 522	237 712	229 800
	370 690	379 783	370 690	363 962
Provisão específica para crédito concedido	(10 285)	(15 838)	(10 285)	(15 838)
	360 405	363 945	360 405	348 124

A carteira de crédito sobre clientes inclui o montante de 21 630 709 euros (2001: 23 273 444 euros) que foi objecto de reestruturação formal com os clientes, em termos de reforço de garantias, prorrogação de vencimento e alteração de taxa de juro.

A carteira de crédito sobre clientes inclui, ainda, o montante de 1 877 815 euros (2001: 2 680 861 euros) referente à parte vincenda de créditos com juros ou capital já vencidos, os quais foram considerados para efeitos da avaliação da provisão específica.

Os movimentos da provisão específica para riscos de crédito são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Saldo em 1 de Janeiro	15 838	12 898	15 838	12 896
Transferência	(863)	2 663	(863)	2 492
Provisão do exercício	593	1 515	593	1 513
Utilização de provisões	(5 283)	(1 238)	(5 283)	(1 063)
Saldo em 31 de Dezembro	10 285	15 838	10 285	15 838

De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, conforme política contabilística referida na nota n.º 1, alínea c), os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

A anulação contabilística de crédito é feita pela utilização da respectiva provisão, quando esta, de acordo com as normas do Banco de Portugal, corresponda a 100% do valor do crédito, mesmo que esse crédito não seja considerado totalmente irrecoverável numa óptica económica. Os valores dos créditos recuperados são contabilizados como proveitos do exercício em que ocorram.

6 — Obrigações, acções e outros títulos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:				
De emissores públicos	56 495	51 554	56 495	51 554
De outros emissores	432 313	410 014	432 313	410 014
Acções e outros títulos de rendimento variável	57 337	74 373	52 825	69 805
Títulos próprios	129 266	55 926	129 266	55 926
	675 411	591 867	670 899	587 299
Provisão para títulos	(2 444)	(2 791)	(2 444)	(2 791)
	672 967	589 076	668 455	584 508
Títulos vencidos	48	48	48	48
Provisão para títulos vencidos	(48)	(48)	(48)	(48)
	672 967	589 076	668 455	584 508

O valor dos títulos de rendimento fixo, para o Grupo e Banco, com vencimento no decurso do ano de 2003 são os seguintes:

(Em milhares de euros)

	Grupo	Banco
Emissores públicos	11 303	11 303
Outros emissores	152 149	152 149
	163 452	163 452

A carteira de títulos tem a seguinte composição:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Títulos de negociação:				
Obrigações	172 926	173 318	172 926	173 318
Títulos próprios	114 912	32 365	114 912	32 365
Acções	5 052	6 999	5 052	6 999
Títulos participação	—	31	—	31
Unidades de participação	1 239	—	1 239	—
	294 129	212 713	294 129	212 713
Provisão para títulos negociação	—	(58)	—	(58)
	294 129	212 655	294 129	212 655
Títulos de investimento:				
Outras obrigações	304 555	263 576	304 555	263 576
Acções	13 875	42 240	13 875	42 240
Papel comercial	10 475	23 754	10 475	23 754
Títulos próprios	14 354	23 561	14 354	23 561
Unidades de participação	28 311	18 948	23 799	14 380
Títulos de participação	8 860	6 155	8 860	6 155
Obrigações do Tesouro	900	968	900	968
	381 330	379 202	376 818	374 634
Provisão para títulos de investimento	(2 492)	(2 781)	(2 492)	(2 781)
	378 838	376 421	374 326	371 853
	672 967	589 076	668 455	584 508

A rubrica de títulos de investimento — outras obrigações, inclui para o Grupo e para o Banco, títulos de carácter subordinado no montante de 9 578 537 euros (2001: 4 008 258 euros).

Os títulos de investimento são provisionados, conforme política contabilística referida na nota n.º 1, alínea g).

Em relação aos títulos de investimento e de negociação os valores comparativos entre o valor contabilístico e o valor de mercado, à data de 31 de Dezembro de 2002, são os seguintes:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	Valor contabil.	Valor de mercado	Valor contabil.	Valor de mercado
Obrigações de emissores públicos:				
Entidades nacionais	56 480	56 528	56 480	56 528
Obrigações de outros emissores:				
Entidades nacionais	158 448	158 591	158 448	158 591
Entidades estrangeiras	261 714	261 971	261 714	261 971
Papel comercial	10 475	10 475	10 475	10 475
Acções	18 610	18 665	18 610	18 665
Unidades de participação	29 516	29 788	25 004	25 298
Títulos de participação	8 458	8 460	8 458	8 460
Títulos próprios	129 266	130 176	129 266	130 176
	672 967	674 654	668 455	670 164

De acordo com o disposto no artigo 20.º, alínea a), do aviso n.º 3 de 1995 do Banco de Portugal e conforme referido na política contabilística descrita na nota n.º 1, alínea g), as menos-valias nestes títulos, se existentes, encontram-se totalmente provisionadas.

Os movimentos nas provisões para títulos de negociação e títulos de investimento são como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Provisão para títulos de negociação:				
Saldo em 1 de Janeiro	58	80	58	80
Transferência	(166)	(181)	(166)	(181)
Provisão do exercício	108	159	108	159
Saldo em 31 de Dezembro	—	58	—	58

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Provisão para títulos de investimento:				
Saldo em 1 de Janeiro	2 781	8 448	2 781	8 448
Transferência	136	406	136	406
Provisão do exercício	1 496	1 194	1 496	1 194
Utilização de provisão	(1 921)	(7 267)	(1 921)	(7 267)
Saldo em 31 de Dezembro	2 492	2 781	2 492	2 781
	2 492	2 839	2 492	2 839

7 — Participações financeiras:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Subsidiárias:				
BCP Capital — Soc. Capital de Risco, S. A.	—	—	30 773	30 773
Banco ActivoBank, S. A.	—	—	—	17 314
CISF Imobiliária — Comp. de Inv. e Gestão de Imóveis, S. A.	—	—	2 993	2 993
CISF Veículos — Sociedade de Aluguer, L. ^{da}	—	81	—	—
Luso Atlântica — Aluguer de Viaturas, S.A.	392	—	—	—
Tecnilease — Comércio e Aluguer de Equipamentos, S. A.	—	645	—	—
VSC — Aluguer de Veículos sem Condutor, L. ^{da}	6 286	6 144	—	—
BM — Investimento, S. A. R. L.	416	514	465	465
M Conseil, S. A.	—	—	—	255
	6 702	7 776	34 231	51 800
Outras participações	16 057	24 400	9 542	17 824
	22 759	32 176	43 773	69 624
Provisão para participações financeiras	(1 900)	(777)	(9)	—
	20 859	31 399	43 764	69 624

A 31 de Julho de 2002 o Banco procedeu à alienação de 17 500 000 acções do Banco ActivoBank (Portugal), S. A., representativas de 100% do capital social, à BCP Investment, B. V., pelo valor global de 16 536 295 euros tendo realizado uma menos-valia no montante de 778 275 euros.

Em 23 de Julho de 2002 procedeu-se à liquidação do M Conseil tendo o Banco registado uma menos-valia, no montante de 129 686 euros.

O valor das outras participações mais significativas é analisado como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Somague — Concessões e Serviços, S. A.	—	11 333	—	11 333
FIEP — Fundo Internacional de Emp. Portuguesas, SGPS, S. A.	7 482	4 988	7 482	4 988
Multiwave Networks, Inc.	1 986	—	—	—
Sousa Lima — SGPS, S. A.	1 447	2 494	—	—
Chipidea Microelectrónica, S. A.	1 237	—	—	—
Pinto Basto — SGPS, S. A.	293	293	293	293
APOR — Agência Modernização do Porto, S. A.	6	6	6	6
Outras participações	3 606	5 286	1 761	1 204
	16 057	24 400	9 542	17 824

Em Setembro de 2002 o Banco procedeu à alienação de 1 200 000 acções da Somague — Concessões e Serviços, S. A., pelo valor global de 13 953 506 euros, tendo realizado uma mais-valia no montante de 2 620 818 euros.

Durante o exercício, o Banco procedeu ainda à alienação de 106 795 acções da Euronext, pelo valor global de 2 314 248 euros, tendo realizado uma mais-valia de 2 079 662 euros.

Os movimentos da provisão para participações financeiras são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Saldo em 1 de Janeiro	777	1 383	—	—
Provisão do exercício	1 114	817)	—	—
Transferências	9	4 800	9	—
Utilização de provisões	—	(5 389)	—	—
Saldo em 31 de Dezembro	1 900	777	9	—

A rubrica de provisão para participações financeiras, para o Grupo e para o Banco, inclui o montante de 1 122 631 euros e de 9111 euros, respectivamente, referente a provisões constituídas no âmbito do aviso n.º 4/2002 do Banco de Portugal conforme referido na nota n.º 1, alínea b).

As provisões para participações financeiras excluídas do perímetro de consolidação são analisadas como segue:

Participação	Valor contabil.	Provisões	Valor de balanço	Valor de mercado	Mais/(menos) valias	Provisões de acordo com aviso n.º 4/02
FIEP — Fundo Internacional de Emp. Portuguesas, SGPS, S. A.	7 482	—	7 482	11 281	3 799	—
Multiwave Networks, Inc.	1 986	—	1 986	203	(1 783)	(594)
Sousa Lima — SGPS, S. A.	1 447	—	1 447	2 715	1 268	—
Chipidea Microelectrónica, S. A.	1 237	—	1 237	176	(1 061)	(350)
SDEM — SGPS, S. A.	937	—	937	1 406	469	—
Cavalleri & Vasconcelos Carnes, S. A.	500	—	500	2	(498)	(169)
Finangeste Nominativas	489	—	489	921	432	—
Hospor — Hospitais Portugueses, S. A.	414	—	414	3 028	2 614	—
Pinto Basto — SGPS, S. A.	293	—	293	158	(135)	(9)
Fiandeira Castanheirense — Indústria Têxtil, S. A.	240	(240)	—	(309)	(309)	—
Copinaque — Equip. para Desenvolvimento de Empresas, S. A.	225	(225)	—	96	96	—
David Ferreira da Silva & Filhos, S. A.	223	(223)	—	(324)	(324)	—
Previsão — Soc. Gestão Fundos Pensões, S. A.	167	—	167	193	26	—
Cofinca — Comércio e Indústria de Confecções, S. A.	100	—	100	230	130	—
Scottwool — Malhas e Confecções, S. A.	90	(90)	—	(53)	(53)	—
ServiBanca — Empresa de Prestação de de Serviços, ACE	67	—	67	99	32	—
MTS Portugal	33	—	33	—	—	—
Aratus	26	—	26	—	—	—
Swift	16	—	16	26	10	—
Lusoscut — Autoestradas, S. A.	15	—	15	526	511	—
NBT — Novas Empresas e Tecnologias, S. A.	14	—	14	—	—	—
Blue Digit — Serviços de Telecomunicações, S. A.	12	—	12	—	—	—
Gestion RTA, S. A.	12	—	12	—	—	—
CITEVE	10	—	10	—	—	—
APOR — Agência Modernização Porto, S. A.	6	—	6	—	—	—
PME Capital	5	—	5	7	2	—
PME Investimentos	5	—	5	5	—	—
Aenor — Autoestradas Norte, S. A.	4	—	4	—	—	—
Operadora Lusoscut	1	—	1	—	—	—
Operanor	1	—	1	1	—	—
	16 057	(778)	15 279	20 387	5 226	(1 122)

Em 31 de Dezembro de 2002, a percentagem de participação nas empresas subsidiárias e participadas incluídas na consolidação era a seguinte:

Subsidiárias	Actividade económica	Percent. de particip. do Grupo	Percent. de particip. do Banco	Método de consolidação
BCP Capital	Capital de risco	100	100	Integral
CISF Imobiliária	Gestão de imóveis	100	100	Integral
VSC	Gestão de frotas	50	—	Equivalência patrimonial
BIM Investimento	Banca	25	25	Equivalência patrimonial

As sociedades acima designadas preparam demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de cada ano.

Até 31 de Dezembro de 2001, as participações financeiras nas empresas cuja actividade é de aluguer de longa duração, eram consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, devido à natureza da sua actividade, com base nas contas preparadas de acordo com o Plano Oficial de Contas e considerando a aplicação da directriz contabilística n.º 25.

Com a introdução da directriz contabilística n.º 25, o critério contabilístico aplicável aos contratos de aluguer de longa duração foi alterado, pelo que as referidas participações são consolidadas pelo método de consolidação integral, com base nas contas preparadas no âmbito da referida directriz contabilística.

As participações financeiras superiores ou iguais a 20% dos respectivos capitais próprios detidas directamente pelo Banco, à data de 31 de Dezembro de 2002, eram as seguintes:

(Em euros)

Empresas	Sede	Capitais próprios	Valor proporcional nos capitais próprios	Custo da participação	Diferença
BCP Capital	Lisboa	30 391	30 391	30 773	(382)
CISF Imobiliária	Lisboa	2 764	2 764	2 993	(229)
BIM Investimento	Moçambique	1 665	416	465	(49)
			33 571	34 231	(660)

8 — Imobilizações incorpóreas:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Custo:				
Despesas de estabelecimento	4	839	4	839
Despesas de investigação e desenvolvimento	3 287	—	3 204	—
Software	2 037	5 901	2 037	5 662
Outras imobilizações incorpóreas	1 144	2 901	1 144	2 882
	3 185	12 928	3 185	12 587
Amortizações acumuladas	(1 025)	(11 395)	(1 025)	(11 349)
	2 160	1 533	2 160	1 238

As amortizações do imobilizado incorpóreo do Grupo e Banco, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foram de 668 953 euros e 592 190 euros (2001: 234 764 euros e 256 638 euros), respectivamente.

Os movimentos da rubrica de imobilizado incorpóreo durante o ano de 2002, para o Grupo, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Saldo em 1 de Janeiro de 2002	Aquisições/dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31 de Dezembro de 2002
Custo:					
Despesas de estabelecimento	839	—	(999)	164	4
Despesas de investigação e desenvolvimento	3 287	—	(3 204)	(83)	—
Software	5 901	702	(4 338)	(228)	2 037
Outras imobilizações incorpóreas	2 901	775	(2 577)	45	1 144
	12 928	1 477	(11 118)	(102)	3 185
Amortizações acumuladas:					
Despesas de estabelecimento	835	5	(999)	160	1
Despesas de investigação e desenvolvimento	3 216	14	(3 204)	(26)	—
Software	4 653	566	(4 338)	(81)	800
Outras imobilizações incorpóreas	2 691	84	(2 577)	26	224
	11 395	669	(11 118)	79	1 025

A rubrica de transferências inclui as transferências resultantes da alteração na estrutura do Grupo, durante o exercício de 2002.

Os movimentos da rubrica de imobilizado incorpóreo durante o ano de 2002, para o Banco, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Saldo em 1 de Janeiro de 2002	Aquisições/dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31 de Dezembro de 2002
Custo:					
Despesas de estabelecimento	839	—	(999)	164	4
Despesas de investigação e desenvolvimento	3 204	—	(3 204)	—	—
Software	5 662	702	(4 338)	11	2 037
Outras imobilizações incorpóreas	2 882	775	(2 577)	64	1 144
	12 587	1 477	(11 118)	239	3 185
Amortizações acumuladas:					
Despesas de estabelecimento	835	1	(999)	164	1
Despesas de investigação e desenvolvimento	3 204	—	(3 204)	—	—
Software	4 621	510	(4 338)	7	800
Outras imobilizações incorpóreas	2 689	81	(2 577)	31	224
	11 349	592	(11 118)	202	1 025

A rubrica transferências inclui as transferências resultantes da alteração na estrutura do Grupo, durante o exercício de 2002.

9 — Imobilizações corpóreas:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Custo:				
Imóveis	21 130	20 912	21 130	20 454
Mobiliário	2 524	2 512	2 521	2 456
Máquinas	906	903	899	896
Equipamento informático	4 198	3 439	4 177	3 418
Instalações interiores	3 954	3 770	3 954	3 770
Viaturas	351	645	351	626
Equipamento de segurança	338	337	338	337
Obras em curso	476	1 083	476	1 083
Outras imobilizações	217	214	217	214
	34 094	33 815	34 063	33 254
Amortizações acumuladas	(14 441)	(13 243)	(14 416)	(13 200)
	19 653	20 572	19 647	20 054

Os imóveis estão registados ao custo de aquisição, incluindo SISA e outros encargos.

As amortizações do imobilizado corpóreo do Grupo e do Banco, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 foram, de 1 452 466 euros e 1 395 666 euros (2001: 644 461 euros e 617 757 euros), respectivamente.

Os movimentos da rubrica de imobilizado corpóreo durante o ano de 2002, para o Grupo, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Saldo em 1 de Janeiro de 2002	Aquisições/dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31 de Dezembro de 2002
Custo:					
Imóveis	20 912	—	—	218	21 130
Equipamento:					
Mobiliário	2 512	—	—	12	2 524
Máquinas	903	—	—	3	906
Equipamento informático	3 439	732	—	27	4 198
Instalações interiores	3 770	—	—	184	3 954
Viaturas	645	20	(344)	30	351
Equipamento de segurança	337	—	—	1	338
Obras em curso	1 083	—	—	(607)	476
Outras imobilizações corpóreas	214	—	—	3	217
	33 815	752	(344)	(129)	34 094
Amortizações acumuladas:					
Imóveis	3 791	489	—	(8)	4 282
Equipamento:					
Mobiliário	2 053	179	—	15	2 247
Máquinas	858	20	—	—	878
Equipamento informático	2 915	404	—	2	3 321
Instalações interiores	2 798	208	—	45	3 051
Viaturas	472	110	(320)	28	290
Equipamento de segurança	290	23	—	1	314
Outras imobilizações corpóreas	66	19	—	(17)	68
	13 243	1 452	(320)	66	14 441

A rubrica transferências inclui as transferências resultantes da alteração na estrutura do Grupo, durante o exercício de 2002.

Os movimentos da rubrica de imobilizado corpóreo durante o ano de 2002, para o Banco, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Saldo em 1 de Janeiro de 2002	Aquisições/dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31 de Dezembro de 2002
Custo:					
Imóveis	20 454	—	—	676	21 130
Equipamento:					
Mobiliário	2 456	—	—	65	2 521
Máquinas	896	—	—	3	899

(Em milhares de euros)

	Saldo em 1 de Janeiro de 2002	Aquisições/dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31 de Dezembro de 2002
Equipamento informático	3 418	732	—	27	4 177
Instalações interiores	3 770	—	—	184	3 954
Viaturas	626	20	(325)	30	351
Equipamento de segurança	337	—	—	1	338
Obras em curso	1 083	—	—	(607)	476
Outras imobilizações corpóreas	214	—	—	3	217
	<u>33 254</u>	<u>752</u>	<u>(325)</u>	<u>382</u>	<u>34 063</u>
Amortizações acumuladas:					
Imóveis	3 790	478	—	4	4 272
Equipamento:					
Mobiliário	2 048	169	—	27	2 244
Máquinas	854	18	—	1	873
Equipamento informático	2 900	388	—	16	3 304
Instalações interiores	2 798	208	—	45	3 051
Viaturas	453	110	(300)	27	290
Equipamento de segurança	291	23	—	—	314
Outras imobilizações corpóreas	66	2	—	—	68
	<u>13 200</u>	<u>1 396</u>	<u>(300)</u>	<u>120</u>	<u>14 416</u>

A rubrica transferências inclui as transferências resultantes da alteração na estrutura do Grupo, durante o exercício de 2002.

10 — Outros activos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Devedores	7 663	18 648	6 972	17 372
Impostos a recuperar	8 401	10 932	8 365	10 678
Suprimentos	11 128	15 011	6 885	9 813
Aplicações por recuperação de créditos	1 700	5 762	1 700	5 762
	<u>28 892</u>	<u>50 353</u>	<u>23 922</u>	<u>43 625</u>
Provisão para outros activos	<u>(1 738)</u>	<u>(5 902)</u>	<u>(1 450)</u>	<u>(3 704)</u>
	<u>27 154</u>	<u>44 451</u>	<u>22 472</u>	<u>39 921</u>

Na rubrica de devedores encontra-se registado, para o Grupo e para o Banco, o montante de 1 324 262 euros (2001: 2 062 064 euros) referente a devedores por operações sobre futuros (margem inicial).

A rubrica de suprimentos, no Grupo, inclui os montantes de 6 885 228 euros e 4 243 055 euros referentes a suprimentos e prestações suplementares concedidas pelo Banco e pela BCP Capital Sociedade de Capital de Risco, S. A., respectivamente.

A provisão para outros activos referente ao Grupo, em 31 de Dezembro de 2002, diz respeito a uma provisão para aplicações por recuperação de crédito e devedores no valor de 1 449 522 euros (2001: 3 703 612 euros) constituída no Banco e a uma provisão para devedores, outras imobilizações financeiras e juros vencidos de suprimentos no montante de 288 243 euros (2001: 2 198 404 euros) constituída na BCP Capital — Sociedade de Capital de Risco, S. A.

Os movimentos da provisão para outros activos são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Saldo em 1 de Janeiro	5 902	4 307	3 704	1 905
Transferência	(1 923)	4 081	(1 924)	2 812
Provisão do exercício	(159)	(953)	(120)	(953)
Utilização de provisões	(2 082)	(1 533)	(210)	(60)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>1 738</u>	<u>5 902</u>	<u>1 450</u>	<u>3 704</u>

11 — Contas de regularização do activo:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Operações a aguardar liquidação financeira	26 374	107 652	26 374	107 652
Proveitos a receber — <i>swap</i> de taxa de juro	25 527	19 114	25 527	19 085

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Juros a receber	16 593	14 327	16 460	11 025
Despesas antecipadas	61 537	11 456	61 522	9 697
Opções — mercado de balcão	2 841	5 467	2 841	5 467
Warrants autónomos	294 550	—	294 550	—
Outras contas de regularização	16 647	16 149	12 379	10 484
	444 069	174 165	439 653	163 410

A rubrica de operações a aguardar liquidação financeira respeita às operações de venda de títulos cuja liquidação financeira ocorre num prazo máximo de três dias úteis.

A rubrica de proveitos a receber — *swap* de taxa de juro, para o Grupo e para o Banco, no montante de 25 527 315 euros (2001: 19 114 000 euros e 19 085 000 euros), respectivamente, deve ser analisada em comparação com os custos a pagar que lhe estão relacionados, e que se encontram na rubrica de contas de regularização do passivo (nota n.º 16).

Em 31 de Dezembro de 2002, e de acordo com os avisos n.º 12/01 e n.º 7/02 a rubrica de despesas antecipadas inclui os ganhos e perdas actuariais acima do valor do corredor, nos montantes de 1 005 000 euros e 990 000 euros, para o Grupo e para o Banco, respectivamente.

Esta rubrica inclui ainda reformas antecipadas no montante de 277 000 euros, para o Grupo e para o Banco, conforme referido na nota n.º 31.

O valor registado em despesas antecipadas será reconhecido em resultados do exercício durante um período de 10 anos, tendo como

base o saldo final do ano anterior, conforme referido na política contabilística descrita na nota n.º 11).

A rubrica de outras contas de regularização inclui o valor do corredor nos montantes de 3 186 000 euros e 3 171 000 euros, para o Grupo e para o Banco, respectivamente, calculado conforme com o estabelecido nos avisos n.º 12/01 e n.º 7/02.

A rubrica de despesas antecipadas inclui, também, o montante de 53 648 836 euros referente a prémios dos *warrants* autónomos transaccionados em mercados organizados. Esta rubrica deve ser analisada em comparação com a rubrica de receitas antecipadas (nota n.º 16).

A rubrica de *warrants* autónomos regista os prémios dos *warrants* transaccionados em mercado balcão. Esta rubrica deve ser analisada em comparação com a rubrica de *warrants* autónomos (nota n.º 16).

12 — Débitos para com instituições de crédito a prazo:

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Até três meses	100 610	112 725	100 610	111 613
De três meses até seis meses	3 625	—	3 625	—
De seis meses até um ano	49 080	—	49 080	—
De um ano a cinco anos	13 073	13 072	13 073	13 072
	166 388	125 797	166 388	124 685

13 — Débitos para com clientes a prazo:

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Depósitos e outros débitos:				
Até três meses	35 097	120 695	35 097	13 979
De três meses até seis meses	222	4 793	222	4 793
De seis meses até 12 meses	—	7 996	—	999
De um ano a cinco anos	102 032	6 286	102 032	—
	137 351	139 770	137 351	19 771

Nos termos da portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro de 1994, foi constituído o Fundo de Garantia Depósito, cujo objectivo é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no aviso n.º 11/94, do Banco de Portugal.

14 — Débitos representados por títulos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

Obrigações de caixa	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Banco CISF — Nikkei 225	—	14 964	—	14 964
Capital Garantido Grande Marcas Mundiais	—	74 820	—	74 820
Capital Garantido Energia	—	59 856	—	59 856
Mundial Capital Garantido Dow Jones Euros Stoxx 50	—	52 374	—	52 374
Capital Garantido PSI20	55 000	55 000	55 000	55 000

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Investimento Real — Maio 99/06	39 000	39 000	39 000	39 000
Taxa Fixa 3,25% 1ª Emissão	46 300	46 300	46 300	46 300
Taxa Fixa 3,25% 2ª Emissão	—	41 000	—	41 000
Taxa Crescente Outubro 99/0	36 000	36 000	36 000	36 000
Capital Garantido Internet 2004	39 500	39 500	39 500	39 500
Telecoms 2000-2005	50 200	50 200	50 200	50 200
Taxa Crescente — 2003	98 016	95 161	98 016	95 161
Telecomunicações Móveis 2000-2005	37 200	37 200	37 200	37 200
Taxa Crescente Março 00/03	24 095	23 393	24 095	23 393
Capital Garantido Media 2005	25 150	25 150	25 150	25 150
Renda Mensal 4% Maio 2005	5 700	5 700	5 700	5 700
Poupança Rendimento Maio 2005	17 993	17 727	17 993	17 727
Rendimento Crescente 2003	20 000	20 000	20 000	20 000
Capital Garantido EUR/USD Julho 2002	—	1 932	—	1 932
Rendimento Crescente 2003 2.ª emissão	1 000	1 000	1 000	1 000
Rendimento Crescente 2002	—	2 600	—	2 600
Taxa Variável Junho 2002	—	1 850	—	1 850
Taxa Fixa 4% Junho 2002	—	6 100	—	6 100
Taxa Crescente Junho 2005	—	1 100	—	1 100
Valor EuroStoxx 50 Julho 2004	2 500	2 500	2 500	2 500
Valor Rendimento 7% Julho 2004	2 500	2 500	2 500	2 500
EUR/USD Rendimento Garantido 2002	—	1 599	—	1 599
CG Investimento EuroStoxx 50-Julho 2004	10 000	10 000	10 000	10 000
CG Rendimento EuroStoxx 50-Julho 2004	7 500	7 500	7 500	7 500
BCPI Biotecnologia 2005	6 000	6 000	6 000	6 000
Capitalização Agosto 2002	—	25 000	—	25 000
Capitalização Setembro 2002	—	30 000	—	30 000
Rendimento Seguro Setembro 2008	29 000	29 000	29 000	29 000
CG Selecção Eurospa Qualidade 2003	10 250	10 250	10 250	10 250
Corredor Euribor Outubro 2002 (2.ª emissão)	—	13 900	—	13 900
Rendimento Seguro Setembro 2008	1 250	1 250	1 250	1 250
4,5% Novembro 2002	—	20 200	—	20 200
5,825% 22 Novembro 2008	60 000	60 000	60 000	60 000
5,825% 27 Novembro 2008	50 000	50 000	50 000	50 000
5,72% 22 Novembro 2008	28 000	28 000	28 000	28 000
5,72% 27 Novembro 2008	16 000	16 000	16 000	16 000
CG Valor Telecom 2002	—	56 000	—	56 000
5,65% 27 Novembro 2008	4 000	4 000	4 000	4 000
Taxa Máxima 5% Dezembro 2003	—	7 500	—	7 500
GC Selecção de Empresas Mundiais 2005	26 528	26 528	26 528	26 528
BCP Investimento Valor Mais	7 500	7 500	7 500	7 500
Taxa Máxima 5% Janeiro 2004	30 000	30 000	30 000	30 000
4% Janeiro 2004	15 000	15 000	15 000	15 000
BCP Investimento Crescente 2001/2004	25 000	25 000	25 000	25 000
Especial Milénio Fev 2001/2004	50 000	50 000	50 000	50 000
Especial Milénio Fev 2001/2004 2.ª emissão	15 000	15 000	15 000	15 000
CG Economia Global 2005	31 700	31 700	31 700	31 700
5,32% 09 Março 2009	50 000	50 000	50 000	50 000
5,36% 09 Março 2009	37 000	37 000	37 000	37 000
5,34% 09 Março 2009	15 000	15 000	15 000	15 000
5,35% 09 Março 2009	12 700	12 700	12 700	12 700
6,522% 09 Março 2009	7 500	7 500	7 500	7 500
Rendimento Seguro Março 2009	7 500	7 500	7 500	7 500
BCP Investimento Especial Mais	15 000	15 000	15 000	15 000
BCP Investimento Março 2001/2004	6 285	6 285	6 285	6 285
BCP Investimento Soberano Maio 2003	12 500	12 500	12 500	12 500
Europa 6% Mais	20 850	20 850	20 850	20 850
CG Bio Farmacêuticas 2005	10 350	10 350	10 350	10 350
Especial Rendimento 6,25% Maio 2004	2 500	2 500	2 500	2 500
Especial EuroStoxx 50 Maio 2004	2 500	2 500	2 500	2 500
BCP Investimento Excellentis Maio 2003	30 000	30 000	30 000	30 000
BCP Investimento Rendimento Fixo Extra Junho 2004	40 000	40 000	40 000	40 000
CG Atlântico 7,25% Já 2004	32 475	32 475	32 475	32 475
CG Super Rendimento Boas Férias 7,25% + 2004	10 025	10 025	10 025	10 025
Alta Poupança 7,25% H 2004	7 500	7 500	7 500	7 500
Alta Poupança 7,25% Julho 2003	51 600	51 600	51 600	51 600
Alta Poupança Variável Julho 2004	51 600	51 600	51 600	51 600
BCP Investimento 5,5% Mais Julho 2004	15 000	15 000	15 000	15 000
BCP Investimento Rendimento Extra 2.ª emissão Agosto 2004	20 000	20 000	20 000	20 000
Alta Poupança 7,25% 2.ª emissão Agosto 2003	12 125	12 125	12 125	12 125
Alta Poupança Variável 2.ª emissão Agosto 2004	12 125	12 125	12 125	12 125
CG Atlântico 7,25% Já 2.ª emissão Agosto 2004	15 000	15 000	15 000	15 000
Alta Poupança Variável 3.ª emissão Setembro 2004	16 250	16 250	16 250	16 250
Alta Poupança 7,25% 3.ª emissão Setembro 2003	16 250	16 250	16 250	16 250

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
CG Atlântico 7,25% Já 3.ª emissão Setembro 2004	8 900	8 900	8 900	8 900
CG Alto Rendimento Mais Setembro 2004	7 500	7 500	7 500	7 500
CG Alto Rendimento 6,25% Setembro 2004	7 500	7 500	7 500	7 500
BCP Investimento Corredor 5,5% 2003	15 000	15 000	15 000	15 000
BCP Investimento Corredor 6,25% 2003	5 000	5 000	5 000	5 000
7% Outubro 2003	4 250	4 250	4 250	4 250
CG Mais Outubro 2005	4 250	4 250	4 250	4 250
Rendimento Global 4,75% Novembro 2003	9 150	9 150	9 150	9 150
CG Rendimento Global Novembro 2004	9 150	9 150	9 150	9 150
BCP Investimento Corredor Crescente 5% Novembro 2005	10 000	10 000	10 000	10 000
Valor 5% Dezembro 2003	4 250	4 250	4 250	4 250
CG Valor Mais Valor 2005	4 250	4 250	4 250	4 250
Investimento PSI 2002 Moderado	—	13 966	—	13 966
Investimento PSI 2002 Conservador	—	20 950	—	20 950
Mello Biotecnologia USD 2005	4 768	4 768	4 768	4 768
Mello Biotecnologia 2005 1.ª tranche	8 200	8 200	8 200	8 200
Mello Biotecnologia 2005 2.ª tranche	10 000	10 000	10 000	10 000
Investimento Taxa crescente 2007	61 759	—	61 759	—
Obrigações CG 33 PLUS	77 500	—	77 500	—
Rendimento Garantido 2005	67 762	—	67 762	—
Obrigações Rendimento 24	68 000	—	68 000	—
Obrigações Economia Mundial — Abril 2005	51 250	—	51 250	—
Taxa crescente 2004	50 000	—	50 000	—
Investimento Duplo 6,25% Julho 2004	23 800	—	23 800	—
Investimento Duplo Variável Julho 2005	23 800	—	23 800	—
Investimento Mais — Agosto 2005	16 450	—	16 450	—
Investimento Duplo Variável Agosto 2005	15 450	—	15 450	—
Investimento Duplo 6,25% — Agosto 2004	15 450	—	15 450	—
Rendimento Certo — Agosto 2004	37 500	—	37 500	—
Rendimento Certo — Setembro 2004	36 000	—	36 000	—
Investimento Duplo Variável — Setembro 2005	15 666	—	15 666	—
Investimento Duplo 5,75% — Setembro 2004	15 666	—	15 666	—
Investimento Duplo Variável — Outubro de 2005	15 730	—	15 730	—
Investimento Duplo 5,75% — Outubro de 2004	15 730	—	15 730	—
Rendimento Certo — Novembro 2004	28 042	—	28 042	—
Investimento Duplo 5,25% — Novembro 2004	17 567	—	17 567	—
Investimento Duplo Variável — Novembro 2005	17 567	—	17 567	—
Rendimento Certo — Dezembro 2004	30 868	—	30 868	—
Investimento Duplo 5,25% — Dezembro 2004	18 750	—	18 750	—
Investimento Duplo Variável — Dezembro 2004	18 750	—	18 750	—
	2 303 742	2 007 453	2 303 742	2 007 453

As obrigações de caixa emitidas pelo Banco, são analisadas como segue:

(Em euros)

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro (percentagem)	Valor nominal
Capital Garantido PSI20	12-4-1999	12-4-2004	Variável	50
Investimento Real	10-5-1999	10-5-2006	Variável	50
Taxa Fixa 3,25% 1.ª emissão	2-8-1999	2-8-2003	3,25%	50
Taxa Fixa 3,25% 2.ª emissão	6-9-1999	6-9-2003	3,25%	50
Taxa Crescente	4-10-1999	4-10-2004	4,25%	50
Capital Garantido Internet 2004	6-12-1999	6-10-2004	Variável	50
Telecoms 2000-2005	1-2-2000	1-2-2005	Variável	50
Taxa Crescente — 2003	28-2-2000	28-2-2003	4,6% (i)	50
Mello Biotecnologia USD 2005	16-2-2000	16-2-2005	Variável	100
Mello Biotecnologia 2005 1.ª tranche	3-3-2000	3-3-2005	Variável	50
Mello Biotecnologia 2005 2.ª tranche	3-3-2000	3-3-2005	Variável	50
Telecomunicações Móveis 2000-2005	20-3-2000	20-9-2005	Variável	50
Taxa Crescente Março 00/03	27-3-2000	27-3-2003	4,6% (i)	50
Capital Garantido Media 2005	17-4-2000	17-10-2005	Variável	50
Renda Mensal 4% Maio 2005	2-5-2000	2-5-2005	4%	50
Poupança Rendimento Maio 2005	8-5-2000	8-5-2005	4,25 (i)	50
Rendimento Crescente 2003	29-5-2000	29-5-2003	4,5% (i)	50
Capital Garantido EUR/USD Rendimento Crescente 2003 2.ª emissão	12-6-2000	12-6-2003	4,5% (i)	50
Valor EuroStoxx 50 Julho 2004	21-7-2000	21-7-2004	Variável	50
Obrigações Valor Rendimento 7% Julho 2004	21-7-2000	21-7-2004	7%	50
CG Investimento EuroStoxx 50 Julho 2004	31-7-2000	31-7-2004	Variável	50
CG Rendimento EuroStoxx 50 Julho 2004	31-7-2000	31-7-2004	Variável	50
BCPI Biotecnologia 2005	4-8-2000	4-8-2005	Variável	100
Rendimento Seguro Setembro 2008	25-9-2000	25-9-2008	Variável	50
CG Selecção Europa Qualidade 2003	6-10-2000	6-10-2003	Variável	50
Rendimento Seguro Setembro 2008 2.ª emissão	9-10-2000	25-9-2008	Variável	50
5,825% 22 Novembro 2008	22-11-2000	22-11-2008	5,825%	50

(Em euros)

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro (percent.)	Valor nominal
5,825% 27 Novembro 2008	27-11-2000	27-11-2008	5,825%	50
5,72% 22 Novembro 2008	27-11-2000	22-11-2008	5,72%	50
5,72% 27 Novembro 2008	27-11-2000	27-11-2008	5,72%	50
5,65% 27 Novembro 2008	6-12-2000	27-11-2008	5,65%	50
GC Selecção de Empresas Mundiais 2005	31-1-2001	31-1-2005	Variável	50
BCP Investimento Valor Mais	31-1-2001	31-1-2004	Variável	50
Taxa Máxima 5% Janeiro 2004	31-1-2001	31-1-2004	Variável	50
4% Janeiro 2004	31-1-2001	31-1-2004	4%	50
BCP Investimento Crescente 2001/2004	8-2-2001	8-2-2004	3,76%	50
Especial Milénio Fevereiro 2001/2004	19-2-2001	19-2-2004	Variável	50
Especial Milénio Fevereiro 2001/2004	26-2-2001	26-2-2004	Variável	50
CG Economia Global 2005	5-3-2001	7-3-2005	Variável	50
5,32% 09 Março 2009	8-3-2001	9-3-2009	5,32%	50
5,36% 09 Março 2009	8-3-2001	9-3-2009	5,36%	50
5,34% 09 Março 2009	8-3-2001	9-3-2009	5,34%	50
5,35% 09 Março 2009	8-3-2001	9-3-2009	5,35%	50
6,522% 09 Março 2009	28-3-2001	30-3-2009	6,522%	50
Rendimento Seguro Março 2009	28-3-2001	30-3-2009	1,95%	50
BCP Investimento Especial Mais	29-3-2001	29-3-2004	Variável	50
BCP Investimento Março 2001/2004	29-3-2001	29-3-2004	Variável	50
BCP Investimento Soberano Maio 2003	14-5-2001	14-5-2003	Variável	50
Eurospa 6% Mais	14-5-2001	14-5-2004	Variável	50
CG Bio Farmacêuticas 2005	14-5-2001	16-5-2005	Variável	50
Especial Rendimento 6,25% Maio 2004	21-5-2001	21-5-2004	6,25%	50
Especial EuroStoxx 50 Maio 2004	21-5-2001	21-5-2004	Variável	50
BCP Investimento Excellentis Maio 2003	21-5-2001	21-5-2003	Variável	50
BCP Investimento Rendimento Fixo Extra Junho 2004	11-6-2001	11-6-2004	Variável	50
CG Atlântico 7,25% Já 2004	2-7-2001	2-7-2004	Variável	50
CG Super Rendimento Boas Férias 7,25% + 2004	2-7-2001	2-7-2004	Variável	50
Alta Poupança 7,25% II 2004	2-7-2001	2-7-2004	Variável	50
Alta Poupança 7,25% Julho 2003	9-7-2001	9-7-2003	7,25%	50
Alta Poupança Variável Julho 2004	9-7-2001	9-7-2004	Variável	50
BCP Investimento 5,5% Mais Julho 2004	9-7-2001	9-7-2004	5,5%	50
BCP Investimento Rendimento Extra 2.ª Emissão Agosto 2004	6-8-2001	6-8-2004	Variável	50
Alta Poupança 7,25% 2.ª Emissão Agosto 2003	13-8-2001	13-08-2003	7,25%	50
Alta Poupança Variável 2ª Emissão Agosto 2004	13-8-2001	13-8-2004	Variável	50
CG Atlântico 7,25% Já 2.ª Emissão Agosto 2004	13-8-2001	13-8-2004	Variável	50
Alta Poupança Variável 3.ª Emissão Setembro 2004	10-9-2001	10-9-2004	Variável	50
Alta Poupança 7,25% 3.ª Emissão Setembro 2003	10-9-2001	10-9-2003	7,25%	50
CG Atlântico 7,25% Já 3.ª Emissão Setembro 2004	10-9-2001	10-9-2004	Variável	50
CG Alto Rendimento Mais Setembro 2004	17-9-2001	17-9-2004	Variável	50
CG Alto Rendimento 6,25% Setembro 2004	17-9-2001	17-9-2004	6,25%	50
BCP Investimento Corredor 5,5% 2003	27-9-2001	27-9-2003	Variável	50
BCP Investimento Corredor 6,25% 2003	8-10-2001	8-10-2003	Variável	50
7% Outubro 2003	15-10-2001	15-10-2003	7%	50
CG Mais Outubro 2005	15-10-2001	17-10-2005	Variável	50
Rendimento Global 4,75% Novembro 2003	19-11-2001	19-11-2003	4,75%	50
CG Rendimento Global Novembro 2004	19-11-2001	19-11-2004	Variável	50
BCP Investimento Corredor Crescente 5% Novembro 2005	26-11-2001	26-11-2003	Variável	50
Valor 5% Dezembro 2003	3-12-2001	3-12-2003	5%	50
CG Valor Mais Valor Dezembro 2005	3-12-2001	5-12-2003	Variável	50
Investimento Taxa crescente 2007	4-2-2002	4-2-2007	3,37% (i)	50
Obrigações CG 33 PLUS	25-2-2002	25-2-2005	Variável	50
Rendimento Garantido 2005	4-3-2002	4-3-2005	4%	50
Obrigações Rendimento 24	18-3-2002	18-3-2005	Variável	50
Obrigações Economia Mundial — Abril 2005	22-4-2002	22-4-2005	Variável	50
Taxa crescente 2004	3-6-2002	3-6-2004	3,3% (i)	50
Investimento Duplo 6,25% Julho 2004	8-7-2002	8-7-2004	6,25%	50
Investimento Duplo Variável Julho 2005	8-7-2002	8-7-2005	Variável	50
Investimento Mais — Agosto 2005	1-8-2002	1-8-2005	Variável	50
Investimento Duplo Variável Agosto 2005	1-8-2002	1-8-2005	Variável	50
Investimento Duplo 6,25% — Agosto 2004	1-8-2002	1-8-2004	6,25%	50
Rendimento Certo — Agosto 2004	5-8-2002	5-8-2004	3,15% (i)	50
Rendimento Certo — Setembro 2004	2-9-2002	2-9-2004	3,08% (i)	50
Investimento Duplo Variável — Setembro 2005	3-9-2002	5-9-2005	Variável	50
Investimento Duplo 5,75% — Setembro 2004	3-9-2002	3-9-2004	5,75%	50
Investimento Duplo Variável — Outubro de 2005	2-10-2002	2-10-2005	Variável	50
Investimento Duplo 5,75% — Outubro de 2004	2-10-2002	2-10-2004	5,75%	50
Rendimento Certo — Novembro 2004	4-11-2002	4-11-2004	2,25% (i)	50
Investimento Duplo 5,25% — Novembro 2004	4-11-2002	4-11-2004	5,25%	50
Investimento Duplo Variável — Novembro 2005	4-11-2002	4-11-2005	Variável	50
Rendimento Certo — Dezembro 2004	2-12-2002	2-12-2004	2,25% (i)	50
Investimento Duplo 5,25% — Dezembro 2004	3-12-2002	3-12-2004	5,25%	50
Investimento Duplo Variável — Dezembro 2004	3-12-2002	3-12-2005	Variável	50

(i) Estas obrigações vencem juros a taxas fixas anuais pré-definidas, conforme ficha técnica. As taxas apresentadas correspondem à taxa em vigor à data de 31 de Dezembro de 2002.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Empréstimos obrigacionistas:				
De seis meses a 12 meses	369 786	396 110	369 786	396 110
Mais de seis meses	1 933 956	1 611 343	1 933 956	1 611 343
	2 303 742	2 007 453	2 303 742	2 007 453

Durante o exercício de 2002, o Banco procedeu ao reembolso antecipado de 1 100 000 de euros e 7 500 000 euros, referentes aos empréstimos obrigacionistas, obrigações taxa crescente Junho 2005 e Obrigações Taxa Máxima 5% Dezembro 2003, respectivamente.

15 — Outros passivos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Sector público administrativo	2 199	1 628	2 193	1 393
Dividendos e juros de títulos a pagar	—	20	—	20
Credores	8 449	16 392	8 409	13 996
Contas diversas	4 562	377	4 531	359
	15 210	18 417	15 133	15 768

A rubrica de credores, inclui à data de 31 de Dezembro de 2002, para o Grupo e para o Banco, o montante de 323 425 euros (2001: 2 845 746 euros) e de 321 503 euros (2001: 2 788 216 euros), respectivamente referente a serviços prestados pela Servibanca.

A rubrica de credores inclui, também, o montante de 7 751 342 euros referente a saldos credores de clientes por operações sobre valores mobiliários.

A rubrica de contas diversas inclui o montante de 30 994 euros e 4 468 000 euros, para o Grupo e para o Banco, respectivamente relativo à diferença de cobertura das responsabilidades com pensões de reforma, com referência a 31 de Dezembro de 2002, conforme referido na nota n.º 31.

16 — Contas de regularização do passivo:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Juros a pagar	28 146	33 439	28 146	31 187
Custos a pagar — <i>swap</i> de taxa de juro	12 842	12 078	12 842	12 063
Receitas antecipadas	64 525	17 038	64 525	17 038
<i>Warrants</i> autónomos	294 550	—	294 550	—
Férias e subsídio de férias a pagar	2 044	2 074	2 012	2 022
Opções — mercado de balcão	2 039	5 266	2 039	5 266
Operações a aguardar liquidação financeira	43 547	73 927	43 547	73 927
Outras contas de regularização	2 605	18 451	2 023	17 901
	450 298	162 273	449 684	159 404

A rubrica de custos a pagar de operações de *swap* de taxa de juro, para o Grupo e para o Banco, no montante de 12 841 886 euros (2001: 12 078 179 euros e 12 063 202 euros), respectivamente, deve ser analisada em comparação com os proveitos a receber que lhe estão relacionados, e que se encontram na rubrica de contas de regularização do activo (nota n.º 11).

A rubrica de receitas antecipadas inclui o montante de 53 650 000 euros referente a prémios dos *warrants* autónomos transaccionados em mercados organizados. Esta rubrica deve ser analisada em comparação com a rubrica de despesas antecipadas (nota n.º 11).

A rubrica de *warrants* autónomos regista os prémios dos *warrants* transaccionados em mercado balcão. Esta rubrica deve ser analisada em comparação com a rubrica de *warrants* autónomos (nota n.º 11).

A rubrica de opções — mercado de balcão regista o valor dos prémios de opções compradas.

A rubrica de operações a aguardar liquidação financeira respeita às operações de compra de títulos, cuja liquidação financeira ocorre num prazo máximo de três dias úteis.

17 — Provisão para outros riscos e encargos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Provisões para riscos gerais de crédito	4 133	3 697	4 119	3 343
Provisões para complementos de pensões de reforma	4 288	—	4 288	—
Provisões para riscos bancários gerais	10 352	212	5 349	212
	18 773	3 909	13 756	3 555

A provisão para riscos gerais de crédito é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Saldo em 1 de Janeiro	3 697	4 004	3 343	4 004
Provisão do exercício	1 263	(471)	1 054	(702)
Transferências	(827)	164	(278)	41
Saldo em 31 de Dezembro	4 133	3 697	4 119	3 343

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, conforme referido na nota n.º 1, alínea e).

A provisão para complementos de pensões de reforma é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Saldo em 1 de Janeiro	—	—	—	—
Provisão do exercício	1 585	—	1 585	—
Transferências	2 703	—	2 703	—
Saldo em 31 de Dezembro	4 288	—	4 288	—

Esta provisão destina-se a cobrir responsabilidades com complementos de pensões de reforma que não se encontravam cobertas pelo fundo de pensões do Grupo BCP.

A provisão para riscos bancários gerais é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Saldo em 1 de Janeiro	212	212	212	212
Provisão do exercício	10 137	—	5 137	—
Transferências	5 281	—	5 278	—
Utilizações	(5 278)	—	(5 278)	—
Saldo em 31 de Dezembro	10 352	212	5 349	212

A provisão para riscos bancários gerais inclui, para o Grupo e para o Banco, o montante de 10 000 000 de euros e 5 000 000 de euros, respectivamente, constituída por contrapartida de custos extraordinários do exercício de 2002 para fazer face aos riscos inerentes à actividade do Grupo na actual conjuntura económica nacional e os contingentes desenvolvimentos do contexto geopolítico internacional. Esta decisão tem em consideração a incerteza que subsiste nos mercados de capitais e de que resultam perspectivas conservadoras, bem como a evolução da actividade económica nacional projectada para 2003, que justifica medidas de prudência em matérias de provisões.

As transferências resultam de alterações na estrutura do Grupo, no exercício de 2002.

18 — Passivos subordinados:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Cisf 1993 1.ª Emissão Subordinada	19 796	19 796	19 796	19 796
Cisf 1993 2.ª Emissão Subordinada	10 132	10 132	10 132	10 132
Obrigações de Caixa Subordinadas BCP Investimento 2001-2011	18 000	18 000	18 000	18 000
Obrigações de Caixa Subordinadas Banco Mello 95 1.ª emissão	9 976	9 976	9 976	9 976
	57 904	57 904	57 904	57 904

Os passivos subordinados emitidos pelo Banco, são analisadas como segue:

(Em euros)

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro (percentagem)	Valor nominal
Cisf 1993 1.ª Emissão Subordinada	30-12-1993	30-12-2003	Lisbor 6m + 0,15	50
Cisf 1993 2.ª Emissão Subordinada	30-12-1994	30-12-2004	Lisbor 6m + 0,125	50
Obrig. de Caixa Subordinadas BCP Investimento 2001-2011	28-3-2001	28-3-2011	Euribor 6m + 0,95	50
Obrig. de Caixa Subordinadas Banco Mello 95 — 1.ª emissão	30-6-1995	30-6-1995	Lisbor 6m + 0,4	50

Os encargos imputados e os encargos pagos relativamente a passivos subordinados do Grupo e do Banco são analisados como segue:

	(Em milhares de euros)	
	2002	2001
Encargos imputados	2 249	2 258
Encargos pagos	3 222	1 832

19 — Capital:

Em Dezembro de 2001, o BCP Investimento — Banco Comercial Português, S. A., procedeu ao aumento do capital social de 50 000 000 de euros para 75 000 000 de euros mediante a emissão de 25 000 000 novas acções ordinárias, com o valor nominal de um euro cada.

O capital encontra-se totalmente subscrito e realizado.

20 — Reserva legal:

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal em pelo menos 10% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída. Neste contexto e na sequência da deliberação da assembleia geral, durante 2002 foi efectuado um reforço no saldo desta conta no valor de 2 750 609 euros.

Em função do lucro líquido do Banco em 2002, deverá ser afecto aquela reserva legal em 2003, o valor aproximado de 3 659 000 euros.

As empresas do Grupo, de acordo com a legislação vigente, deverão reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima entre 5% e 10% dos lucros líquidos anuais, dependendo da sua actividade económica.

21 — Reservas e resultados acumulados:

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Reserva legal, estatutária e de reavaliação	15 212	12 461	15 212	12 462
Outras reservas e resultados transitados	55 962	57 801	57 417	58 924
Resultado do exercício	35 485	26 959	36 587	27 506
	106 659	97 221	109 216	98 892

Durante o exercício de 2002, o Grupo distribuiu gratificações aos seus colaboradores no montante de 1 375 304 euros (2001: 1 008 241 euros).

22 — Juros e proveitos equiparados:

O valor desta rubrica é composto por:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Juros de depósitos e outras aplicações	58 953	35 091	55 112	34 359
Juros de <i>swaps</i>	36 469	22 784	36 469	22 494
Juros de crédito	18 338	20 691	18 338	20 480
Juros de títulos de investimento	13 639	41 772	13 639	41 772
Juros de títulos de negociação	10 146	18 272	10 146	18 272
Outros juros	5 636	621	740	593
	143 181	139 231	134 444	137 970

23 — Juros e custos equiparados:

O valor desta rubrica é composto por:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Juros de títulos emitidos	87 796	77 547	87 796	77 547
Juros de <i>swaps</i>	22 648	19 545	22 648	19 494
Juros de depósitos e outros recursos	11 872	28 876	7 266	26 718
Juros de vendas a descoberto	1 317	1 101	1 317	1 101
Outros juros	2 356	1 511	2 178	1 492
	125 989	128 580	121 205	126 352

24 — Resultado de partes de capital em empresas associadas:

Esta rubrica é referente ao valor proporcional dos resultados das companhias associadas e é composto como segue:

	(Em milhares de euros)	
	2002	2001
Proveitos:		
Luso Atlântica — Aluguer de Viaturas, S. A.	116	—
BIM Investimento, S. A. R. L.	—	137
CISF Veículos — Sociedade de Aluguer, L. ^{da}	103	530
VSC — Aluguer de Veículos sem Condutor, L. ^{da}	141	244
Tecnilease — Comércio e Aluguer de Equipamentos, S. A.	20	285
OPE	4	—
	384	1 196

(Em milhares de euros)

	2002	2001
Custos:		
BIM Investimento, S. A. R. L.	(4)	—
Luso Atlântica — Aluguer de Viaturas, S. A.	—	(325)
	(4)	(325)
Lucro líquido	380	871

Os proveitos relativos à Luso Atlântica — Aluguer de Viaturas, S. A., CISF Veículos — Sociedade de Aluguer, L.^{da} e Tecnilase — Comércio e Aluguer de Equipamentos, S. A., respeitam apenas ao primeiro semestre de 2002 conforme referido na nota n.º 1, alínea a).

25 — Resultados de comissões:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Proveitos de comissões:				
Garantias prestadas	522	680	522	680
Compromissos perante terceiros	1 615	2 519	1 615	2 519
Por serviços bancários prestados	344	1 139	4	59
Por operações realizadas com títulos	7 876	15 488	7 631	15 396
Outras comissões	22 083	9 820	21 634	9 814
	<u>32 440</u>	<u>29 646</u>	<u>31 406</u>	<u>28 468</u>
Custos de comissões:				
Garantias recebidas	196	48	156	48
Por serviços bancários de terceiros	171	158	136	149
Por operações realizadas com títulos	860	742	825	738
Outras comissões	1 116	2 699	963	2 266
	<u>2 343</u>	<u>3 647</u>	<u>2 080</u>	<u>3 201</u>
Lucro líquido de comissões	<u>30 097</u>	<u>25 999</u>	<u>29 326</u>	<u>25 267</u>

Na rubrica de proveitos — compromissos perante terceiros, para o Grupo e para o Banco, está incluído o montante de 1 614 581 euros (2001: 2 166 313 euros) relativo a comissões de montagem, colocação e tomada firme de empréstimos sindicados.

Na rubrica de proveitos — por operações realizadas com títulos está incluído, para o Grupo e para o Banco, o montante de 7 151 380 euros (2001: 11 800 275 euros) relativo a comissões de corretagem.

À data de 31 de Dezembro de 2002, na rubrica de proveitos — outras comissões, para o Grupo e para o Banco, está incluído o montante de 1 093 750 euros relativo a comissões por colocação da

emissão de obrigações perpétuas subordinadas Banco Comercial Português 2002 — 2.ª emissão — 175 000 000 de euros.

Na rubrica de custos — outras comissões para o Grupo e para o Banco está incluído o montante de 665 961 euros (2001: 1 961 637 euros) relativo a comissões de gestão integrada e de utilização das redes do Grupo BCP.

26 — Resultados de operações financeiras:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Lucros em operações financeiras:				
Operações com títulos	56 341	74 791	56 040	74 791
Contratos de futuros mercados organizados	37 774	55 044	37 774	55 044
Operações com vendas a descoberto	40 476	21 279	40 476	21 279
Contratos de opções mercado de balcão	3 873	19 028	3 873	19 028
Operações de <i>swap</i>	6 573	2 249	6 573	2 249
Operações cambiais	615	624	536	624
Outros lucros	1 541	2 987	1 718	3 150
	<u>147 193</u>	<u>176 002</u>	<u>146 990</u>	<u>176 165</u>
Prejuízos em operações financeiras:				
Operações com títulos	71 261	77 089	70 981	76 922
Contratos de futuros mercados organizados	38 996	48 775	38 996	48 775
Operações com vendas a descoberto	9 044	17 743	9 044	17 743

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Contratos de opções mercado de balcão	3 868	12 533	3 868	12 533
Operações de swap	16	1 633	16	1 633
Contratos opções mercados organizados	1 272	588	1 272	588
Operações cambiais	670	648	442	755
Outros prejuízos	15	247	295	247
	<u>125 142</u>	<u>159 256</u>	<u>124 914</u>	<u>159 196</u>
Lucro líquido de operações financeiras	22 051	16 746	22 076	16 969

27 — Outros proveitos de exploração:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Prestação de serviços	10 080	7 627	9 824	7 462
Recuperação de créditos	298	147	17	147
Reembolso de despesas	15	24	10	24
Mais-valias em imobilizações	621	63	112	87
Distribuição de resultados	11 328	—	11 328	—
Outros	8 870	1 432	3 381	1 441
	<u>31 212</u>	<u>9 293</u>	<u>24 672</u>	<u>9 161</u>

À data de 31 de Dezembro de 2002, a rubrica de distribuição de resultados, para o Grupo e para o Banco, inclui o montante de 11 327 696 euros relativo à distribuição antecipada de resultados efectuada pela Servibanca — Empresa de Prestação de Serviços, ACE, às empresas participantes ao abrigo dos n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º do Código de IRC.

A data de 31 de Dezembro de 2002, a rubrica de outros, para o Grupo e para o Banco, inclui o montante de 1 597 163 euros referente a rendimento de imóveis.

28 — Custos com pessoal:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Remunerações	14 847	13 250	13 686	13 656
Encargos sociais obrigatórios	4 955	3 030	4 694	3 140
Encargos sociais facultativos	616	375	616	399
Outros custos	37	125	37	124
	<u>20 455</u>	<u>16 780</u>	<u>19 033</u>	<u>17 319</u>

O valor total de remunerações atribuídas aos órgãos de administração e fiscalização do Grupo BCP Investimento, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, foram de 1 228 717 euros e 978 933 euros, respectivamente.

O número médio de colaboradores ao serviço, no exercício de 2002 e 2001, distribuído grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Direcção	91	91	88	74
Enquadramento	16	10	16	10
Específicas/técnicas	82	82	82	62
Outras funções	104	99	104	87
	<u>293</u>	<u>282</u>	<u>290</u>	<u>233</u>

29 — Outras provisões:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Provisões para títulos	1 604	1 353	1 604	1 353
Provisões para outras aplicações	(159)	(953)	(120)	(953)
Provisões para participações financeiras	1 114	(17)	—	—

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Provisões para riscos bancários gerais	10 137	—	5 137	—
Provisões para complementos de pensões de reforma	1 585	—	1 585	—
	14 281	383	8 206	400

A provisão para riscos bancários gerais inclui, para o Grupo e para o Banco, o montante de 10 000 000 de euros e 5 000 000 de euros, respectivamente, constituída por contrapartida de custos extraordinários do exercício de 2002 para fazer face aos riscos inerentes à actividade do Grupo na actual conjuntura económica nacional e os contingentes desenvolvimentos do contexto geopolítico internacional. Esta decisão tem em consideração a incerteza que subsiste nos mercados de capitais e de que resultam perspectivas conservadoras, bem como a evolução da actividade económica nacional projectada para 2003, que justifica medidas de prudência em matérias de provisões.

30 — Impostos sobre os lucros:

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo	Banco
Carga fiscal imputada (dotações):		
Exercício de 2000	10 764	7 228
Exercício de 2001	5 125	5 110
Exercício de 2002	11 921	11 905

Carga fiscal paga e referente ao:

Exercício de 2000	6 984	4 440
Exercício de 2001	10 031	9 808
Exercício de 2002	13 835	13 815

Diferença:

Exercício de 2002	(1 914)	(1 910)
-------------------------	---------	---------

A carga fiscal paga inclui pagamentos por conta, retenções na fonte e entregas adicionais.

A provisão para impostos sobre lucros para o BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A. e suas subsidiárias, foi calculada de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.

Cada empresa do Grupo prepara individualmente a declaração de impostos sobre os lucros.

31 — Pensões de reforma:

O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez, nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV). As responsabilidades do Grupo são cobertas através do fundo de pensões BCP, gerido pela Pensões Gere — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.

De acordo com a política contabilística descrita na nota n.º 1, alínea 1), as responsabilidades do Grupo por pensões de reforma e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro de 2002, calculada com base no método de crédito das unidades projectadas, é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	2002
Responsabilidades por benefícios projectados:	
Reformados e pensionistas	15 518
Pessoal no activo	16 338
	31 856
Valor do Fundo	(23 068)

(Em milhares de euros)

	2002
Responsabilidades não financiadas	8 788
Provisões constituídas e valores a pagar	(4 289)
Diferença de cobertura	4 499

O acréscimo das responsabilidades não financiadas em 2002, é analisado como segue:

(Em milhares de euros)

	Diferença de cobertura	Provisões	Total
Valores a 1 de Janeiro	(1 935)	—	(1 935)
Custo normal	2 152	—	2 152
Custo dos juros	1 224	—	1 224
Reformas antecipadas	308	—	308
Rendimento esperado dos activos	(1 376)	—	(1 376)
Ganhos e perdas actuariais	3 636	4 289	7 925
Pagamentos efectuados	490	—	490
Valores em 31 de Dezembro	4 499	4 289	8 788

No âmbito dos avisos n.º 12/01 e n.º 7/02, o valor do corredor e despesas antecipadas em 31 de Dezembro de 2002 é analisado como segue:

(Em milhares de euros)

	Reformas antecipadas	Diferenças actuariais	Valor corredor
Valores a 1 de Janeiro	—	—	—
Ganhos e perdas actuariais do exercício	—	3 636	—
Pagamentos efectuados	—	38	—
Amortização de ganhos e perdas actuariais	—	517	—
Custos com reformas antecipadas	308	—	—
Amortizações de reformas antecipadas	(31)	—	—
Variação do corredor	—	(3 186)	3 186
Valores em 31 de Dezembro	277	1 005	3 186

Considerando os ganhos e perdas actuariais registados no cálculo das responsabilidades e no valor do fundo, o valor do corredor calculado de acordo com os avisos n.º 12/01 e n.º 7/02, ascende a 3 186 000 euros e encontra-se registado na conta flutuação de valores (v. nota n.º 11).

Os ganhos e perdas actuariais acima do valor do corredor no montante de 1 005 000 euros encontram-se registados na rubrica de despesas antecipadas (v. nota n.º 11).

O valor registado em despesas antecipadas será reconhecido em resultados do exercício durante um período de 10 anos, tendo como base o saldo no final do ano anterior, conforme referido na política contabilística descrita na nota n.º 1, alínea m). De acordo com as regras do Banco de Portugal, as reformas antecipadas são também amortizadas por um período de 10 anos.

Em 2002, o Grupo contabilizou, como custo com pensões de reforma o montante de 2 481 000 euros (2001: 1 490 967 euros),

excluindo o reforço de provisões líquidas para responsabilidades extra-fundo, no montante de 4 289 000 euros.

Esta análise é apresentada como segue:

(Em milhares de euros)	
	2002
Custo dos serviços correntes	2 152
Custo dos juros	1 224
Rendimento esperado dos activos	(1 376)
Amortização de reformas antecipadas	31
Aquisição de prémios de seguro	450
Custo do período	2 481

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os parâmetros do Banco de Portugal exigidos pelos avisos n.º 12/01 e n.º 7/02.

A análise comparativa destes pressupostos é apresentada como segue:

	Fundo BCP	
	2002	2001
Taxa de crescimento salarial	3%	3%
Taxa de crescimento das pensões	2%	2%
Taxa de rendimento do Fundo	6%	6%
Taxa de desconto	6%	6%
Tábuas de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Taxa de invalidez	—	—
Taxa de <i>turnover</i>	—	—

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

32 — Contas extrapatrimoniais:

Os valores extrapatrimoniais são analisados como segue:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
Garantias e avales prestados	96 702	117 542	96 702	117 542
Garantias e avales recebidos	164 837	193 401	164 837	193 271
Compromissos assumidos perante terceiros	83 145	87 609	83 145	72 698
Compromissos assumidos por terceiros	184 812	175 594	184 812	156 941
Contratos de <i>swaps</i> de taxa de juro	7 256 570	7 040 995	7 256 570	6 993 828
Operações a prazo sobre instrumentos financeiros	42 771	38 548	42 771	38 548
Opções:				
Compradas de cotações	412 763	160 288	412 338	159 864
Vendidas de cotações	412 861	148 768	412 436	148 343
Opções:				
Compradas outras	—	4 175	—	4 175
Vendidas outras	—	4 175	—	4 175
Opções — mercados organizados:				
Vendidas de moeda	—	6 800	—	6 800
Compradas de cotações	53 649	—	53 649	—
Vendidas de cotações	53 650	—	53 650	—
Contratos garantia de taxa de juro	149 000	61 000	149 000	61 000
Valores recebidos em depósitos	1 264 353	1 375 324	1 264 353	1 281 129
Gestão de garantias	273 123	273 123	273 123	273 123
Serviços prestados por terceiros	1 162 501	2 106 229	1 162 501	1 990 960
Garantias reais	351 804	421 946	351 804	421 611
Consignações	—	106	—	106
Créditos abatidos ao activo	27 772	87 986	27 772	84 793
Juros vencidos	—	3 265	—	3 265
Rendas vincendas de contratos de locação financeira	—	1 786	—	1 786
Obrigações hipotecárias	84 796	84 796	84 796	84 796
Obrigações de caixa	713 982	782 723	713 982	782 723
Outras contas extrapatrimoniais	860	—	860	610

33 — Principais alterações na estrutura do Grupo:

A 31 de Julho de 2002 o Banco procedeu à alienação de 17 500 000 acções do Banco ActivoBank (Portugal), S. A., representativas de 100% do capital social, à BCP Investment B.V., pelo valor global de 16 536 295 euros tendo realizado uma menos-valia no montante de 778 275 euros.

Em 9 de Dezembro de 2002, foi realizada a fusão da Corretora Independente Portuguesa CIP-Brokers, S. A., no Banco, mediante a transmissão universal do conjunto dos activos e passivos, direitos e obrigações da primeira para a segunda e consequente extinção daquela.

No âmbito da concentração accionista das sociedades de ALD, CISF — Veículos Sociedade de Aluguer, L.da e Luso-Atlântica — Aluguer de Viaturas, S. A., no Credibanco e Tecnilease — Comércio e Aluguer de Equipamentos, S. A., na BCP Leasing, a BCP Capital procedeu, em 27 de Dezembro de 2002, às seguintes operações:

Alienação de 225 000 acções representativas de 75% do capital social da Tecnilease — Comércio e Aluguer de Equipamento, S. A.,

pelo montante de 679 353 euros, tendo realizado uma menos-valia de 547 690 euros;

Alienação de 150 000 acções da Luso-Atlântica, S. A., representativas de 75% do capital social, pelo montante de 421 993 euros, tendo realizado uma menos-valia de 749 145 euros;

Alienação de duas quotas da CISF — Veículos Sociedade de Aluguer, L.da, representativas de 75% do capital social, pelo montante de 119 969 euros, tendo realizado uma mais-valia de 82 559 euros.

Em 23 de Julho de 2002, procedeu-se à liquidação do M Conseil tendo o Banco registado uma menos-valia, no montante de 129 686 euros.

Em 16 de Fevereiro de 2001, foi realizada a fusão da CISF Risco — Companhia de Capital de Risco, S. A., mediante a transmissão global do seu património e transmissão dos seus direitos e obrigações, com a SPR — Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S. A., e consequentemente procedeu-se à extinção da CISF Risco — Companhia de Capital de Risco, S. A. Na mesma data a SPR — Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S. A., alterou a sua denominação social para BCP Capital — Sociedade de Capital de Risco, S. A.

Em 21 de Dezembro de 2001 foi efectuada por escritura pública a fusão das sociedades SPASA — Sociedades de Participações Atlântico, SGPS, S. A. e Servimédia — Sociedade Mediadora de Capitais, S. A., por incorporação na sociedade BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A., com transferência global para esta dos seus patrimónios e a cisão-fusão da sociedade Banco Activo-Bank, S. A., por destaque de parte do seu património para fundir com o BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A., com efeitos a partir de 30 de Setembro de 2001.

Em 21 de Dezembro de 2001 foi efectuada por escritura pública a fusão das sociedades BCP Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A. e Mello Valores — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A., por incorporação na sociedade BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A.

Ainda durante o exercício de 2001 e no âmbito da reestruturação do Grupo BCP foram transferidas do Banco Mello de Investimentos, S. A., para o Banco, ao valor contabilístico, 2998 acções representativas de 99,97% do capital social da M Conseil, S. A.

34 — Relato por segmentos:

De acordo com a natureza da actividade desenvolvida pelo Banco, esta é enquadrável num único segmento de negócio, Banca de Investimento, sendo totalmente desenvolvida no mercado nacional.

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães*, vice-presidente — *Leandro Abílio Brandão Delgado*, vogal — *Acácio Jaime Liberado Mota Piloto*, vogal — *Nuno Maria Pestana de Almeida Alves*, vogal — *Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary*, vogal — *Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Certificação legal das contas individuais

1 — *Introdução*. — Examinei as demonstrações financeiras anexas do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2002 (que evidencia um total de balanço de 3 331 932 milhares de euros e um total de capital próprio de 184 216 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 36 587 milhares de euros), as demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendo que o exame efectuado, conjuntamente com o exame e a opinião formulada pelos auditores, proporcionam uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

6 — *Opinião*. — Em minha opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os

aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A., em 31 de Dezembro de 2002, bem como o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos pelo Banco de Portugal para o sector bancário.

Porto, 20 de Janeiro de 2003. — O Revisor Oficial de Contas, *Mário Branco Trindade*.

Certificação legal das contas consolidadas

1 — *Introdução*. — Examinei as demonstrações financeiras anexas do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2002 (que evidencia um total de balanço de 3 331 932 milhares de euros e um total de capital próprio de 184 216 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 36 587 milhares de euros), as demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendo que o exame efectuado, conjuntamente com o exame e a opinião formulada pelos auditores, proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

6 — *Opinião*. — Em minha opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, em 31 de Dezembro de 2002, o resultado consolidado; das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos pelo Banco de Portugal para o sector bancário.

Porto, 20 de Janeiro de 2003. — O Revisor Oficial de Contas, *Mário Branco Trindade*.

Relatório e parecer do conselho fiscal

1 — O conselho fiscal vem submeter a VV. Ex.^{as} o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, do Banco e do Grupo, apresentados pelo conselho de administração do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A., referentes ao exercício de 2002, dando, assim, cumprimento às disposições legais — alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º e artigo 508.º-D do Código das Sociedades Comerciais — e estatutárias.

2 — O conselho, ao longo do ano, realizou os contactos necessários com diversas direcções do Banco, obtendo informações sobre os

mais relevantes aspectos da actividade desenvolvida, bem como acompanhando a evolução de diversos assuntos em análise.

No desempenho das suas funções, teve este conselho a oportunidade de constatar o profissionalismo, a dedicação e o forte empenhamento do conselho de administração e de todos os colaboradores do Banco e do Grupo.

3 — Foram efectuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas. Foi analisado o processo de preparação das contas consolidadas.

Sempre se obtiveram, quer do conselho de administração, quer dos serviços do Banco, todos os esclarecimentos solicitados.

4 — Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

5 — Tudo considerado, incluindo o teor das certificações legais das contas e do relatório dos auditores externos, que nos foram presentes e com os quais concordamos, somos de parecer que a assembleia geral anual:

a) Aprove o relatório do conselho de administração e as contas, quer as referentes ao Banco, quer as referentes ao Grupo, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

b) Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada no relatório do conselho de administração;

c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A., nos termos do artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 2003. — O Conselho Fiscal: *Ricardo Manuel Simões Bayão Horta*, presidente — *Mário Augusto de Paiva Neto*, vogal — *Mário Branco Trindade*, revisor oficial de contas.

Relatório dos auditores

Examinámos as demonstrações financeiras do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A. e do Grupo, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001. O nosso exame foi realizado de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria.

Responsabilidade do conselho de administração e dos auditores:

A elaboração das demonstrações financeiras é da responsabilidade do conselho de administração. A nossa responsabilidade é a de expressarmos uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, baseada na nossa auditoria.

Bases de opinião:

As Normas Internacionais de Auditoria requerem que a auditoria seja planeada e executada de forma a obtermos razoável segurança sobre se as demonstrações financeiras contêm ou não distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, da evidência de suporte dos valores e informações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas e juízos significativos utilizados pelo Conselho de Administração na preparação e apresentação das mesmas. Uma auditoria inclui também a apreciação, sobre se os princípios contabilísticos adoptados são adequados, tendo em conta as circunstâncias, bem como da forma de apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base razoável para a emissão da nossa opinião sobre as demonstrações financeiras referidas.

Opinião:

Em nossa opinião, as citadas demonstrações financeiras representam de modo apropriado, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A. e do Grupo, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, bem como o resultado das suas operações e os fluxos de caixa referentes aos exercícios findos nessas datas, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, conforme nota n.º 1.

Lisboa, 20 de Janeiro de 2003. — O Auditor, *KPMG*.

Relatório dos auditores externos

1 — Para os efeitos do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso relatório de auditoria sobre a informação

financeira do exercício findo em 31 Dezembro de 2002 do Grupo e do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A., que inclui o relatório de gestão, o balanço consolidado e individual em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações dos resultados consolidados e individuais, por naturezas e por funções, e as demonstrações dos fluxos de caixa consolidados e individuais do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos ao balanço e às demonstrações dos resultados que evidenciam:

(Em milhares de euros)

	Grupo	Banco
Total do activo	3 335 083	3 331 932
Capital próprio	181 659	184 216
Resultado líquido	35 485	36 587

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração:

a) A preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e do Banco, o resultado consolidado e individual das suas operações e os fluxos de caixa consolidados e individuais;

b) A informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;

c) A adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) A manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;

e) A informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto de empresas incluídas na consolidação e do Banco, a sua posição financeira ou os resultados;

f) A informação financeira prospectiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito.* — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras, consolidadas e individuais, estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, a referida auditoria incluiu:

A verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente auditadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras;

A apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 — A nossa auditoria abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira, consolidada e individual, constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 — Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, consolidadas e individuais, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Grupo e do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A., em 31 de Dezembro de 2002, o resultado consolidado e individual das suas operações e os fluxos consolidados e individuais de caixa referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos pelo Banco de Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 20 de Janeiro de 2003. — João Augusto & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *João Albino Cordeiro Augusto*, revisor oficial de contas.

Acta n.º 29 da assembleia geral

Aos 21 dias do mês de Fevereiro de 2003, pelas 11,30 horas, reuniu na Rua Augusta, 84, em Lisboa, por não haver condições adequadas na sede social, a assembleia geral do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A., pessoa colectiva n.º 501451250, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 59 521, com o capital social de 75 000 000 de euros e sede na Av. José Malhoa, lote 1686, em Lisboa.

Presidiu aos trabalhos o presidente da mesa da assembleia geral, Dr. Miguel António Monteiro Galvão Teles, que foi secretariado pela secretária da sociedade, Dr.ª Amélia Machado de Carvalho Branco Rodrigues.

O presidente declarou que, conforme a lista de presenças que lhe foi presente e que rubricou, se encontrava representado o accionista BCP Participações Financeiras — SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª, detentor da totalidade do capital social.

Encontravam-se ainda presentes membros do conselho de administração e do conselho fiscal, tendo os ausentes justificado a falta.

Pelo representante do accionista único foi declarado que pretendia constituir-se em assembleia geral universal para deliberar sobre a ordem de trabalhos. Em consequência, o presidente da mesa declarou a assembleia constituída, nos termos do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2002;

2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.

Submetido à apreciação o 1.º ponto da ordem de trabalhos e após ter verificado que todos os presentes conheciam o relatório de gestão e as contas do exercício de 2002, quer individuais, quer consolidadas, o presidente colocou à votação os documentos em análise, tendo os mesmos sido aprovados.

Submetido à apreciação o segundo ponto da ordem de trabalhos e como ninguém desejasse usar da palavra, foi aprovada pelo representante do accionista único a proposta do conselho de administração sobre a aplicação de resultados, do seguinte teor:

Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação dos resultados do exercício (36 586 592,44 euros):

a) 3 658 659,25 euros para reforço da reserva legal;

b) 32 927 933,19 euros, ou seja, o remanescente para distribuição de dividendos, nos termos do n.º 2 do artigo 32.º dos estatutos.

No âmbito do terceiro ponto da ordem de trabalhos, foi presente e aprovada pelo representante do accionista a seguinte proposta:

a) A forma completa e esclarecedora como a actividade da Sociedade está descrita no relatório distribuído, bem como o modo exaustivo como as contas esclarecem o respectivo conteúdo;

b) A actuação do conselho fiscal, cujo valioso contributo transparece do respectivo parecer.

Proponho que esta assembleia se congratule com a forma como foram exercidas a administração e fiscalização da sociedade no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, expressando um voto de confiança e de louvor à actividade desenvolvida por aqueles órgãos sociais e por cada um dos respectivos membros.

Esgotada a ordem de trabalhos, o presidente, após ter agradecido a todos os presentes a colaboração prestada no decurso da assembleia, deu por encerrada a sessão, dela tendo sido elaborada a presente acta que, após ter sido aprovada, vai ser assinada pelos presidente da mesa e secretária da sociedade.

A Mesa da Assembleia Geral: *Miguel António Monteiro Galvão Teles*, presidente — *Amélia Machado de Carvalho Branco Rodrigues*, secretária.
2010532830